

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 04/2018
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 3.ª Sessão
29 de junho de 2018** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito bom dia. Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público, Comunicação Social e outras entidades.

Dado verificar-se quórum, vamos dar início à 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

Antes disso, tenho umas pequenas recomendações a fazer com o intuito de podermos, ou contribuímos todos para que esta Sessão seja ainda melhor que as anteriores. Assim sendo, a primeira questão é o tempo, temos verificado que as nossas Sessões se têm prolongado e embora isso de certo modo até seja positivo, não pode exceder-se ao ponto de alguns assuntos, aqueles últimos, ficarem por debater como deveria acontecer. O que eu pedia era de facto que nós medíssemos um pouco melhor esse tempo, ou tivéssemos alguma contenção nas respostas e contrarrespostas, porque o tempo é limitado como sabem, no sentido de quando chegarmos aos últimos pontos da Ordem do Dia, também esses terem o seu tempo de discussão que merecem. Portanto eu vou ser mais rigoroso no timing das intervenções, até porque reconheço que tenho algumas culpas nesse sentido, porque tenho sido bastante flexível. Ora bem, como não dispomos de tempo ilimitado eu vou passar a ser mais rigoroso no cumprimento do tempo... , alerto-vos já antecipadamente para isso.

Outra questão, muito importante, é a linguagem que se utiliza por vezes na nossa Assembleia. Eu acho que nos excedemos no calor das discussões e por vezes usamos termos que não dizem nem mostram aquilo que realmente nós somos. Nós não somos pessoas quaisquer, além de cidadãos temos uma função nesta Assembleia muito importante e devemos, também, ter contenção na linguagem. Quero com isto dizer que eu não pretendia chegar àquela situação constrangedora de ter que cortar a palavra a alguém, pois para mim, como imaginam, é doloroso, mas mais doloroso será para alguém a quem seja cortada a palavra, portanto, não precisamos de chegar a esse ponto.

Queria alertar também que nós Mesa vamos ouvindo algumas críticas, como por vezes alguém pretender intervir e nós na Mesa não nos darmos conta..., que não aconteça nada disso, quando alguém quiser inscrever-se e nós eventualmente não nos apercebamos de imediato, levantem o braço, estão aí em baixo, isso é fácil fazer.

Queria também alertar para o seguinte, a Senhora Presidente na última reunião teria pedido a palavra e nós não nos apercebemos, é natural que isso aconteça facto pelo qual e para que se não repita, agradeço que futuramente nos chame atenção com um pequeno toque no microfone.

Uma outra questão que também quero salientar é que a Comissão Permanente, que reúne com a periodicidade devida, tem tido uma ação extremamente pedagógica, tem colaborado imenso com a Mesa, enfim, tem funcionado exatamente como uma comissão de aconselhamento... Esta é uma comissão onde curiosamente os representantes dos partidos deixam de estar reféns dos seus partidos e das suas ideologias para passarem a defender os interesses de Mirandela. Eu tenho que dizer isso a todos, porque realmente é uma situação extremamente gratificante, como gratificante tem sido ultimamente a ação do Executivo que nos acompanha em alguns momentos, dando respostas às nossas preocupações e colaborado com prontidão. Faço, portanto, esta pequena referência que eu não podia deixar de fazer. Para terminar, algo também que tem a ver com questões muito pontuais mas têm sido alvo de comentários e que é o seguinte: Os membros da Mesa, como sabem, tem dupla qualidade, ao mesmo tempo que assumem esta função, não deixam também de ser Deputados Municipais como os restantes... embora sem a ação aliciante de estar aí desse lado no debate político..., mas como devem entender, fazemos parte de grupos municipais,

temos ideologias políticas diferenciadas e quando votamos, tomamos uma posição como Deputados Municipais defendemos as nossas posições e ideologias. No entanto, enquanto Mesa, deixamos de ter qualquer ação política ou partidária, digamos assim, e passamos a ser de todos e de nenhum..., dado que se tem verificado por vezes alguma falta de entendimento nestas ações, peço que entendam o assunto exatamente como deve ser entendido.

As minhas desculpas por me ter alongado tanto.

Passava já de imediato a palavra à Secretária para começar com a leitura e discussão da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 2018, para darmos andamento ao nosso trabalho. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Municípios aqui presentes, Comunicação Social, a todos desejo muito bom dia.

Dando início à 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, tenho que dizer-lhes que esta se venha a afigurar profícua, mas também elevada e participada a bem do cabal esclarecimento dos pontos a debate e a livre opinião.

Passando às já habituais informações e em primeiro lugar no que respeita à mobilidade desta Assembleia dizer-lhes que foram aceites todas as justificações que foram apresentadas e foram feitas as respetivas substituições dos seguintes Membros Municipais: a Senhora Deputada Municipal *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa* foi substituída pela Senhora Deputada Municipal *Rute Isabel Trigo Gonçalves*, O Senhor Deputado *Joaquim António Morais Clemente*, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas foi substituído pelo Senhor Deputado *Helder Armando Ruivo Castelo*, Membro do Executivo desta Freguesia.

No que respeita a todo o expediente que foi recebido e também expedido, informamos os Senhores que o mesmo se encontra disponível para consulta no Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, podendo naturalmente ser consultado em horário regular.

Para finalizar as informações, gostava, ainda, de lembrar os Senhores Deputados que foi enviado um *email* contendo um link que lhes dará acesso direto ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Mirandela para 2018/2021, para Vosso conhecimento.

Findas todas as informações passo a dar seguimento aos pontos da Ordem do Dia, com o ponto número 1, leitura, discussão e votação da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2018.

“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas”.

1. Atas - Leitura, discussão e votação da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2018.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, bom dia Senhores Secretários, bom dia Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral e Comunicação social em geral.

Na ata que eu recebi, eu li aquilo diversas vezes, li a ata diversas vezes, eu faço um comentário em relação à Deloitte e que perguntei e o Senhor Vereador José Cunha disse que só poderia responder a Senhora Presidente, e eu perguntei nessa altura qual era o valor da dívida da Câmara Municipal e a Senhora Presidente respondeu-me que era de 28.000.000,00€, e não sei quê, e eu na ata não verifico isso. Verifico o meu comentário e não verifico esses 28.000.000,00€. Há aí, há aí uma situação qualquer, que, ou por falta do áudio ou por falta de qualquer coisa, não está lá incluído esse valor que a Senhora Presidente falou aqui, portanto, eu tenho aqui e está na ata, aquilo que eu pus, correto, mas não está na ata a dívida que eu perguntei à Senhora Presidente da Câmara Municipal. Eu disse que a dívida era 18.900.000,00€, conforme a DGAL, e a Senhora Presidente disse-me que era 28.000.000,00€, conforme relatório da Deloitte. Portanto, há uma grande falha aqui. E também quero entregar uma proposta à Mesa através do artigo 46.º registo na ata de voto de vencido, em relação à Assembleia Municipal de 29 de junho. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Senhor Deputado, tal como já lhe havia dito, na última Sessão de Assembleia Municipal, volto a reafirmar que estamos disponíveis para que vá ouvir as gravações, porque realmente as gravações estão lá, eu também as ouvi várias vezes, tal como o Senhor leu, e eu sugiro que o Senhor se dirija lá. Temos todo o gosto que vá lá ouvir as gravações.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

É que diz-me isso, mas a minha disponibilidade temporal é muito difícil, eu tenho a minha vida profissional e não abduco dela, como a Senhora também a tem, e é muito difícil ir à Câmara e estar a ouvir um áudio, não é? É muito difícil. Eu acho que as atas, eu não estou a dizer que ouve por parte de quem fez as atas uma declarada omissão em relação a isso. Não estou a dizer isso. Mas há uma falha, portanto, o meu voto é contra a ata, não é?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Apenas para concluir Senhor Deputado, o Senhor Deputado diz que há uma falha, e eu digo que não há uma falha. Acontece Senhor Deputado e se for uma questão de tempo, isso também não é um problema, porque se o Senhor Presidente der autorização, nós fazemos-lhe chegar os ficheiros áudio para o seu *email*, para que os possa ouvir e depois tirar daí as suas conclusões, caso seja autorizado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Eu talvez até diga, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não tivesse o micro a funcionar mas ela disse isso e está aqui provas de pessoas que ela disse isso. Tenho aqui colegas de partido que ela disse isso.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**
Senhor Deputado, reafirmo, pode ir ouvir para verificar isso, nós também podemos voltar a ouvir.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:**
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Excelentíssimos colegas, Excelentíssimo Público.
Eu venho aqui desde já para anunciar que irei votar contra a ata, e se me permite o Senhor Presidente, vou votar contra, não por qualquer razão de escrita ou de omissão, mas vou votar contra por uma questão de princípio. Eu é a terceira vez que venho aqui a esta Assembleia, ou seja, em termos gerais, nesta legislatura, Assembleia sim Assembleia não, em que venho aqui e desta vez não venho pedir venho exigir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que acho que é um imperativo legal, exigir que os documentos da Assembleia Municipal me cheguem em papel. É a terceira vez que eu venho aqui, da outra vez fiz pedido, agora exijo. Exijo porque acho que tenho esse direito e depois também não me vou pronunciar sobre a ata e a respetiva documentação porque penso que também não foram cumpridos os preceitos legais. Não é em dois dias que eu vou ter acesso aos documentos da ata em *email*, da reunião, para depois poder chegar aqui e avaliar e poder votar. Portanto, eu vou votar contra por uma questão muito clara. Não tive acesso à ata, não conheço a ata, não sei se está redigida de acordo com aquilo, pelos menos com as minhas intervenções que eu fiz na ata, por isso, por princípio voto contra.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem, findas as intervenções passamos....

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Peço desculpa, estou a verificar que a Comunicação Social tem instalada ali uma Câmara. Eu queria pedir ao Senhor Ramos que dado não ter havido ainda formalização para o efeito, o favor de desligar a camara. Poderemos fazer isso a seu tempo, dentro daquilo que é o regulamentar, mas para já não temos autorização nem da Assembleia, nem informação que temos que realmente ter em conta. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**
Em relação, Senhora Secretária, em relação à ata, eu não estive presente, não sei, eu vou-me abster. Mas acho que é polémica demais. Todo o interveniente que ache que as suas declarações não estão transcritas como ele as afirmou, essas alterações devem vir na próxima ata, porque a pessoa que faz a acusação não está a acusar a Mesa, está a dizer que não vem aquilo que disse ou que ouviu. Então, na próxima ata, o interveniente é obrigatório vir na próxima ata, ou seja, na ata desta reunião, antes da sua aprovação que o Deputado Municipal fez a observação tal, tal e tal. Ele é responsável pela observação, mas isso tem que vir na ata, o que se está a passar na Assembleia Municipal, ponto final.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Bom. Peço então que votemos o ponto número 1, Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2018. Votos contra? Abstenções? ...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Eu pergunto se entre as abstenções, alguém não esteve presente na reunião anterior, assim sendo como sabem segundo a nova Lei, quem não esteve não pode sequer votar, não é considerado abstenção, não realiza sequer voto, vamos repetir a votação das abstenções só para aqueles que estiveram presentes e querem optar por essa votação.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Nesse caso então a ata foi aprovada por maioria com 47 votos a favor, 47, penso que contei 53 pessoas na sala, 3 abstenções e 3 votos contra.

----- **O Senhor Deputado Paulo Pontes (PSD) disse:** Há pelo menos 7 ou 8 pessoas que não puderam votar por não terem estado na reunião anterior, não pode ser 50 votos não pode dar essa votação.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Tem razão, temos que descontar...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Eu pedia a quem não esteve na reunião que pudesse levantar o braço por favor, para que a gente possa descontar ao universo. Portanto 8 presenças nesta reunião que não estiveram na anterior não é contabilizado, dos 47 passa 39, 10 não presenças na reunião anterior passa a 37 votos a favor com desconto de 10 não presenças na reunião anterior.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 37 votos a favor, 3 votos contra e 3 abstenções, aprovar a ata da 3ª Sessão Ordinária de 29 de junho de 2018.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos, então passar para ao ponto 2 da ordem de trabalhos 1.º Período de Intervenção do Público. Eu alerto o público que tem apenas seis minutos para fazer as suas intervenções e agradeço aos interessados que se inscrevam por favor. Já vejo braços no ar. Agradeço à Deputada Luísa que tome nota por favor.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Registo nove inscrições. Passo a chamar um a um, identificam-se no início antes da vossa intervenção. Eu peço então ao primeiro elemento do público que se dirija e comece a fazer a sua intervenção.

1.º Período de Intervenção do Público

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado Figueiredo, estamos num período diferente, não há lugar neste momento a intervenção dos Deputados Municipais.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Peço ao elemento do público que se dirija e comesse a fazer a sua intervenção.

2 - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor José Faustino da Cunha disse:** O meu nome é José Faustino da Cunha, sou residente em Vale de Gouvinhas e sou o Presidente da Assembleia de Freguesia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, bom dia a todos.

Ver autocarros passar na cidade com quatro ou cinco passageiros e não saber de onde vêm e para onde vão, é coisa que há muito me causa incompreensão. Mais a mais, sabendo que, nas aldeias e também dentro da cidade há muita gente a carecer de meio de transporte. Assim, à semelhança do que fiz em 11 de junho de 2017, ainda Membro da Assembleia Municipal, resolvi no passado dia 20 de setembro, voltar a adquirir bilhete e voltar a percorrer o percurso surpresa. Surpresa, porque não está afixado em sítio nenhum, nem os horários de passagem. Comprei o título de transporte e fiquei com ele, uma vez que o motorista me informou ser a semana da mobilidade e como tal o transporte é gratuito. Iniciei o percurso às 15 horas e terminei às 15h35 minutos, percorri quase a cidade inteira, passei diversas vezes nos mesmos locais e constatei que algumas das vias estão em péssimo estado, Golfeiras principalmente. A utilização nunca foi superior a cinco passageiros, mesmo em semana gratuita, vi duas paragens sinalizadas, uma delas com resguardo para os passageiros, passa-se perto do Intermarché, mas não se vai lá, e a zona de paragem do Pingo Doce é um pouco longe para quem queira trazer compras para casa. A articulação dos Centros de Saúde/Hospital é conseguida, mas não de uma forma visual que possa resolver o problema da sua articulação. Sem pôr em causa a necessidade deste serviço, deixo duas questões:

Uma: Como rentabilizar o esforço económico despendido, aumentando a frequência de passageiros?

Dois: Como disponibilizar esta oferta às populações que residem fora da cidade e aqui são deixadas pelos táxis, quando vêm à cidade?

Tenho dito. Muito obrigado.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta e Comunicação Social.

Sou o José Manuel Madureira, Membro da Assembleia de Freguesia de Abambres, eleito pelo CDS-PP.

Ponto número um: Como aqui é o lugar certo para se falar, assim fiz durante quatro anos e vou continuar a defender os interesses da Freguesia. Era para falar na Assembleia passada, mas como não estava ninguém da geringonça, estou aqui hoje e com mais uma novidade. O assunto é o seguinte: o Tribunal condenou a geringonça antiga. Esta geringonça nada tem feito para receber o dinheiro, ainda outra, leva estes casos à Assembleia de Freguesia, alterar uma coisa do Tribunal. Enquanto apresentou juros de oito anos, desde 1 de janeiro de 2010 a 24 de junho de 2018, apresentou uns juros de 470,00€, agora desde 24 de junho até agora, até amanhã que é a Assembleia de Freguesia, em três meses os juros renderam 1.955,00€. Eu gostaria de saber com o Senhor Presidente de Junta de Abambres, que me dissesse qual é o banco que dá estes juros. E mais outra: isto é um assunto do Tribunal e não tem nada que levar isto para a Assembleia de Freguesia. Ainda bem que o CDS chumbou a proposta dele, mas é engraçado que na ata da Junta não escreve, coisas que não lhe interessa não escreve. Só escreve coisas que lhe interessam a ele e certas coisas à comitiva dele. Pronto. Agora devia ter vergonha do que está a fazer, mas para isso ele foi eleito. Se eu saísse da Assembleia, que era o que a seita queria, mas é que eu não saio. Eu o que lhe peço é que se demita, este Senhor quer alterar uma condenação do Tribunal. Ainda mais, anda a dizer que deixei dívidas e posso-lhe dizer que deixei saldo positivo e provo isso. Em vez de andar a falar, devia pedir uma auditoria às contas, como eu fiz.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu peço desculpa, posso interrompê-lo um segundo? O público quando intervém é com o intuito de falar de assuntos do interesse do Município e não de determinada Freguesia em particular e muito menos de questões pessoais entre as partes..., eu não posso permitir que se saia desse contexto, pois o Município é qualquer coisa de uma grandeza completamente diferente das pequenas quezílias pessoais. De maneira que tenha isso em atenção.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:** Isto não é de interesse pessoal é de interesse da Freguesia porque lá não ligam nada e eu tenho que falar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Os interesses da Freguesia não são debatidos aqui.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:** Tem que ser aqui que é para ficarem escritos na Câmara Municipal que é para saberem...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Tente ser breve, é a primeira vez, vamos ser tolerantes, mas no futuro não pode acontecer.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:** Sim, eu é a última vez que venho cá, porque já chega, tanto faz falar como não falar. Eu passei aqui quatro anos, fui criticado e ainda outra tenho, é que na Assembleia passada falaram aqui contra este Executivo que não ia à festa e durante quatro anos o Engenheiro Branco nunca foi a Abambres. Portanto, agora, eu gostaria que viessem aqui a desmentir tudo aquilo que eu aqui disse. Tenho dito.

----- **O Senhor Luís Mendes disse:** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Público e Comunicação Social.

O meu nome é Luís Mendes. Eu não venho representar uma pessoa em singular, venho representar moradores de uma zona da cidade da cidade em concreto. É a primeira vez que eu faço uma intervenção deste género, se alguma coisa não estiver bem não será de propósito. Como é do conhecimento de toda a gente, foi iniciada a construção de uma ciclovia na Avenida das Comunidades Europeias, face a uma candidatura de um projeto em que foi parte do financiamento dessas obras e parte da reconstrução das vias e de outras coisas em comum, essas obras foram decorridas e logo para começar, as obras tiveram uma discrepância inicial sobre o período inicial que as obras tinham programado para a duração que as obras tiveram na realidade, e isso nunca ninguém teve a coragem de dar uma explicação aos moradores ou aos comerciantes porque houve muitos prejuízos. Prejuízos avultados, que foram sofridos por parte dos moradores e por parte dos comerciantes e ninguém teve a bondade de dar uma explicação às pessoas porque é que isso aconteceu, porque é que essa demora aconteceu.

Desde que essa ciclovia foi construída, e quando foi concluída foi imediatamente ativada a proibição de estacionar e parar inclusive fazer cargas e descargas numa zona de bastante comércio e de paragem para zona de moradores, e nós como moradores e como comerciantes, existem comerciantes naquela Avenida há cerca de 40 anos, para vocês terem noção, casas abertas há quarenta anos, acho que é um pouco falta de respeito as pessoas fazerem aquilo que se fez sem ninguém dar sequer uma explicação. Além disso existe um acordo que foi celebrado com parte dos moradores dessa Avenida que foi em 1987/88, desde a Rotunda da Sapec até à Rotunda da Nora, em que parte da via que é hoje pública foi cedida pelos moradores daquela zona para alargamento da via com uma condição. Isto já foi questionado à Senhora Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador José Cunha, sobre a existência desse documento na Câmara Municipal, uma vez que os terrenos já passaram de mão para mão, ainda não conseguimos encontrar esse documento, mas o documento foi assinado e foi confirmado por pessoas que moram lá. Uma vez que o terreno foi cedido com a condição de criar estacionamento para as pessoas daquela zona poderem estacionar, depois foi criada uma ciclovia e as pessoas deixaram de poder estacionar sequer um segundo em frente a sua casa, com a condição que a Polícia constantemente ameaça os moradores e ameaça os comerciantes que não podem parar nem sequer um segundo. Ainda hoje inclusive as pessoas foram multadas na Avenida quando queriam utilizar o comércio local.

Outro assunto é a limitação de entrada e saída da cidade a uma faixa de rodagem desde a Rotunda das Pirâmides até aos Tanques, rua dos antigos Bombeiros de Mirandela. Essa limitação da entrada e saída da cidade foi feita a uma via só inclusive, não sei se o Município pretende continuar com essa situação, se não. Além disso, nós queríamos então questionar quem de direito tem de nos responder. Se existe uma solução programada para esta situação para não continuar a prejudicar constantemente os moradores e os comerciantes desta zona e os moradores da outra zona de cima da Sapec, porque enquanto não existirem cargas e descargas não vai ser possível o comércio trabalhar, acho que assim vamos ter de fechar portas porque as pessoas não podem trabalhar se as pessoas estão constantemente a ser ameaçadas que não podem parar para sequer comprar um parafuso ou tomar um café, assim as pessoas não podem trabalhar. Este era um dos pontos que pedíamos se existe uma solução possível para isso, e pedíamos também para a Câmara analisar se existe em arquivo esse documento assinado com os moradores, anteriormente. Para já é só. Em representação dos moradores e dos comerciantes como disse anteriormente pedimos uma análise cuidada desta situação, uma vez que isto já se arrasta há mais de meio ano e pretendíamos uma solução ou uma resposta da Câmara Municipal ou de quem direito tem de nos responder. Obrigado.

----- **O Senhor Fernando Pires disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, elementos da Assembleia, Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Público em geral.

O meu nome é Fernando Pires de Mirandela, jornalista há 28 anos, e a minha intervenção tem a ver com a defesa da honra, por declarações que considero ofensivas à minha pessoa e que colocam em causa a minha dignidade e brio profissional, que foram proferidas nesta Assembleia Municipal, nomeadamente no dia 29 de junho. Situação que é recorrente, porque já fiz também um esclarecimento em Reunião do Executivo devido também a declarações proferidas sobre a minha pessoa no dia 24 de maio. Tive ocasião já, de estar presente na Reunião de Câmara do dia 13 de setembro. Isto tem a ver com declarações que foram proferidas pelo Vereador, Senhor José Miguel Cunha, quer na Câmara, quer aqui, mas aqui é onde estamos agora e que ficam plasmadas na ata e que certamente é um documento para memória futura. Sendo assim também acho que corresponde o facto de eu ter aqui um esclarecimento da minha parte para também constar da ata para memória futura. Tendo em conta que nas declarações que aqui foram proferidas, não tem a ver com críticas à Comunicação Social, também estão aqui implícitas, mas há em vários momentos acusações de cortes e recortes em notícias supostamente feitas por mim, Fernando Pires, que é o que está aqui escrito.

Contextualizando, isto tem a ver com uma entrevista dada pelo Senhor José Miguel Cunha à Terra Quente FM depois da auditoria, ou pelo menos da conferência de imprensa que foi realizada no dia 10 de maio, depois houve uma resposta do anterior autarca António Branco e posteriormente uma contrarresposta do Executivo como porta-voz o Senhor José Miguel Cunha que está como sabem no cargo de Vereador e que foi supostamente, ou pelo menos essa entrevista foi-me dito que seria para falar tecnicamente sobre as questões da auditoria. O que acontece é que nessa entrevista, que foi uma entrevista e portanto aqui posso também dizer que numa coisa o Senhor José Miguel Cunha tem razão, não foi a correr para a Terra Quente várias vezes a dizer várias coisas, foi uma única entrevista mas que naturalmente não estava programada e eu não a passei na íntegra. São 32 minutos, supostamente seria para falar da auditoria, mas ele falou sobre várias coisas. É óbvio que em termos jornalísticos eu não iria passar no dia seguinte todas essas coisas sob pena de ocupar todo o tempo de antena com uma pessoa só. São vários assuntos que eu depois dei a devida importância em várias situações. Depois dessa entrevista então como eu disse, relativamente à questão da auditoria, foram referidas as questões técnicas, isso passou, posteriormente passaram mais

peças porque como eu disse, outros assuntos que não tinham a ver com a auditoria. Um desses pontos foi por exemplo o Protocolo com os CTT e precisamente na última Assembleia Municipal, o que é dito aqui é que eu recortei e cortei a notícia, por isso não está toda a verdade, ou não foi toda a verdade escrita. Digo precisamente o contrário porque o Senhor José Miguel Cunha já na reunião do Executivo tinha dito isso, que nunca disse na peça que estava contra investimentos ou captação de investimentos do anterior Autarca. Estava contra o modelo do Protocolo com os CTT. Ora na notícia que eu, como sabem trabalho não só na Rádio Terra Quente, como no Jornal de Notícias no mensageiro de Bragança e em todos esses órgãos eu referi, ressalvo lá numa situação, precisamente o que o Senhor José Miguel Cunha disse que eu não disse. Eu digo precisamente que José Miguel Cunha ressalva ou faz questão de referir que não é contra a captação de investimentos, mas sim contra o método utilizado neste Protocolo, portanto, está aqui a versão correta dos acontecimentos. Portanto vir para uma Assembleia Municipal, incluindo, eu não estava de Serviço estava de férias, acusar-me, Fernando Pires, que cortei e recortei acho que não é de bom-tom, e portanto fica aqui a minha retificação sobre essa matéria.

Segunda questão e já finalizo, auditoria financeira. Tem-se falado muito sobre a auditoria financeira, relatório, não relatório, informação, deixa de ser informação, resultado, não resultado e parece que tenho sido eu o bode expiatório de não haver relatório. Porquê? Porque é acusada a Comunicação Social mas em concreto, eu Fernando Pires, de que lhe chamei, eu é que lhe dei o nome de relatório preliminar, quando não existe. José Miguel Cunha disse já na reunião de Executivo, disse também nesta Assembleia que nunca disse, nem o Executivo nunca falou em relatório preliminar. Pois muito bem, Comunicação Social: Expresso, neste caso a Lusa no Jornal Expresso fala em relatório preliminar após essa conferência de imprensa., Porto Canal fala em relatório preliminar e eu obviamente falei em relatório preliminar. Porquê? Não fomos nós que inventamos basta consultarem o *press release* do Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Mirandela enviado para os órgãos de Comunicação Social datado do dia 8 de maio que diz e passo a citar: “realiza-se no próxima dia 10 de maio às 17h30 do Salão Nobre do Paço dos Távora para a apresentação”, e friso, “dos resultados da auditoria financeira”, aqui ainda é mais grave porque são resultados, já seriam totais, nem é preliminares. Só para terminar, na ata do dia 10 de maio quem quiser pode consultar na Câmara Municipal, no *site*, a própria Presidente da Câmara Municipal a dada altura chama-lhe relatório preliminar. Portanto, não foi invenção minha, nem da Comunicação Social, não ficaria bem da minha consciência se não viesse aqui pelo menos dar o meu esclarecimento. Muito obrigado.

----- **O Senhor Orlando Bernardo disse:** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em Geral e Comunicação Social. Chamo-me Orlando Podence Bernardo, estou aqui como Município a defender os meus direitos enquanto trabalhador da Câmara Municipal vai para dezoito anos. Não sei se é possível falar sobre o ponto que vai ser discutido aqui, creio que é o ponto 8 que tem a ver com as progressões na carreira. Não sei se é permitido, senão, o Senhor Presidente anteriormente disse que era...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu lamento, mas esse ponto não pode ser discutido aqui.

----- **O Senhor Orlando Bernardo disse:** Pronto. Agradeço-lhe e avanço pela parte jurídica.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É do Regimento, nós temos que o fazer cumprir. Espero que compreenda.

----- **O Senhor Orlando Bernardo disse:** Muito obrigado pela atenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado.

----- **O Senhor Leonel Xavier disse:** Muito bom dia a todos. Primeiramente identificar-me Leonel Horácio Almendra Xavier, aposentado da Função Pública, na qualidade de Professor Primário. Também já estive desse lado, como Vereador, no tempo do saudoso José Augusto Gama, e já estive deste lado como membro da Assembleia Municipal.

Vou ser muito breve. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Acompanhantes, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e respetiva Vereação, Senhores Membros da Assembleia Municipal. Há muitos anos que deixei de pertencer a esta Assembleia por razões de saúde e outras, mas através dos órgãos de Comunicação Social tenho acompanhado de perto o que aqui se tem passado. Porém, hoje resolvi vir até aqui para deixar expresso algum descontentamento e aliás vou dizê-lo, há dez anos ou doze, quando pertencia à Assembleia Municipal fiz aqui uma proposta que foi aceite e que até hoje, até hoje, não se vislumbra nada que desse resposta a essa minha proposta. E o que é que foi? Foi precisamente porque falei em inúmeras casas degradadas que se encontram não só na cidade de Mirandela mas também nas nossas aldeias. Além de ferirem a nossa vista são um perigo para as pessoas que diariamente ali transitam e também para quem nos visita ficam com uma imagem, aquela imagem, da Cidade Jardim, que assim foi intitulada, carece de mais alguma coisa, não só a amostra que temos no centro da Cidade. É olhar para vários sítios, é a Rua de Santo António, por exemplo, os edifícios em frente junto à Igreja da Misericórdia, que é um escândalo, edifícios que vão ao longo, que vão ter à Rua do Tanque, aqui mesmo perto, perto do edifício dos Paços do Concelho junto à Padaria Seramota, há umas casas que até têm de vez em quando pôr-lhe ali um resguardo. Ora eu sei as dificuldades, pelo menos sei por intermédio dos órgãos de Comunicação Social que a Câmara Municipal tem de facto dificuldades financeiras. Mas há proprietários cá na nossa terra e nas aldeias que têm possibilidades socioeconómicas para poderem intervir e caso não o façam já há casos desses ao longo do País que são as Câmaras que põem mão à obra e depois apresentam-lhe a conta. Caso não o façam as Câmaras judicialmente tomarão conta dos prédios. Talvez, digo eu, seja essa uma solução mais plausível para dar à nossa cidade aquele ar bonito que sempre teve e que quero que continue a ter. Como vivo em Lamas de Orelhão e falo agora aqui pessoalmente há duas casas que dão acesso à parte principal da aldeia. Uma delas até foi já Câmara Municipal e também Tribunal no tempo em que Dom Afonso III deu o seu foral em 1259 e o outro é perto do Pelourinho, muito perto do Pelourinho que é um perigo constante que ali toda a gente vê. Vale mais prevenir que remediar. Obrigado por me ouvirem, mas à Cidade Jardim se queremos continuar a chamar-lhe de Jardim temos que fazer mais alguma coisa. Muito obrigado pela Vossa atenção.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Muito bom dia a todos. Como democrata, desculpem, mas cumprimento sempre todos por igual. Antes de saber se vou ou não vou intervir gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, já que me disse que isto era para tratar de assuntos do Município e não das Juntas e eu fiquei sem perceber então o que é o Município e se posso ou não posso tratar de situações que ocorrem de uma forma ilegal em que há excesso não só de poder, abuso de poder, mas invenção de poder, se eu posso ou não posso falar aqui.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Bom dia Cristina Martins. Naturalmente que o Município compreende todo o seu território logo as Freguesias são integrantes do Município e podem-se levantar questões dessa natureza. Aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia referiu anteriormente foi questões do foro interno da Assembleia de Freguesia não têm lugar na Assembleia Municipal para serem discutidas.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Meu caro, também quero fazer aqui outro reparo que nada ainda tem a ver com a minha intervenção, mas e eu venho aqui de uma forma democrática, não venho aqui defender partido nenhum nem venho aqui acusar politicamente ninguém mas acho que o tempo não pode contar hoje, porque a Assembleia começou meia hora mais tarde. Deve-se contar o tempo, sim Senhor, dar um limite de tempo, quando nós próprios cumprimos horários. Por isso eu vou já dizer que não gostei desta situação e que deve ficar em ata. Para nós exigirmos tempo a alguém, nós temos que ser cumpridores de horário e por isso essa parte eu não concordo.

O que se passa aqui e está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães a quem eu já pedi ao Ministério Público para me mandar todas as chamadas que o MTP pode ir buscar durante dez anos, todas as chamadas que foram feitas.

Em 1972, o meu avô faleceu, em janeiro de 1973 foi comprada a campa, como muitos aqui sabem eu chamo-me Cristina Martins e para me identificar melhor, sou filha do falecido Professor Chico Martins que muitos conheciam. Foi comprada a campa em janeiro de 1973, era Presidente da Câmara o Senhor Eduardo Machado. Todas as campas que foram compradas nesse ano, pelo menos a minha em janeiro e uma mais à frente de uma Senhora que ficou viúva, não tem nome diz lá vitalícia, custou cinco contos. Foi enterrado o meu avô, passado sete anos a minha avó, passado sete anos a minha tia-avó, infelizmente há um ano e meio o meu pai. Eu tinha lá o jazigo que dizia: jazigo de Marcelino Matias e família. Todos foram enterrados, ninguém mais foi lá enterrado, de repente eu mandei claro restaurar o jazigo, pedi ao Vitor Friões para o vir buscar, mandei restaurar e até mandei fazer algumas alterações atendendo a que o meu pai quem o conhecia sabia que era um homem intemporal. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia não me deixa neste momento assentar o jazigo, a não ser que eu lhe dê propriedades em troca. É que ele nem sequer me propôs vendê-lo. Eu até podia comprar duas vezes aquilo que é meu, mas não. É sempre na venda, na troca, pior ainda, o Senhor Presidente da Junta de Cedães e que já estará num processo que já lhe levantei por crimes de peculato, do qual eu juntei provas, e portanto há aqui situações que eu não admito, nem chantagens, nem perseguições venham elas do meu partido, venham elas de outros, portanto quem não sabe o que é a Democracia que a aprenda e que a respeite. A campa é minha, peço à vocação pelo artigo 48.º, porque nós neste momento diz que se houver inimizade grave entre mim e esse Senhor haverá sempre inimizade grave porque se pode brincar com tudo, menos com os mortos, portanto isso é o desrespeito total e absoluto, ele vai-me explicar porque é que durante quase 50 anos ninguém mais foi lá enterrado naquele sítio, porque é que estava lá a campa de mármore e nunca a mandou levantar, vai-me explicar porque é que só ma dá em troca de x metros de Vilaescusa, mas mais ele vem-me dizer que não está o nome, o Senhor Eduardo Machado pôs lá que foi venda vitalícia por cinco contos, mas não pôs o nome. Engraçado, está, faz favor de ir ao Registo Predial e às Finanças, porque está também no Registo Predial, a minha propriedade de Vilaescusa, para lá do caminho continua a ser minha e o caminho é meu do qual pago IMI diz lá que é minha. Afinal este Senhor entra-me no que tem nome e no que não tem nome, não é? De tal forma como quando houve ali um problema no ciclo com o filho dele, pergunte-lhe quem é que ele trouxe de guarda-costas que é um crime de peculato, e portanto, a Câmara e a Autarquia em si, tem também obrigação moral de inspecionar as Freguesias e eu exijo isso, não só porque eu esteja a pedir qualquer coisa à Câmara, o processo já está em Tribunal. Aliás, o Senhor Presidente da Junta, só para terminar, fez-me um telefonema que vão estar públicos porque o MTP já está a tratar disso, onde me pedia para entrar quatro metros no meu curral. Ora aqueles quatro metros seria para apanhar a pedra antiga, que é o que ele quer, é apanhar a pedra antiga e pôr blocos. Engraçado, diz que era para fazer um parque infantil. Ora Cedães tem mais largos do que garotos, não sei porque é que precisava para o parque infantil. Haja é crianças. Portanto ele terá que explicar porque é que ele queria aquilo também. Agora eu gostava que alguém da Câmara me explicasse se é de Lei, não me fazerem a proposta assim, então não está, voltas a comprar a campa, se é de Lei. Marcelino, telefona ao Marcelino, telefona à Cristina. Eu resolvo o problema da campa se me derem em Vilaescusa, quero tanta percentagem de Vilaescusa. Eu gostava de saber se a Lei de Mirandela é essa e como é que a Autarquia quer resolver o problema das chantagens. Muito obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado. Merece apenas que lhe responda à questão do tempo. Uma Assembleia Municipal, como qualquer órgão, só pode começar quando tem quórum constituído. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Cristina Martins. Passo a chamar o próximo elemento do público.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Nuno Magalhães este ponto é reservado à intervenção do público, não pode utilizar o tempo nessa condição, poderá utilizá-lo depois, no período antes da Ordem do Dia.

Quer fazer uma interpelação à Mesa?

Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Bom dia a todos. Eu só gostava de perceber porque é que não foi permitido que o cidadão Orlando Bernardo fizesse a intervenção. Eu não fiquei esclarecido e foi-lhe negado um direito a um cidadão que eu não percebi porquê.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A bancada já fez uma interpelação à Mesa.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Através do Decreto-Lei 4/2015, datado de 7 de janeiro, qualquer cidadão, tem direito a falar e diz aqui no seu artigo 201.º e no Capítulo III, que a intervenção do Código do Processo Administrativo, toda e qualquer pessoa, tem direito a reclamar.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Nuno Magalhães, Senhor Deputado António Figueiredo. Naturalmente que qualquer cidadão à luz dos instrumentos que apresenta, que cabe dirigir-se seja a quem for. Agora, não coloquem a Mesa, numa situação não desejável e desagradável, porque senão, sou obrigado a questionar as vossas intervenções deste ponto de vista. Porque o cidadão em causa, o Senhor Orlando Bernardo, foi de uma correção e ética a toda a prova. Ele próprio disse que queria intervir enquanto trabalhador da Câmara e perguntou se podia usar da palavra nessa qualidade. Portanto não estamos a dirimir a questão no âmbito da intervenção de um cidadão, mas de um trabalhador da Câmara que porventura, independentemente das razões que possa ter, seria para dirimir questões laborais. E eu pergunto à bancada do PSD, se ao longo dos mandatos anteriores permitiria que algum funcionário da Câmara viesse à Assembleia Municipal dirimir questões laborais que porventura tivesse. É só o que eu questiono. E de facto, o cidadão em causa foi exemplar e colocou à Mesa essa questão se podia intervir e aos anos que aqui anda sabe perfeitamente que nenhum funcionário pode vir à Assembleia Municipal dirimir questões laborais e foi essa qualidade que ele pediu e perguntou de facto se podia fazê-lo, está bem?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó Senhor Secretário, nunca há 24 anos que eu estou aqui, nunca nenhum funcionário da Câmara Municipal veio aqui fazer qualquer tipo de intervenção. Aquilo que me está a dizer é...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Está dito...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, nunca veio... Nunca apareceu aqui...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está respondido...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não está respondido nada...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Senhor está a dar razão...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não estou a dar razão nenhuma, nunca veio aqui ao microfone...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O assunto...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Saberá Deus porquê?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, nunca veio aqui...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado, saberá Deus porquê?
Está terminada aqui a discussão...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, nunca veio aqui à Câmara... Portanto é uma ilegalidade tremenda... É uma ilegalidade tremenda aquilo que o Presidente e a Assembleia...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Figueiredo terminou? Por favor regresse ao seu lugar.
Devo acrescentar ainda que o Senhor em causa, de facto usou da maior ética e disse que queria falar sobre um assunto que ia ser debatido aqui na Assembleia. Não se pode falar do assunto que nós ainda nem sequer conhecemos..., é ou não é? Portanto, por amor de Deus, está terminado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Eu só estou a dizer que ele tem direito de falar...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Falar na condição de trabalhador para dirimir questões laborais?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não importa o que for. Não importa o que for. Diz o código...

----- **O Senhor João Rodrigues disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia. Muito bom dia Senhora Presidente, Vereadores, restantes Deputados e a todo o público.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pode identificar-se por favor?

----- **O Senhor João Rodrigues disse:** Já de seguida, só estava a dar os bons dias e as boas graças.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sim Senhor.

----- **O Senhor João Rodrigues disse:** O meu nome é João Fernando Costa Rodrigues, resido no lugar da Chaira, Assureira, Alvites. A questão que aqui me traz é a seguinte: Há cinco anos atrás foi-me colocado o número de porta na minha residência, pela Freguesia que eu penso que pertença. Há coisa de um ano atrás a Freguesia ao lado, fez questão de me colocar um outro número de porta. Onde hoje sou galardoado com dois números de porta. A questão é esta: eu já fiz o pedido, meti o ofício à Câmara, onde a Câmara me disse que pela delimitação da Carta Administrativa eu pertença à Freguesia do Romeu e não à Freguesia de Alvites. Penso eu que os Senhores Presidentes de ambas as Freguesias que sei que estão presentes, se já estão por dentro do assunto e então é o seguinte: eu não me importo de pertencer seja a que Freguesia for, a questão é que o meu artigo urbano e onde tenho mais 20 artigos rústicos nessa situação, são matriz Alvites e não matriz Romeu, mas a Carta Administrativa será então a do Romeu. Eu pedia então, a quem de direito, ou quem possa saber resolver estas situações, porque como eu há mais proprietários e mais residentes que nos delimitem e que nos façam a atualização dos artigos ou que se faça então a delimitação da marcação da Carta Administrativa que faz a delimitação do território nacional. Muito obrigado e muito bom dia a todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor João Fernando.

Passo a chamar o próximo elemento do público.

----- **A Senhora Manuela Gândara disse:** Manuela Gândara, eleitora residente em Mirandela.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Membros eleitos do Executivo, Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Na década de 70 do século passado, o lugar onde está implantada a escola número três de Mirandela, mais conhecida por escola do Convento, era um olival, bem como a praca Doutor Damasceno Campos e as habitações que a circundam. O Jardim público contíguo à escola, era uma horta com um poço. O casal, já com alguma idade e que tratava da horta, sempre soube dividir a água com os que iam ocupando as casas do vulgarmente conhecido “bairro do Convento” a cada momento que este bem precioso faltava nas torneiras e, posso garantir-lhes, que não eram tão poucas como isso.

Mas, sendo necessário construir mais escolas em Mirandela (a escola de Golfeiras tinha sido inaugurada em Novembro de 1974), as construções Escolares do Norte por ofício número 5471 solicitaram à Comissão Administrativa que estava à frente da Câmara de Mirandela e passo a citar: “informação sobre a viabilidade da solução proposta conforme planta anexa ao citado ofício. O senhor Vogal do Pelouro das Obras, Fernando Artur Moraes, informou a Comissão Administrativa das diligências efetuadas para a cedência do terreno, por parte do proprietário Doutor José Damasceno de Campos, tendo este posto à disposição deste Corpo Administrativo a parcela de terreno necessária para o efeito, de acordo com a planta enviada pela Direção das Construções Escolares do Norte, desde que o Município efetuasse, da sua conta, as infraestruturas necessárias, nomeadamente, de água arruamentos e saneamento. A Comissão Administrativa, embora informada pelo chefe da secretaria de que o loteamento particular e respetivas infraestruturas deviam ser da conta do interessado e a este expropriar o terreno necessário à edificação das escolas, deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Aceitar a proposta de cedência, gratuita, por parte do senhor Doutor José Damasceno de Campos do terreno necessário à edificação da escola, conforme respetiva planta, efetuando a Câmara de sua conta as necessárias infraestruturas, tendo em atenção a absoluta urgência posta na cedência do terreno e que a Câmara não pode protelar por mais tempo, defendendo assim os interesses do Município.
- b) Informar a Direção das Construções Escolares de que a Câmara põe à sua disposição o terreno necessário para a construção de quatro salas de aula.”

E, no ano de 1979-1980, abriu a escola número três do Convento, uma escola tipologia P3 com quatro salas de aula, zonas sujas, polivalente, balneário, cozinha, campos de jogos, recreio e mais tarde um parque infantil oferecido pelo Lyons de Mirandela.

A praca ficou circundada de habitações e, o espaço da horta, foi oferecido para um jardim público. Para preservar a memória e como agradecimento, à praca foi dado o nome do benemérito.

A construção do jardim foi tardia e lenta. O poço foi atulhado, a água escasseava, não havia jardineiros...

Entretanto, a Câmara adquiriu terrenos a diferentes proprietários, loteou-os sob o nome e cito: “Zona dos Castanheiros e Expansão Sul desta Vila” e vendeu-os em Abril de 1979. Este processo deu origem ao vulgarmente conhecido como bairro do Convento, sendo aí implantados espaços de utilidade pública – Repartição de Finanças, Gat, Auditório, Biblioteca, Museu e outros.

E, aqui, comprámos o terreno para a nossa casa. Continuaríamos a viver no bairro mas numa casa nossa.

Era chegada a hora de darmos o nosso contributo – ajudar a fazer e manter o jardim. E, enquanto não foi colocada a rede de águas, as plantas eram regadas com a água de nossa casa, água que nós pagávamos. Outras vizinhas ajudaram e já não estão entre nós. Também na escola foram plantadas árvores. Plantei muitas, reguei muitas e zelei por elas. Há quem não saiba que este “nicho” habitacional tem temperaturas muito próprias e humidade também. Ao sol registam-se temperaturas superiores a 50º e com menos de 10% de humidade. O jardim junto à escola é um pulmão do bairro, é o único espaço verde para muitas pessoas. E tanto falo de pessoas mais velhas como mais novas. É frequentado de dia e de noite.

Não faço esta intervenção porque me faça falta para descansar, mas porque faz falta a outros que nem conheço mas que se lhe sente o prazer de ali relaxarem. Faço-o da mesma forma abnegada com que insistentemente pedi que colocassem pelo menos

dois bancos para as pessoas se sentarem ou das vezes que tive de conversar com quem achava interessante destruir o que os outros construíam.

Não sei Senhora Presidente de Câmara como vai acautelar uma possível necessidade de aumentar o espaço escolar ou a zona envolvente mas, quero acreditar, que não é destruindo o que tantos anos demorou a construir.

Foram 15 longos meses de obras. O empreiteiro e os operários merecem ser condecorados – trabalharam todos os dias da semana e, às vezes, ao domingo. Não tinham feriados. O dia começava antes de o sol acordar e, há muito se tinha deitado quando davam o trabalho por encerrado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu peço desculpa, mas estamos a ultrapassar o tempo, no entanto dado o embargo da voz que não lhe ter permitido fazer a sua exposição com a rapidez que pretendia, eu vou excecionalmente dar-lhe mais um minuto. Só um minuto.

----- **A Senhora Manuela Gândara disse:** Eu estou a terminar.

O barulho das máquinas, dos camiões enfim, o barulho de uma obra desta envergadura num espaço muito limitado e circundado por uma praceta, só quem aqui vive pode avaliar.

Lamentavelmente, nunca ninguém do Executivo teve uma palavra para com os moradores, nem tivemos o direito quando a obra ficou terminada de nos lavarem as ruas que sistematicamente estavam atulhadas de pó. Em vez de água, mandam-nos sopradores, ao domingo, bem cedinho, para nem uma janela se poder abrir...

Senhor Presidente eu peço desculpa, de facto preparei para seis minutos tal como me tinham dito, peço desculpa. Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Dr.ª Manuela Gândara.

Pergunto se há mais alguém na sala do Público que queira intervir?

Não?

Passo então a palavra à Senhora Presidente da Câmara caso queira.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Dinis Veiga é para fazer uma interpelação à Mesa?

Muito bem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Ó Senhor Presidente, eu gostei muito de ouvir as pessoas, a Democracia é muito bonita, mas tem limites, parâmetros. Eu acho que a Mesa, e não estou a criticar, a Mesa é muito democrática mas assuntos relacionados com Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia têm que ser discutidos no próprio local. O Senhor Presidente não pode permitir uma coisa destas, senão, daqui a nada, a Assembleia começa a ter aqui dois dias, um para os problemas das Juntas de Freguesia que vão aqui aparecer e outro para depois nós discutirmos os assuntos. Tudo muito bem, as pessoas têm direito a falar no local próprio. No local próprio. Outra coisa que quero chamar à atenção ao Senhor José António é o seguinte: Ó Senhor José António, a pessoa que veio aqui como funcionário fez uma intervenção que foi sincero demais, disse que era funcionário, mas ele apresentando-se com o nome pessoal pode vir fazer a intervenção e fazer aquilo que entender, agora eu ouvi aqui muita coisa e é preciso entendermos a Intervenção Aberta ao Público. Intervenção Aberta ao Público é expor o assunto e fazer a pergunta ou as perguntas a quem de direito. É isso e mais nada. Obrigada pela atenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado nós. De facto, eu fiz questão de referir que os assuntos segundo o Regimento têm que ser de âmbito Municipal, podem advir da Freguesia se acaso se distenderem para o Município, mas não questões pessoais e pequeninas como se tentaram aqui resolver e levantar, isso deve ser tratado na Assembleia de Freguesia, naturalmente, que é o lugar próprio. Tal como o lugar próprio para resolver problemas laborais não é na Assembleia, quando muito poderão apresentar-no-los por escrito e a Mesa estará aberta a encaminhá-los para a Senhora Presidente. Assuntos laborais são para resolver no local próprio. De qualquer modo, obrigado pela intervenção, vejo-a como uma sugestão, uma crítica construtiva naturalmente que nós não deixaremos de ter em consideração. Também é um facto, que muitas vezes, não podemos ser inflexíveis... temos que ouvir, porque não sabemos o que aí vem. De facto, o funcionário em causa, se calhar, foi claro demais em ter anunciado o assunto, caso contrário teria dito o que queria e nós já não íamos a tempo de o interromper. De qualquer modo já referimos também, ele usou da maior ética, estamos-lhe gratos por isso e espero bem que ele acabe por resolver e expor os seus problemas da forma que é mais correta. Sendo assim, vamos passar a palavra à Senhora Presidente.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Eu quero fazer uma interpelação à Mesa, tal como fez o Professor Dinis. Não desculpem lá é uma coisa que está na Lei. Professor Dinis vou então esclarecer, já que o Senhor esclareceu mal a Mesa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço desculpa, qual é o assunto? Só um bocadinho.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Lamento imenso à cidadã Cristina Martins, o Senhor Deputado Dinis Veiga interpelou a Mesa porque é Deputado Municipal e foi nessa qualidade que interpelou a Mesa. Não pode usar da palavra.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Eu posso falar porque isso foi para mim e eu tenho direito a defesa e está na Lei.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Já esgotou o seu tempo no momento próprio...

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Não eu tenho direito a defesa e está na Lei.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Já esgotou o seu tempo no momento próprio...

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Não quero ser esclarecida de uma coisa e está na Lei. E tenho direito a ser esclarecida.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu vou mandar desligar o microfone..., por favor.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Desliguem o micro mas eu vou falar...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Desliguem esse micro que essa Senhora está a abusar daquilo que é permitido nesta Assembleia. Podem desligar.

----- **A Senhora Cristina Martins disse:** Eu só quer saber se o objetivo do assunto da Junta de Freguesia, o assunto do funcionário da Câmara não é um assunto pessoal, porque é que os das Juntas não são assuntos Municipais, portanto, eu gostava que o Senhor Professor Dinis me esclarecesse e acho lamentável a forma como esta Assembleia está a ser dirigida.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**
Bom, sendo assim, findas todas as inscrições relativamente a este ponto, pergunto à Senhora Presidente de Câmara se quer dar respostas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Obrigada. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social.

Antes de mais fazer um agradecimento pelas questões que foram levantadas, todas elas são questões importantes, julgo que a participação ativa de todos os cidadãos quer da Cidade, quer da Vila quer das próprias Aldeias é fundamental para uma democracia participativa, portanto eu louvo a presença de todos e também todas as intervenções. Isto porque raramente estas Assembleias eram tão participadas, mesmo em relação a reuniões de Câmara nós não tínhamos participantes e hoje em dia felizmente existem críticas, reclamações, obviamente que devem ser todas colocadas em formato educado, obviamente, e dentro das regras do Regimento da nossa Assembleia Municipal, mas de facto, congratulo-me com o facto de todos os Mirandenses terem acesso aqui à nossa Assembleia Municipal e virem colocar as suas questões.

Eu vou responder pela ordem da palavra, portanto começo com o cidadão Presidente da Assembleia de Freguesia de Vale de Gouvinhas. De facto, os transportes urbanos e também a mobilidade dentro do nosso Concelho tem tido ao longo dos últimos anos várias dificuldades, ou seja, não havia de facto a afixação de horários dos transportes urbanos em nenhum local da cidade, ou em praticamente nenhum local da Cidade, mas também não havia por exemplo nas estações do Metro Ligeiro de Mirandela. Aquilo que foi feito e que esteve atento com certeza foi que este ano, mesmo no período de férias e acréscimo ainda o facto de o período letivo, as pessoas das Freguesias são transportadas juntamente com os transportes escolares, no período de férias não acontecia essa situação porque não havia transporte. Este ano, fruto dessa necessidade das populações, fizeram-se alguns novos percursos das carreiras públicas normais, portanto o Município acabou por pagar alguma verba às transportadoras para que elas fizessem rotas que em princípio não seriam rentáveis. Esse também é o papel do Município, dar a todas as populações residentes nos lugares com mais dificuldade de transporte dar essa possibilidade. Nós muitas vezes alegamos que os grandes centros não olham para o interior, mas nós em Mirandela e no próprio concelho de Mirandela temos que fazer essa pedagogia no sentido de as pessoas que vivem nas Freguesias, em locais mais distantes, terem também acesso a este tipo de transporte e portanto aquilo que lhe posso dizer é que existe já publicado na newsletter no site do Município e também está acessível em alguns pontos das cidades, nas escolas e em todos os Serviços Municipais o horário do transporte urbano de Mirandela. Aquilo que lhe posso dizer é que vão ser adquiridas para cada uma das paragens quarenta placas identificativas e por isso prevemos que dentro de pouco tempo possa haver uma divulgação generalizada de toda a mobilidade urbana e também nas escolas porque normalmente este Serviço também é utilizado pelos alunos que vão para as escolas.

Relativamente ao Senhor José Manuel Madureira membro da Assembleia de Freguesia de Abambres, eu julgo que esta situação terá naturalmente que ter esclarecimentos, mas de facto, não conheço a questão em particular é uma situação que reporta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia de Abambres deverão assinalar estas questões e estas respostas, porque de facto não tenho fundamentos nem teria que ter para responder.

Relativamente ao representante dos moradores, Luís Mendes, que esteve aqui presente, este é um assunto que nos preocupou sempre, ou seja, desde uma fase da demora da execução da obra e todas as obras têm impactes diretos para moradores e comerciantes, de facto, não se pode ultrapassar períodos de execução e houve várias pressões no empreiteiro e pagamentos atempados para ele poder executar a obra. Acontece que houve ali pequenas grandes questões que foram levantadas, desde a EDP que queria passar os cabos elétricos aéreos para subterrâneos até pequenos problemas de condutas de água, porque foi tudo substituído. Aproveitamos a execução da obra para melhorar tudo aquilo que não se vê e que é debaixo de terra mas que tem impacte também nas pessoas. Este projeto já reporta a 2016, esteve em discussão pública, nós tivemos uma reunião com os moradores porque houve a presença deles na Câmara Municipal no sentido de resolver a situação, era uma situação que já tinha sido pensada e avaliada por nós, inclusivamente o Vereador José Cunha tinha levantado esse problema, que de facto a ciclovía não iria permitir o estacionamento quer o acesso ao comércio. Na altura na reunião e estão todos bem presentes dessa reunião, foi solicitada à PSP que estivesse presente e de facto houve esta disponibilidade deles de estarem presentes. Aquilo que ficou combinado na reunião e todos sabem disso era que o facto de não vir à Assembleia Municipal o Regulamento não seria possível

à própria PSP multar as pessoas. Mas isso é uma solução temporária e não é uma solução definitiva. Na altura também esteve presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e falou-se que poderia haver aqui uma limitação do tempo de passagem da ciclovia para um período temporal em que os comércios não estivessem abertos. Está a ser estudada essa situação, a PSP está a estudar essa situação. Agora o que vos posso dizer é que logo que foi detetada esta situação, nós tentamos ainda que o projeto, que foi feito por um Arquiteto da Câmara, fosse remodelado, mas a obra já estava adjudicada, como todos sabem, e já tinha iniciado a obra e já estávamos em fase de execução. Em relação ao acordo não existe qualquer documento na Câmara Municipal e por isso, julgo poder fazer-se é de facto existirem horários diferentes de utilização da ciclovia e horários compatíveis com o funcionamento do comércio e também para facilitar a vida dos moradores. Aquilo que proponho é que possamos reunir, aliás, há uma comissão Vossa que ficou de reunir connosco e já na próxima semana chamar a PSP e a Junta de Freguesia no sentido de encontrarmos uma solução que seja boa para todos, uma vez que, já na anterior solução, ou seja, sem a existência da ciclovia eram duas vias de circulação de carros e portanto não havia possibilidade de estacionamento também, mas havia essa agilização por parte da PSP, portanto, nunca levantaram problemas ao estacionamento, mas o que é facto é que existiam duas vias de circulação para automóveis. Não era possível estacionar, mas também a PSP nunca levou essa questão ao limite e portanto, acho que podemos a partir de agora iniciar esses contactos e encontrar uma solução apesar da solução não ser fácil, mas o que é facto é que esta obra foi financiada precisamente pelo espaço da ciclovia. A ciclovia tem uma largura maior que o dito normal, precisamente por causa da parte financiada e muito pouco temos a fazer a não ser chegarmos a um acordo com as autoridades no sentido de possibilitar a situação do estacionamento e encontrar um horário para a ciclovia. Em relação ao Fernando Pires, de facto, já tivemos este debate na reunião de Executivo do dia 13 de setembro. Em relação ao que se passou e àquilo que nós já falamos nisto, tem tudo a ver também como uma questão de semântica, ou seja, apresentação dos relatórios da auditoria ou apresentação de relatórios preliminares ou relatório preliminar da auditoria, quer dizer, nós como dissemos na reunião de Executivo, existe um reconhecimento de que o Fernando Pires é um jornalista Mirandense e que tem feito o seu trabalho, não acredito que da parte, como foi dito na reunião de Executivo, da parte do Vereador José Cunha existisse qualquer situação que fosse para ferir de alguma forma a dignidade do jornalista Fernando Pires, antes pelo contrário, julgo que até foi referir-se às questões da Comunicação Social de uma forma geral, mas citando o Fernando Pires. Ele explicou na altura na reunião de Executivo essa questão mesmo, também está lavrada a ata. O José Cunha está-me a pedir para falar e eu já lhe passarei a palavra no final das respostas todas.

Relativamente ao Município Orlando Bernardo, trabalhador da Câmara Municipal, de facto, como todos sabem, há muitos anos que os funcionários públicos não têm progressão de carreiras e alguns tiveram acesso à mobilidade interna, cinco e, portanto, estão em condições de consolidar a mobilidade. Neste momento temos vários pedidos de trabalhadores do Município para a mobilidade interna, isto quer dizer, que eles ou tiraram um curso ou já tinham um curso antes de entrarem nos quadros do Município e pretendem que seja dada a mobilidade para a carreira de Assistente Técnico ou Técnico Superior. Aquilo que se passou dentro desta mobilidade interna é que nós trazemos a esta Assembleia Municipal uma alteração do mapa de pessoal.

...Pausa por interrupção da palavra da Senhora Presidente por parte do Senhor Deputado António Figueiredo da bancada do PSD...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Eu acho que tenho todo o direito a responder... A liberdade de expressão dá-me o direito de responder...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A liberdade de expressão não me dá o direito de ir para aí falar do que quer e me apetece...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mais uma vez... Pronto... Qual é o seu papel aqui?... Mais uma vez, por favor não interrompa as declarações da Senhora Presidente...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O órgão máximo desta Câmara é o Senhor Presidente não é a Senhora Presidente da Câmara...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A Senhora Presidente está a responder às questões que foram colocadas pelo público, isso é regimental...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas não foram colocadas...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Isso é regimental...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Presidente não tem nada que responder...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De qualquer modo, no tempo devido, os Senhores façam as vossas críticas e podem fazê-lo já de seguida no período antes da Ordem do Dia. E é uma altura ideal para nós discutirmos isso, está bem? Pronto. Muito obrigado. Pode prosseguir.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Que fale lá o que quiser...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito rapidamente dizer-vos que esta questão da mobilidade interna, bem como a situação dos precários, é uma situação que está a ser estudada. Em relação a este trabalhador certamente que internamente saberemos e vamos ter uma reunião com ele.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Quer dizer, não deixaram falar o homem e agora ela está a falar dos precários.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Ó Senhor Deputado, tenha calma.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Isto é um contrassenso, isto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Tenha calma, Senhor Deputado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Em relação ao Professor, amigo, Leonel Xavier...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó, não me manda calar. Não me manda calar.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Em relação ao...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Está a ouvir?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhores Deputados...
Senhores Deputados...
Senhores Deputados...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Eu não o mandei calar Senhor Deputado, disse-lhe para ter calma que é completamente diferente.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O Senhor anda sempre a mandar-me calar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhores Deputados...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Estou a dizer para ter calma.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Agora sou eu...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Se me derem licença eu vou continuar... Em relação ao Professor e amigo Leonel Xavier, faz uma questão muito pertinente que é as casas degradadas quer nas Freguesias quer na Cidade e também na Vila. Posso dizer-lhe que neste momento existe e já foi apresentada aqui neste Auditório um instrumento financeiro que é o IFRU que permite a privados candidatarem-se a determinadas condicionantes e temos também o PERU que é um Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que já estava aprovado, mas que de facto nós temos feito algum trabalho no sentido de identificar situações, colocar situações de risco em proteção. Isto é feito pela Proteção Civil em que fazemos a avaliação do próprio imóvel e são notificadas pela Divisão de Urbanismo. Neste momento só temos uma demolição que foi na Freguesia da Torre de Dona Chama uma vez que estava em risco de ruína com perigo para as pessoas e portanto foi feita a avaliação, foi feita a tomada de posse administrativa do imóvel e foi feita a demolição. Neste momento nós temos 68 notificações que já foram feitas aos proprietários, eles têm sempre um período de resposta, a não ser que estejam mesmo em perigo de ruína e, portanto, nesses caso tem de se fazer a posse administrativa. De qualquer forma a Proteção Civil fazem sempre a sinalética, fazem sempre a vedação da área no sentido de minimizar possíveis riscos que existam.

Em relação à Cristina Martins, dizer-lhe que em relação a estas situações e que tem a ver com cemitérios é sempre muito sensível falar sobre elas, todos sabemos que são situações que nos tocam de forma particular quando os nossos entes queridos nos deixam pelo menos de uma forma física. Não conheço o caso em particular, não conheço os registos que a Junta de Freguesia tem ou quais foram as propostas que o Senhor Presidente da Junta fez, mas ele está aqui presente acho que pode depois tomar a palavra e fazer essa justificação.

Em relação ao Senhor João Fernando Rodrigues que veio falar da questão do número de porta, dizer-lhe que se trata do número de polícia, ou seja, aquilo que existe em algumas situações é que nós seguimos a Carta Administrativa e aquilo que proponho nessa situação é realmente com o apoio do nosso topógrafo e com articulação das Juntas de Freguesia ver, de facto, em que território está até que porque nós temos algumas áreas, não só essa, mas algumas áreas que já foram aqui levantadas que é Vale de Gouvinhas e a Bouça que existe ali a nível de delimitação territorial situações divergentes e isso é um processo que tem que entrar na Assembleia da República para alteração dos limites territoriais. Tem que ir às Assembleias de Freguesia, tem que ser aprovado, tem que vir à Assembleia Municipal, tem que ser aprovado e só depois é que é solicitada essa alteração dos limites territoriais. Essa é uma questão que nos preocupa uma vez que, nesse caso até pode não ser, Alvítes e Romeu estar enquadrado num território de uma Junta de Freguesia, mas na Bouça e Vale de Gouvinhas existe esse problema há muitos anos e é uma situação muito preocupante.

Em relação à Professora Manuela Gândara a história também relata as memórias coletivas do povo e, portanto, gostei muito de conhecer a história em particular, mas aquilo que lhe posso dizer é que nós temos uma proposta de requalificação do próprio jardim, e eu julgo que o pode depois conhecer na altura em que estiver pronto e for aprovado para haver essa requalificação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está terminado, a Senhora Presidente quer passar a palavra ao Vereador Cunha.
Então, faz favor.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, colegas do Executivo, Senhores Deputados, Público em geral.

Queria só esclarecer a situação reportada pelo jornalista Fernando Pires, já foi também esclarecida em reunião de Câmara. Em nenhum momento em nome da minha pessoa estive em causa o profissionalismo do jornalista. O que aconteceu foi que quis esclarecer da melhor forma os Senhores Deputados no caso aqui da Assembleia Municipal das questões levantadas, das questões como o Senhor Presidente do PSD o Senhor Deputado Paulo Pinto, referiu que eu corria diariamente para a Rádio para eu fazer intervenções e eu nesse momento quis explicar que foi só uma peça, se calhar não utilizei os termos técnicos mais corretos e disse recortes à entrevista. É verdade que foi feita uma entrevista uma só vez, com vários temas e o Jornalista e bem depois fez as várias peças. Eu quis explicar essa situação, se calhar os termos utilizados de cortes e recortes não era de que foi maquiada a notícia, mas que não foi toda transmitida de uma só vez, mas em peças dependendo da temática e do interesse jornalístico da população. Sobre a situação de chamar ou não relatório aqui não estamos a pôr em causa o jornalista em questão ou os outros, se usarmos bem ou mal o termo. Aqui foi a questão que nos foi questionada, então onde é que existia esse relatório e nós tivemos que explicar que não existia um documento físico ou um relatório em papel para entregar, mas sim que nos foi feita uma apresentação e para que não restassem dúvidas pudesse estar a ser escondido algum documento ou qualquer situação. Outra situação que também já foi falada, foi na questão do Protocolo com os CTT que eu na conversa que tivemos nessa entrevista fiz uma parte introdutória do porquê de falar daquele tema. No programa de Rádio Politicamente Falando, o representante do PSD fez alguns comentários sobre a temática da vinda dos GIPS e eu fiz o comparativo entre as duas situações e também um termo utilizado que não foi da minha autoria a questão de “fazer filhos em mulher alheia” e muito bem depois quando o Fernando Pires quando saiu a notícia, conversamos a dizer que poderia haver alguma confusão e informou-me como esse tema foi debatido no programa se eu queria fazer alguma contrarresposta e fazer essa introdução a explicar o porquê de falar disso devia ter remetido para o programa e não nessa entrevista, por isso é que eu aqui referi o porquê de falar do Protocolo dos CTT, porque eu tinha comparado à situação dos GIPS e também desse termo utilizado. Mas nunca estive na minha pessoa colocar em causa o profissionalismo ou de qualquer outro jornalista, foi simplesmente tentar explicar da melhor forma e que não houvesse dúvidas das minhas declarações nesse caso à imprensa e a situação de referirem que estava quase diariamente na imprensa, tanto é que eu nessa semana nem estava em Mirandela nem em Portugal, quando saíram as peças para a imprensa. Mas da minha parte nunca estive em causa, peço desculpa se passou essa informação, ou esse entendimento que eu o coloquei em causa. Nunca foi da minha parte nem nunca teve esse sentido de o prejudicar ou dizer que não foi ético ou profissional. Foi sim de explicar a todos os Deputados as perguntas que me foram colocadas e era só. Tenho dito e obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado. Tendo o Executivo terminado as suas respostas, eu quero apenas acrescentar o seguinte: A Mesa, todos nós, sabemos da importância da Assembleia Municipal, não se trata aqui de pôr em primeiro plano ou segundo plano, uma coisa é certa, nós existimos porque existe o Executivo, e existimos para quê? Para fiscalizar o Executivo para aprovar ou não aprovar aquilo que é proposto pelo Executivo e para sermos esclarecidos sobre o que se passa no Município. Eu confesso e de manhã quando iniciei a nossa reunião, falei do tempo, isso dizia respeito a todos inclusivamente também à Senhora Presidente, é lógico. Também tenho que reconhecer que às vezes se alonga e tenho que lhe pedir que nunca interrompa o seu raciocínio nem o esclarecimento que tem que nos dar mas que tenha alguma contenção na apreciação de algumas intervenções, tudo bem. Outra coisa é certa, enquanto nós temos regimentado o tempo dos Deputados do Público, etc, a Senhora Presidente não tem tempo, portanto, e nós como pessoas bem formadas por muito que nos custe devemos ouvir com paciência, mais a mais quando são assuntos interessantes nem que fujam ao tema mas que são extremamente esclarecedores. Nós só podemos avaliar o Executivo e votar muitas das coisas que aqui são propostas e fiscalizar se soubermos o que se passa, e depois, de facto neste momento quando vocês enfim, levantaram a questão, ela fugiu ao tema, mas eu estava a achar extremamente esclarecedor o assunto. Pronto, peço-vos paciência, essencialmente este debate entre vocês que é escusado e agora no tempo devido, as críticas que houver que é no período antes da ordem do dia, os Senhores façam o favor de as apresentarem e nós estamos cá para as ouvir todos juntos e tomar atitudes. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, então, ao período antes da ordem do dia, o ponto três da ordem do dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Quer fazer uma interpelação à Mesa?

----- **O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:**

Senhor Presidente, bom dia, só um esclarecimento se for possível. Foi posta aqui em causa a minha honra, portanto, nem sequer vou invocar o artigo ou a alínea desse assunto e tendo em conta que a Senhora Presidente não podia dar o esclarecimento e acabou por referir que eu era a pessoa adequada para dar esse esclarecimento, queria dá-lo aqui na Assembleia tendo em conta o assunto que trouxe aqui alguém e a acusação que me foi feita. Portanto eu quero dividir dois aspetos, há um aspeto que é a defesa da honra porque fui acusado aqui de um crime de peculato e fui, digamos, de alguma forma questionada a minha prepotência, isso põe em causa a minha honra e, relativamente ao assunto que trouxe cá a pessoa eu penso que é obrigação minha dar o esclarecimento a esta Assembleia e a toda a gente que aqui está, portanto, e é nesse contexto que eu peço o uso da palavra, porquê? Porque no período antes da ordem do dia gostava de fazer uma intervenção e se fizer este esclarecimento no período antes da ordem do dia vou ter que perder o direito à outra intervenção que eu vou fazer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É assim, em relação à honra, como sabe, tem todo o direito de a defender se entende que ela foi ofendida. Em relação à questão em si, é lógico que de acordo com o regimento quem dá respostas é o Executivo não a Junta de Freguesia, no entanto e porque eu acho que é

pertinente a questão, eu pergunto à Assembleia se veem algum inconveniente em que o Senhor Presidente da Junta esclareça esta situação. Quem tiver alguma coisa contra que levante o braço. Não havendo, Senhor Presidente faz favor de esclarecer.

----- **O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Senhor Presidente obrigado, bom dia a todos.

Vou falar para o Senhor Presidente que é o que o Regimento, digamos, nos obriga, queria saudá-los.

Há duas coisas que eu vou separar. A honra ninguém ma vem tirar com uma acusação de peculato. Isso há-de ser o Tribunal um dia a acusar-me. O peculato é quando alguém em funções públicas se apropria de algo que é aquilo que ainda não aconteceu nem vai acontecer, portanto, e é a meu favor, a meu favor particular. Aquilo que está aqui em causa é que alguém na nossa Freguesia queria ser tratado de uma forma diferente e eu isso não autorizo como Presidente da Junta de Freguesia. As sepulturas não são vendidas, são concessionadas, é o que diz a Lei. E a concessão que alegadamente a família diz que foi feita não está registada não há um comprovativo da compra, o valor que a família invoca que foi 5000 escudos que pagou é mentira, porque na altura as concessões eram feitas por 500 escudos. Só para terem a noção da grandeza, naquele tempo 5000 escudos equivaleria hoje a quase 1000 euros, foi as contas que fizemos ainda há uns tempos. As concessões naquele tempo eram feitas por 500 euros que é uma coisa completamente diferente, 500 escudos, peço desculpa. A família entendeu apresentar uma queixa no Ministério Público em que o processo está a decorrer e onde eu fui prestar declarações. Os esclarecimentos cabais que eu tinha que dar. Só se aceita a colocação de um jazigo no cemitério da Freguesia com base naquilo que está protocolado em função daquilo que está na Lei. Tem que haver uma concessão, e a concessão não existe. Todos são inocentes, todos são verdadeiros e eu acredito na palavra de toda a gente. Pedi à família que me provasse que tinha feito essa concessão, e essa concessão não foi provada a sua existência. Na Junta de Freguesia há registos desde 1972 e esse registo não existe. Portanto não posso aceitar que venham aqui acusar-me de peculato. Eu não me estou a apoderar de nada, se calhar alguém é que se quer apoderar de uma coisa e o Presidente da Junta está em funções desde 2013, não autoriza que isso seja feito. Eu tenho pena que os meus antecessores quando houve funerais, infelizmente da família, aceitou que aquilo tivesse continuado daquela maneira. Agora eu desde que estou investido de funções não autorizo que isso continue assim. Nós fizemos um período de regularização das sepulturas em 2015. Porque é que a família não se dirigiu à Junta de Freguesia para tratar do assunto? Porquê? Porquê? Foi esta a pergunta que eu fiz no Ministério Público. Quem quer ter uma concessão, tem que a pagar. É assim que se trata toda a gente por igual. E vir aqui acusar-me de peculato era se eu quisesse ficar com a sepultura para mim. Não a quero e respeito muito a memória dos mortos, mas acima de tudo, respeito os vivos, e é com esses que nós temos que lidar todos os dias. Eu tenho lá família naquele cemitério, hão-de ir para lá os meus pais e hei-de ter que ir para lá também eu. Portanto eu respeito aquele espaço como ninguém. Agora ninguém está acima da Lei, nem eu, e eu tenho que a fazer cumprir e tenho que a aplicar. Portanto, Senhor Presidente quero-lhe dar aqui este esclarecimento, que não aceito que me acusem de peculato, isso tem que me acusar o Tribunal, não é alguém que até continua a dizer que o preso 44 é um homem honesto íntegro e que foi o melhor Primeiro-Ministro deste país.

----- **A Cidadã Cristina Martins disse:** ... (não se percebe a fala) Então arrancas a do Dr. Calejo arrancas as da Família Bragança, porque nem em nenhum livro estão, portanto tu abusas do poder e estás equivocado e sabes até já foste... (não se percebe a fala).

Lamento que eu não pudesse intervir na hora de falar para o povo e tivessem que vir os Deputados Municipais, isto é uma brincadeira é uma fantochada e portanto continuamos com o Processo em Tribunal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

Eu peço desculpa, é daqueles momentos em que o silêncio é que fala mais alto e é isso que vamos fazer. De qualquer maneira eu entendi perfeitamente a mensagem. Entendo também a pessoa, como a Senhora Presidente já disse é uma questão muito sensível, quando se fala dos nossos, em que muitas vezes o coração se sobrepõe à razão e também teremos que ter alguma compreensão nesse sentido.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Agora sim, passamos ao Ponto número três Período Antes da Ordem do Dia, peço aos Senhores Deputados que se queiram inscrever neste ponto.

Antes da Ordem do Dia

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** A Mesa regista 16 inscrições, penso ter-mos todos devidamente anotados com seis minutos para cada um o que totaliza mais de os 60 minutos Regimentais vai ser necessário acrescentar os 30 minutos previstos no Regimento e na Lei.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Almeida Torres Belchior disse:** Queria apenas antes de passar chamar os Srs. Deputados, informar e até mesmo para que ninguém se aborreça, que eu chamarei, a ordem vai ser os Partidos, porque na última reunião houve Senhores Deputados que ficaram aborrecidos de estar à espera mas vou tentar chamar um de cada Partido, essa será a ordem. Sendo assim passo a chamar o Senhor Deputado Víglío Tavares, faça o favor.

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral e Comunicação Social.

Começava por uma ideia que o Senhor Presidente da Assembleia acabou de dizer, “temos que conhecer para podermos fiscalizar”, efetivamente se nós não conhecermos não podemos fiscalizar, não podemos desempenhar o nosso papel o mais corretamente possível, por isso, não entendo porque é que foram cortadas as palavras de algumas pessoas, nomeadamente o trabalhador que poderia ser chamado à atenção, vem aqui como cidadão e não como trabalhador, portanto, é o caso como cidadão que deve apresentar, até porque esse assunto vai ser debatido na ordem de trabalhos e seria bom o esclarecimento para nós Deputados podermos melhor votar esse ponto. Por isso acho que quer essa intervenção quer outras têm razão de existência, no meu entender, nomeadamente a dos elementos das Juntas de Freguesia ou da Assembleia de Freguesia, quando veem que na própria Assembleia de Freguesia não tem qualquer seguimento, porque não comunicá-lo aqui na Assembleia Municipal até porque a Senhora Presidente da Câmara como representante máxima do concelho precisa de estar ao par dessas situações, este é o meu entender.

Em relação ao património e eu chamo-lhe já património nomeadamente das casas degradadas, nomeadamente património de Lamas de Orelhão que foi aqui referido. Na verdade, constato, estou há 30 anos em Mirandela e nada foi feito, por exemplo a essa Casa da Câmara ou Tribunal, com o brasão a degradar-se cada vez mais e, por isso, acho que já foi falado aqui por um Deputado, questões do património, acho que o Executivo tem de pensar seriamente em criar algo mais para que sejam identificados todos os casos que merecem uma intervenção já urgente e porque não pedir a colaboração das Juntas de Freguesia para isso e os casos particulares, pois é evidente que é preciso também resolvê-los o mais urgente possível. Eu tive um caso na minha aldeia, de uma casa que estava a cair junto da minha, officiei à Câmara e foi resolvido e a pessoa nem estava lá, estava no Canadá, nem sabíamos a direção e foi resolvido.

Em relação a outras questões que eu queria aqui falar, começo pela Cidade e falar das árvores que às vezes nos passeios prejudicam os transeuntes, as pessoas ou os Turistas. Ainda há dias um pai com uma criança ao colo para agarrar a criança, o ramo apanhou-lhe os olhos, foram para o chão, mesmo ali à entrada da Ponte Açude, do lado de Golfeiras, portanto para lá. Não acontece isso em todos os lugares, é evidente, mas seria bom que as pessoas, os “donos” das oliveiras, que adotaram as oliveiras sejam chamados à atenção ou a Câmara que tome alguma resolução da situação. Queria falar também de uma situação que se passa na rua ao lado da Senhora do Amparo que eu penso que agora não tem lá a marcação da toponímia, já teve, penso que é rua Dr. Jorge Pires, rua do Restaurante D. Maria. Essa rua há necessidade como foi intervencionada, neste momento nem tem essas marcações, nem tem as marcações do sentido para que se circula, nem sequer do estacionamento, então é um caos, e há inclusivamente, pessoas que já se viram em dificuldade quase a baterem com os automóveis, transeuntes a serem apanhados. Portanto é urgente que se fizesse essa marcação.

Em relação às aldeias queria trazer aqui algumas questões da Torre de D. Chama. Começo pela questão da extensão de saúde, apenas tem um médico, quando teve sempre três. Depois da visita já há alguns meses do Diretor da ULS e da Presidente da Câmara, onde foi prometida a rápida solução do problema, até este momento ainda nada aconteceu.

Segundo, a Casa das Artes e Ofícios, casa do Careto, Pavilhão Multiusos. Aguardam candidaturas aos programas Comunitários, foi solicitada uma ajuda por parte da Freguesia e nada foi feito. Projetos importantes para a Vila e essa zona, nomeadamente para a dinamização do Turismo na Vila como fonte de valorização e incremento económico e social, numa zona rural, como sabem, a necessitar de mais movimentação, já que a Casa das Artes tinha como finalidade cursos de formação profissionais na área do artesanato com os materiais dos artesãos da vila, nomeadamente: pele, lata, ferro e outros, bem como a existência de uma plataforma *online* para venda dos produtos. Acho que também deveríamos ter mais atenção porque ainda não foi feito nada.

Em relação ao património, cá estamos, o Castro de São Brás é património classificado, completamente abandonado. Há ou não a possibilidade de poder ser contemplado com uma candidatura aos programas de recuperação? Se há de que estamos à espera? Quarto ponto: Projeto do recinto da Feira. Este projeto engloba uma zona de habitação a ser contemplada pela candidatura aos quadros Comunitários “meio de fixação de alguns casais jovens. Como está? Em que estado se encontra?

Cinco: Outro aspeto não menos importante é a questão das Escolas, os responsáveis não deram nenhuma garantia aos pais de que ia haver a preocupação de dar continuidade aos ciclos que terminaram no colégio. Já sabemos que o Colégio encerrou e agora como será para os alunos da Torre e daquela parte do concelho?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Virgílio Tavares, está esgotado o tempo...

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Um minuto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Porventura, para outras questões pode utilizar o período Outros Assuntos de Interesse para o Município ao final da tarde.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Recordo que temos dezasseis inscrições estamos perto do meio-dia, portanto, isso leva-nos para uma hora já muito tardia para o almoço. Apelamos à compreensão de todos para a gestão do tempo. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Muito bom dia a todos. Cumprimentar a Mesa, o Executivo, Deputados Municipais, Público presente.

Bem, depois de conhecermos a guerra dos cem anos, que afinal não foram cem anos foram cento e dezasseis, agora temos também a dos cem dias, que afinal já não são cem dias, já vão quase em trezentos e sessenta e cinco. No início do mandato a Senhora Presidente disse e bem, fez com prioridade e concordo, a retirada do lixo do Cachão e disse que nos primeiros cem dias que seria resolvida a situação. No entanto passaram-se os cem dias e tudo continua na mesma. A verba do governo já veio, já foi transferida já houve abertura do concurso e agora vamos saber que houve impugnação do concurso. Ora bem, esta situação continua, obviamente, a atrasar e aquilo que eu gostava de saber era os motivos para esta impugnação ao concurso e quais os desenvolvimentos que temos relativamente a esta situação.

Outra questão que quero falar tem a ver com o Conselho Municipal de Juventude. Foi convocada uma nova reunião do Conselho Municipal de Juventude para dia 10 de outubro às 18 horas e eu aproveitei já para informar que por motivos profissionais não vou poder comparecer às 18 horas. Mas no entanto tenho que falar no que sucedeu na anterior reunião, convocada para o dia 11 de julho às 18 horas, informei o senhor vereador que não chegaria a tempo, à hora agendada e que chegaria mais tarde, por compromissos profissionais, uma vez que o meu horário de trabalho não se coaduna com a hora que estava agendada. Assim fiz e qual é o meu espanto, que chego à reunião e vejo que ela não se realizou e fui informado que não se realizou, porque estava pouca gente. Uma colaboradora da Câmara, se quiserem depois posso dizer quem foi, disse-me que não se realizou a reunião. A questão que se prende aqui é que isto é uma violação ao Regimento do Conselho Municipal de Juventude, clara. No número dois do artigo 20, diz-nos se a maioria dos Membros não estiver à hora designada, esta iniciar-se-á decorridos trinta minutos com o número de Membros presentes. Ora bem, assim, independentemente de quem estivesse no CMJ, ele tinha forçosamente que decorrer e não podemos estar nós reféns, nem presos das vontades individuais de cada um ou dos Membros, e além disso, tenho que reforçar aqui, porque, no meu entender há aqui algo que não está a ser cumprido que é a questão do número seis do artigo dezoito da Lei n.º 6 de 2012 do Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude em que nos diz que as reuniões dos concelhos Municipais de Juventude, devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus Membros. Ora bem, convocar uma reunião, para um dia de semana às 18 horas não me parece ser compatível com as atividades académicas e profissionais e talvez por isso se registre que há pouca gente a participar nestes Conselhos. Recordo que as reuniões anteriormente do Conselho Municipal de Juventude realizavam-se habitualmente aos sábados e excepcionalmente em dia de semana depois das 21 horas, por isso, também aconselho se calhar a revermos a hora e o agendamento destas reuniões. Além disso um assunto que eu levei na primeira reunião do Conselho e que agora trago novamente à Assembleia é que continua sem constar no *site* da Câmara Municipal as atas, o Regimento e os pareceres dos anteriores Conselhos Municipais de Juventude. Foi levantada esta questão no Conselho e aquilo que me foi dito foi que seria um lapso. Bem, passaram-se seis meses e continua o lapso a ocorrer sem qualquer motivo, explicação ou razão aparente e novamente questiono porque é que não estão estes documentos no *site* da Câmara e na parte destinada ao Conselho Municipal de Juventude. E por falar em atas, eu não consigo de todo compreender esta nova dinâmica de publicitação das atas das reuniões de Câmara. Ora estamos meses sem ter qualquer publicitação, ora saem duas ou três de uma só vez, sendo que a cada reunião é aprovada uma nova ata ou pelo menos o deveria ser, não consigo compreender porque demora tanto tempo a chegar ao conhecimento do público. E aqui tenho que saudar obviamente os Serviços da Assembleia porque temporalmente vão alertando para quando saem as atas das reuniões de Câmara Municipal. Mas fiquei deveras preocupado com uma das situações que li numa ata. Ora o Senhor Vereador da Administração Financeira, o Senhor Vereador José Cunha, na ata de 24 de maio, na reunião diz-nos que “provisões contam como dívida”. Bem, no entender do Senhor Vereador as provisões são dívida, e quando alertado para o facto de as provisões não serem dívida, pelo Senhor Vereador Rui Magalhães, ainda afirma que o que o Senhor Vereador pensa é uma coisa, o que é realidade é outra. Bem se eu já fiquei chocado com a questão de considerarmos que as provisões são dívida, ainda mais chocado fiquei que quando alertado para esse facto se tem este tipo de resposta e aqui também queria deixar um conselho pois acho que devia certamente recorrer à Comissão de Normalização Contabilística, informá-los que agora provisões são dívidas porque andamos todos enganados no meio da contabilidade e se calhar depois da teoria dos jogos de *Jonh Nech* teremos também um prémio nobel em Mirandela depois desta descoberta extraordinária. Posto isto, isto seria tudo muito engraçado se não fosse triste, porque eu não consigo compreender como é que um vereador responsável pela Administração Financeira comete um erro destes e ainda por cima quando alertado para o facto continua a dizer que está correto e todo o mundo está errado. Errar toda a gente erra, estamos todos disponíveis a isso e acontece a toda a gente, agora ter a resposta que teve quando foi alertado para o facto, isso aí já não me parece correto, e, por isso, deixo também aqui o meu entender que se calhar deveria repensar bem se a Administração Financeira ficaria bem a seu cargo. Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Eu confesso que não trazia nada preparado, nem sequer era para intervir, mas quando cheguei registei com muito agrado o aumento da participação do Público que se tem verificado nestas Assembleias e devo dizer que não obstante, dos “zunzuns” que se vão ouvindo e as conversas trocadas e às vezes o debate começa a aquecer mas fico sinceramente muito agradada, em ver que as pessoas finalmente começam a saber que há Assembleias Municipais em Mirandela. Porquê? Porque chegam cá expor assuntos que eu acho que já andavam pendentes há muito tempo, como temos aqui verificado, as pessoas vieram cá expor assuntos que traziam já ali há muito tempo para expor e talvez não sei porquê, nunca tinham vindo cá, eu não quero acreditar, que as pessoas andassem “amordaçadas” mas se assim foi, fico muito feliz por finalmente deixarem cair as mordaças. Chegamos até a constatar que, uma coisa que eu quero também registar é que temos uma Comunicação Social independente que também vem cá fazer críticas ao Executivo e quero aqui registar a elevação com que a Senhora Presidente responde às críticas ao que é perguntado e ao que não é perguntado.

Segundo ponto, as Festas de Mirandela. Quero também felicitar o Executivo da forma como geriu a situação da instalação do Parque de Diversões da Festa de Mirandela. Andaram para aí tantos profetas da desgraça a vaticinar que ia acabar a Zona Verde que ia ficar toda destruída e hoje vamos à Zona Verde e afinal de contas parece que nada se passou. Só uma sugestão e aqui queria deixar a título de sugestão...

Não, não está enganado...

A título de sugestão, o estacionamento pago e eu gostava que a Câmara se debruçasse sobre isso, da possibilidade da instalação da via verde eletrónica que é uma aplicação que funciona por telemóvel, isto já funciona em Bragança, e acho devíamos replicar os bons exemplos, funciona em Bragança, funciona em Cascais e numa série de outros sítios, as pessoas pela aplicação

do telemóvel conseguem pagar o estacionamento sem ter as limitações de tempo que têm os parquímetros, podem ausentar-se deixam o carro de um dia para o outro vão ao telemóvel, prolongam o tempo de estacionamento e a Câmara Municipal teria muito a ganhar se pensasse numa solução destas cá para Mirandela. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Muito bom dia a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, os Vereadores a Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Minhas senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social.
Senhor Presidente eu vou apresentar aqui uma moção à Assembleia.

“Moção”

1. A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) alterada pela Lei n.º 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei n.º 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Senhor Presidente da República referenciou:

- A sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- O inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero aligeirar de responsabilidades do Estado;
- A preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- A exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- O afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para recorrer a autonomia do Poder Local.

2. A Lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros – ou seja, um verdadeiro “cheque em branco” ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas Assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

- Até 15 de setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de outubro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências:

3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto e implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer na autarquia quer na poluição, se rejeitasse a sumpção a partir de 1 de janeiro de 2019, das novas competências que no diploma sectorial aprovadas pelo Governo venham a entrar em vigor.

A decisão desta Assembleia no sentido de não levar em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativa, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações.

Na verdade as interpretações que o ministério da Administração Interna foi produzindo, sem fundamento jurídico, por vezes contraditórias entre si e, em si mesmas, concebidas como fator de pressão e chantagem sobre os órgãos autárquicos, mais não visaram do que levar as autarquias à inação e colocando-as em situação próxima da aceitação tácita de novas responsabilidades e maiores encargos.

Atendendo aos considerandos referidos a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 28 de setembro 2018 delibera:

1. Rejeitar a assumpção de competências que venham a ser transferidas por via dos Decretos-lei sectoriais que o Governo tem em elaboração;

2. Reclamar:

- O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;
- A identificação do domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Em primeiro de tudo desejo as maiores, o maior carinho, vou-lhe mesmo chamar carinho, pela sua solidariedade Senhor Presidente, que teve para comigo, em relação à queda que eu dei aqui nesta Assembleia Municipal e estou-lhe muito a dever isso, como também ao Senhor Secretário, Senhor Deputado José António e também à Senhora Presidente, pela solidariedade que sempre manifestou em relação à minha limitação chamamos-lhe assim que eu tive aqui nesta Assembleia, também lhe desejo uma grande amizade, uma grande atitude que eu nunca vou esquecer, também ao Público em geral, tenho companheiros muito amigos e em relação à própria Assembleia Municipal em geral.

O que me traz aqui Senhor Presidente e eu sou muito seu amigo, repare nisto que eu lhe estou a dizer. Eu sou muito seu amigo e o Decreto-Lei que há bocado argumentei n.º4/2015 de 7 de janeiro versão atualizada eu há bocado enganei-me disse artigo número 200 e não é o artigo número 200, é o artigo número 5, boas práticas administrativas. No prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor do presente Decreto-Lei o Governo aprova por Resolução do Conselho de Ministros um guia de boas práticas administrativas. O guia referido no número anterior de caráter orientador enuncia padrões de conduta a assumir pela Administração Pública. A Administração Pública é a Câmara, se eu bem entendo é a Câmara portanto e também essa situação que há bocado ficou um bocado... Eu não fiquei alterado nem fiquei chateado com o Senhor Presidente. Agora o que me traz aqui é uma situação que já foi aqui falada e como eu vou ser Presidente no próximo mandato, ninguém sabe disso, nem a Senhora Presidente sabia, vai ficar agora a saber, fui escolhido pelo meu grande amigo e companheiro Rui Rio, portanto, pode já contar comigo para a próxima eleição. Eu vou-lhe dizer, na ata número 6 de 2017 de 29 de dezembro, eu por acaso não estive ó Senhor Presidente, nem vou às Assembleias porque eles é que me dizem coisas, veja lá a força que eu tenho neste partido, já, não é? Sou eu que mando nele já viu o que é isto? Pronto, e dizia a Senhora assim: “o Cachão realmente é uma bandeira da nossa candidatura, tal, tal, tal, ... a responsabilidade política é dos Presidentes de Câmara, por isso o risco político vai ser nosso, e nós já estamos a trabalhar nisso, já temos 270.000,00€ que será suportado pelo Fundo Ambiental, pois consideramos haver ali questões ambientais, graves riscos de saúde pública. Sabe o que é que eu fui lá fazer ao Cachão aqui há dias? Fui lá tirar umas fotografias, sabe o que é que lá havia? Ratos. Foi a semana passada que eu fui lá, Senhora Presidente? Olhe e isto é demagogia, Senhora Presidente, é demagogia pura. Como, como é que esta cegueira ainda existe em Mirandela, isso é que não percebo! Eu até me rio com isto, e pergunto, eu até era para ser um bocado mais incisivo para com a Senhora, mas eu pensei assim, não vou ser tão disparatado, não vou ser tão disparatado. Vou falar mais ao coração, a ver se a Senhora Presidente me ouve. E digo-lhe assim: se não retirou, palavras leva-as o vento, não serve para governar o Concelho. Se não retirou a Senhora Presidente escolheu o “Outro Caminho”, não sei qual é, se não retirou é uma egocêntrica vive em exaltação excessiva da sua personalidade, eu quero, posso e mando! Se não retirou é negligência, está a esquecer algo que deveria ter sido dito ou feito de modo a evitar que produza lesão ou danos a terceiros. Se não retirou, é uma idólatra, a Senhora Presidente é a adoração do próprio eu. Eu sou a rainha, os outros são os cervos, não é? A Senhora Presidente desperta em si o amor eco. Sabe o que é o amor eco? Então vá saber o que é o amor eco. É a condenação à própria imagem. Sabe o que é isso, a condenação à própria imagem? É egocêntrica. Se não retirou, peça desculpa aos Mirandelenses. Eles assim não precisam da Senhora Presidente. Disse.

----- **A Senhora Deputada Municipal Débora Pereira (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, e demais presentes.

A minha intervenção hoje tem que ver com a semana europeia da mobilidade que decorreu entre o dia 16 e o dia 22 de setembro, devemos estar cada vez mais atentos e sensibilizados para as questões ambientais, por isso destaco a instalação em Mirandela de um carregador para carros elétricos no parque de estacionamento da Cocheira, no entanto não são só as questões ambientais que nos preocupam, também as necessidades sentidas pelas pessoas com mobilidade reduzida são uma preocupação para o atual Executivo, nesse sentido foi criado o projeto “mobilidade para todos” apresentado no transato dia 18 de setembro. A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania legalmente consagrados na nossa Constituição da República, como o Direito à qualidade de vida, à Liberdade, à Igualdade de oportunidades, assim e no sentido de garantir a sua real integração e participação cívica, tem havido uma crescente preocupação no sentido de adotar medidas para uma sociedade sem barreiras.

Desta forma, louvo o projeto criado pelo Executivo “mobilidade para todos”, que numa primeira fase através de uma equipa criada para o efeito, fez o levantamento e a identificação de barreiras arquitetónicas à mobilidade, para tal contaram com o apoio de quatro cidadãos com mobilidade reduzida, afinal quem melhor do que eles para nos fazer chegar as suas dificuldades e as barreiras com que se deparam no seu dia-a-dia.

Como testemunhei através dos seus relatos na apresentação do projeto, uma simples saída para dar um passeio noturno nas festas da nossa Cidade pode tornar-se um pesadelo para essas pessoas... Escadas em vez de rampas, edifícios com entradas demasiado estreitas, rampas com inclinações vertiginosas... uma simples participação por exemplo nesta Assembleia Municipal não lhes é permitida, não temos lugares nem uma casa de banho para cidadãos com mobilidade reduzida, até uma simples ida à nossa Câmara Municipal só lhes é permitida há bem pouco tempo e mesmo assim não passam do rés-do-chão, é triste mas infelizmente é esta a realidade que nos apresentaram da nossa Cidade, obstáculos que transformam situações simples do quotidiano em experiências verdadeiramente desgastantes.

Em pleno século XXI tais situações já não deveriam acontecer, a Lei data de agosto de 2006, estamos em setembro de 2018, o que é que foi feito na nossa Cidade nestes doze anos?

Todos nós enquanto Deputados mas essencialmente enquanto Municípes e Cidadãos devemos estar mais sensíveis a este tipo de questões.

Promover a acessibilidade dos edifícios e espaços públicos com ganhos de funcionalidade, é garantia de melhor qualidade de vida para todos mas principalmente para as pessoas com deficiência, incapacidades e dificuldades na mobilidade, quer sejam elas permanentes ou transitórias como também é o caso das grávidas, crianças e idosos.

Neste sentido, gostaria de questionar o Executivo se o projeto apresentado é para colocar em prática, qual a próxima fase, e de que verba estamos a falar, uma vez que se torna imperioso atuar nesta matéria ... afinal há Outro Caminho e que este seja sempre o da inclusão.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Executivo, Senhores Deputados, Público em geral.

Eu vinha só deixar aqui alguns pontos e apanhando já o que ouvi hoje, ia começar até pelo Conselho Municipal de Juventude, aproveitando as palavras do Deputado Nuno Magalhães, ele ainda teve mais sorte foi convocado para duas reuniões eu fui só para uma e disseram-me mesmo, se não vêm, às 18h00m, não precisa de vir porque não vale a pena. Eu como sabem estou em Vila Real, às 18h30m até conseguia estar cá às 18h00 não, disse que não valia a pena, assim não vim. Fiquei agora a saber que já há outra reunião, obrigado porque ninguém me convocou.

Também pertenço ao Conselho Municipal de Segurança, não sei se está em vigor senão, desconheço, nunca fui contactado em relação a isso.

Em relação às casas em ruínas que já foi aqui falado, eu sou proprietário de uma casa que não está em ruína, mas está sim em frente a uma delas, na freguesia de Carvalhais, antiga propriedade dos Távora que se calhar muitos de vocês devem conhecer e casa assim protegida, os antigos donos, não os atuais, os antigos um infelizmente já falecido, mandou tirar parte da parede que era fachada protegida. Não vou nomear nomes porque o Senhor também já não está aqui par se defender já faleceu. Felizmente já tem novos donos e parece que já vai ser reunido lá mais casa rurais que eles já têm algumas e vão acompanhar, também não vou nomear nomes que acho que é do conhecimento geral e eles próprios fazem publicidade às casas rurais que têm.

Relativamente ao trabalhador que veio aqui da Câmara Municipal, acho de louvar e dou-lhe os meus sinceros parabéns é assim que se faz, é ter coragem e aparecer e não tentar fazer as coisas por trás, infelizmente não lhe deram a palavra, a meu ver foi mal feito.

Outra coisa que tenho que abordar e não posso desde já deixar porque tenho um cargo de cidadania e embora a minha área profissional seja a saúde e trabalho em Vila Real eu tenho de manhã à tarde e à noite chegam-me da área pediátrica e às vezes perguntam-me porque à noite não têm resposta, mandam-nos diretamente para Vila Real, por vezes em estados comatosos, convulsões e quase em perdas de vida. Falo isso de crianças e lactentes de zero a um ano e acho lamentável. Quando as políticas querem criar condições neonatais. Felizmente, vamos já ter três natalidades em Vila Real, coisa que aqui perdemos e se calhar era das melhores do Distrito.

Outra coisa que tenho que salientar que também me chegou por queixas das pessoas e vou trazer aqui. Não era do meu conhecimento, estou um pouco à parte. Relativamente à situação das escolas. A Escola de Carvalhais foi fechada e estava tudo reunido para ir para a Luciano Cordeiro parte do ensino Primário, muitas mães estão preocupadas, tenho a salientar que o ensino Privado, nomeadamente a escola do Miminho ganhou mais crianças devido à falta e à pressa que o Executivo teve em fechar a escola de Carvalhais com mais de 100 km devido à proximidade, mas depois não lhe deu as devidas respostas. Muitos pais estão preocupados. Desculpem estar a falar mais da parte pediátrica, mas é onde me surgem mais pontos de queixas, mais nada.

Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, tenho dificuldade em dizer a palavra Deputados, porque não trabalhamos a tempo inteiro, se bem que o trabalho é diário, Senhores Municípios, Público Presente e Comunicação Social.

Senhora Presidente era normal neste ponto fazer uma intervenção de fundo e por vezes sempre uma análise crítica do seu exercício enquanto Presidente de Câmara. Passado um ano altero a minha estratégia, vou passar simplesmente a fazer-lhe perguntas porque os assuntos pendentes são cada vez mais.

Senhora Presidente recupero aqui um tema que foi aprovado na última Assembleia, apesar dos votos contra do Partido Socialista que é a Moção que foi apresentada a favor das Juntas de Freguesia do concelho de Mirandela, onde o FEF, a totalidade do FEF era reclamado para as Juntas de Freguesia. Foi dito também que é verdade que não tem havido um debate alargado sobre as Juntas de Freguesia nesta Assembleia Municipal, mas também foi dito que aquela Moção muito bem redigida e muito bem preparada era justificada por valores de justiça e de equidade onde os dinheiros públicos tinham necessariamente a favor da Cidade e do meio rural e sobretudo o tema das Freguesias bastante atual, porque quando se fala de descentralização do Governo, de competências do Governo para os Municípios. Nunca se fala normalmente de descentralização de competências dos Municípios a favor das Juntas de Freguesia. Portanto, Senhora Presidente pergunto-lhe, ainda que o seu partido tenha votado contra, como é que é possível, se vai recuperar essa moção, porque está em perspectiva, se é que ainda não iniciou a preparação do próximo orçamento da Câmara Municipal de Mirandela.

Recupero também, a Senhora Presidente fez muito bem em relação ao asfalto fresado, colocá-lo à disposição das Juntas de Freguesia, mas também é verdade que algumas Juntas de Freguesia na perspectiva de aproveitarem esse equipamento a favor dos seus caminhos rurais, fez muito bem ter disponibilizado às Juntas de Freguesia, elas próprias podem também compor os seus caminhos rurais, permitir o acesso de equipamentos e pessoas porque também se trata de mobilidade de pessoas e bens e equipamentos no acesso aos seus caminhos. A mobilidade não pode ser só na cidade, a mobilidade porventura tem que se alargar ao concelho e nomeadamente às Juntas de Freguesia. Mas pese embora a publicidade que foi colocada neste tema e em torno da ação positiva que o Município teve, há determinadas Juntas de Freguesia que tiveram custos de transporte de cerca de 600 ou mais euros. Depois da publicidade política em torno do Município, pergunto Senhora Presidente se não era de elementar justiça pagar esses transportes às Juntas de Freguesia que efetuaram esse transporte.

Senhora Presidente felicito-a pelo Evento que realizou juntamente com a Freguesia das Lamas, a Feira Medieval, mas também lhe pergunto se porventura no seu mandato já determinou se havia Juntas de Freguesia de primeira, de segunda e de terceira. Porque em todas as reuniões de Câmara há pedidos de Juntas de Freguesia que reprova, há pedidos de Juntas de Freguesia que aprova, mas não aprova nos montantes equiparados, pergunto-lhe se porventura essa estratégia é clara ou é porventura encapuçada politicamente.

Senhora Presidente, e o lixo de Torre de Dona Chama? Eu confesso não há memória nesta Assembleia de falarmos tantas vezes de lixo. Um Presidente de Junta convocar a população para as 07 horas da manhã do dia 20 e 22 de setembro, aqueles que tivessem disponíveis e interesse para limpar as ruas da vila. Eu confesso Senhora Presidente, eu tenho muita dificuldade em

falar em lixo, porque não vou falar mais, aproveito para lhe perguntar se o Ministro do Ambiente vem cá no dia em que a retirada do lixo for feita. Porque é que vem cá cortar foguetes e ganhar os louros de um subsídio que colocou na sua mão para uma situação emergente, mas não era emergente quando o anterior Executivo o visitou várias vezes e lhe disse que não tinha dinheiro, não tinha fundos. Não era o Município que estaria a penalizar, se bem que penalizou, mas era uma população que é a mesma. Os políticos podem mudar, mas a população do Cachão é a mesma. E pergunto-lhe se situações emergentes obrigava a medidas excecionais por parte de um Ministro que é responsável pela Tutela que é. Senhora Presidente, porque é que não responde aos ofícios, tem tantos ofícios pendentes no seu gabinete, mas mesmo tantos ofícios. Sabe que é obrigada ao abrigo do Código Administrativo Processual? Porque é que não faz isso?

Senhora Presidente, outras questões que gostaria de lhe colocar e muito rapidamente...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto deixe-me informá-lo que lhe vou dar mais um minuto por causa das interrupções aí do microfone.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Eu agradeço, até porque a Isabel Barreira fez uma intervenção sobre as Festas de Mirandela e falou nos profetas da desgraça. Senhora Membro da Assembleia, o meu partido neste período de verão saiu imaculado. Desafio-a a procurar na Comunicação Social porque é lá que tem eco, alguma posição nossa e a minha intervenção final nesta Assembleia vai versar sobre esse tema e vou fazê-lo muito claro e muito respeitadamente, porque em política não vale tudo. Sobre os profetas da desgraça só podem ser os Municípios e que maioritariamente votaram na Doutora Júlia, porque do PSD, militantes e simpatizantes não ouviu absolutamente nada.

Sobre a Moção do Jorge Humberto teremos oportunidade de a votar.

Sobre a intervenção da Débora Pereira, bem-vinda à Semana da Mobilidade, eu fico satisfeito até porque este Município conjuntamente com a bancada do PS vai tomar como bandeira sua a Semana da Mobilidade, uma bandeira que também já foi do PSD estes dez ou doze anos. Perguntava à Senhora Presidente se sabe qual é o número da edição em que a Semana da Mobilidade já se desenvolve. Senhora Presidente para querer justificar as barreiras arquitetónicas que temos que retirar todos os dias. Era o que faltava um público-alvo tão específico se ver manietado do acesso a equipamentos e nomeadamente públicos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Agradeço mas já passou o tempo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Mas Senhora Presidente permita-me que lhe diga só uma coisa. É verdade que nós queremos enfatizar estes discursos daqueles que defendemos politicamente, mas triste é ter fome, triste é ter fome, o resto uns daqui outros dali saberemos com sentido de oportunidade resolver os assuntos que afligem a população de Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço que termine por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Posso fazer um ponto de ordem?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Queira explicar por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Lamento que o para Deputado Paulo Pinto pudesse terminar a sua intervenção e eu que não demorava mais que 20 segundos, aliás era o assunto dos lixos da Torre que foi referido, não me tenha deixado, é só isso.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Virgílio Tavares, realmente assim é difícil conduzir uma Assembleia Municipal quando os próprios Deputados não têm compreensão e não conseguem acompanhar os constrangimentos que em dado momento surgem. O Senhor Presidente concedeu um minuto suplementar ao Senhor Deputado Paulo Pinto, dado os problemas técnicos que obrigaram a interromper sucessivamente a sua intervenção ao longo do seu discurso pelo microfone não estar a funcionar. Foi simplesmente essa a razão. Não foi concedido tempo suplementar por ser o Deputado A ou o Deputado B.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Eu estou a referir depois de passar esse minuto continuou a falar e a mim interrompeu-me e eu obedeci, efetivamente ao Senhor Presidente.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Superada a questão a Mesa chama a intervir o Deputado Agostinho Beça da bancada do Partido Socialista.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, cumprimento também a Senhora Presidente e os Vereadores, estimados Mirandenses, registo com agrado a presença de tantos.

Antes de mais, quero esclarecer que quem aqui vos fala é o Cidadão n.º 3568541, democraticamente eleito Deputado Municipal pelas listas do Partido Socialista, no passado dia 1 de outubro de 2017. Penso que todos se lembram...

... "O Homem é ele e a sua circunstância"! Máxima que há muito aprendi dum grande filósofo espanhol...

E, no meu caso, a "minha circunstância" e as vontades ditaram que, além de cidadão e Deputado Municipal, seja também Técnico da Direção Regional de Agricultura, embora temporariamente com funções suspensas, e ainda, entre outras coisas, Adjunto da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela...

Por favor, não esperem que eu venha para esta tribuna, numa postura hipócrita e demagógica, rebuscando um *alter-ego* e fingindo que não sou aquilo que sou...

Não o saberia fazer...!!!

A meu ver não tem qualquer sentido pretender assumir, num momento a situação de cidadão e a seguir outra qualquer condição... como, por exemplo, “*agora sou e estou a falar como cidadão...*” e “*depois sou Presidente da Junta de Freguesia ou deputado municipal...*”

Imagine-se o que seria se cada um de nós resolvesse pedir a palavra, como cidadão, nos Períodos de Intervenção do Público e, a seguir, fosse fazendo intervenções como Deputado Municipal...! E isto já aconteceu nesta Assembleia... Potencialmente, poderiam usar da palavra, nos diferentes tempos, os 31 eleitos diretos, os 30 Presidentes de Junta, a Presidente da Câmara e os 6 vereadores... Enfim... temos que ter bom senso...

... Quero, então, deixar bem claro que, enquanto for Deputado Municipal, nunca me verão intervir no Período reservado ao Público e, quando me dirigir a esta Assembleia, de futuro, ficam todos dispensados de perguntar se é o Cidadão, o Deputado Municipal, o Técnico, o Adjunto ou o detentor de qualquer outra condição que vos fala neste espaço de liberdade e democracia...! Quem Vos fala é o Cidadão-Homem com a “sua circunstância” e tudo que ela “carrega”!

Repito: “O Homem é ele e a sua circunstância” ... cada um assuma a que lhe coube, com sentido de missão, com nobreza, ética e honestidade...

Mas, não quero terminar sem apresentar algumas ideias e propostas que gostaria de ver realizadas nos próximos oito anos...!

... Que me parece serem merecedoras da atenção do Executivo e dos Mirandenses em geral e que considero de relevante importância estratégica para o futuro do Concelho e da Região...

Primeira: Plano de Gestão da Albufeira do Rio Tua, que tenha em conta todos os interesses em presença – do Clube de Caça e Pesca de Mirandela, enquanto responsável pela Concessão da Pesca Desportiva; do Clube Fluvial de Mirandela, quanto à prática de desportos náuticos não motorizados; do Parque Natural Regional do Vale do Tua; da EGEVE, Ld.^a, que tem a ver com a produção de energia, e da Câmara Municipal de Mirandela, enquanto representante e defensora do bem público, dos ecossistemas, mediação, estética;

Segunda: Instalação de uma Pista de Pesca Desportiva associada a um Passadiço, numa primeira fase apenas até ao limite da Concessão de Pesca;

Terceira: Espaço de pernoita para Autocaravanas, no parque de estacionamento junto à Ribeira de Carvalhais;

Quarta: Plano de Gestão da Galeria Ribeirinha da Ecoteca;

Quinta: Resolução do problema dos grupos da comunidade cigana, criando espaços adequados que permitam um meio-termo entre os seus usos e costumes e outras formas de viver... este assunto pode, até, vir a ser objeto de financiamentos e do alto patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República;

Sexta: Inventário e monitorização de todo o património arbóreo, arbustivo e herbáceo dos espaços públicos do concelho, bem assim como da fauna piscícola, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, recorrendo a protocolos com o IPB e UTAD;

A sétima, depois ainda haverá mais, mas não para hoje ...

Sétima: Seria a recuperação dos açudes existentes nos principais cursos de água do concelho, recorrendo a técnicas de Engenharia Natural que garantam o *continuum* fluvial para a fauna e favorecendo a reserva estratégica de água nos lençóis freáticos.

Obrigado pela Vossa atenção e estarei sempre disponível para qualquer esclarecimento sobre esta matéria.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado Agostinho Beça, a Mesa agradece a sua intervenção.

Vou passar a chamar o Senhor Deputado António Martins, no entanto eu queria informar os Senhores Deputados que finda a intervenção do Senhor Deputado António Martins, vamos dar por encerrados os trabalhos do período da manhã, pois existe gente dentro da sala que tem as suas necessidades de saúde e que têm que almoçar à hora certa, pelo que, também informo que impreterivelmente os trabalhos têm que começar às 14h30m. Peço a Vossa compreensão para o facto, dou a palavra ao Senhor Deputado António Martins, então para fazer a intervenção.

----- **O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, Senhora Presidente do Município e restante Vereação, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, caros Colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social aqui presente.

A minha intervenção vai no sentido de duas situações. Tem acontecido que no período aberto ao Público, cada vez mais os fregueses, e eu continuo sempre a chamar-lhe fregueses, venham aqui à Assembleia Municipal usar este espaço para expor os assuntos que muitas vezes não conseguem resolver na Junta de Freguesia ou na sua Assembleia de Freguesia e eu não concordo com isso. Porque a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal não é o órgão fiscalizador das Juntas de Freguesia, o órgão fiscalizador da Junta de Freguesia é a Assembleia de Freguesia e é para lá que os fregueses têm de recorrer das decisões que a Junta toma. É triste ver continuamente pessoas a virem falar de situações do passado, virem aqui falar de situações que muitas vezes até têm a ver com o Tribunal, como se a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal pudesse ter alguma intervenção sobre esses processos. A Câmara não fiscaliza as Juntas, são dois Órgãos completamente distintos. Assim como a Assembleia Municipal não fiscaliza as Assembleias de Freguesia. Portanto, eu pedia à Mesa que se terá de ponderar de futuro as intervenções que são feitas nomeadamente nestas matérias. Porque custa muito e confesso-vos que me custa muito ver ser aqui achincalhado um Presidente de Junta, seja ele quem for, que é democraticamente eleito é aceite pela sua população, por temas que as pessoas nem sequer por vezes põem nas Juntas de Freguesia e por vezes também não recorrem aos organismos próprios onde as podem resolver. Portanto era uma recomendação que eu deixava porque custa muito ver isto, confesso-vos que custa muito ver isto. O meu segundo ponto o Paulo Pinto falou nele, já deve ser a décima segunda ou décima terceira Semana

Europeia da Mobilidade, portanto não é a Semana Europeia, é a décima segunda ou décima terceira. Como há dias também houve o encontro da Pesca que já foi a oitava edição. Temos que saber reconhecer o trabalho que foi feito no passado e não pode haver um corte que a partir de agora é o ano zero e esquecemos o trabalho que já foi feito para trás. Custa muito ver aqui falar o que é que foi feito? Eu pergunto, então, onde é que essa gente andou nos últimos anos, porque esqueceram-se que há relativamente quatro anos para cá, fizeram-se supressão de bermas, subiram-se passadeiras, eliminaram-se algumas barreiras arquitetónicas. É óbvio que não se fez o trabalho todo, porque ainda há muito trabalho para fazer e algum dele muitas vezes está limitado pelas restrições do próprio património. E as pessoas é bom que saibam isto. Porque em Mirandela tem-se feito muito trabalho ao longo dos anos e acredito que se vai continuar a fazer. Quem tem memória tem futuro, e quem souber reconhecer no presente aquilo que foi feito no passado, pode olhar para o futuro de outra maneira. E a mim custa-me muito estar a ver eventos que são feitos não pelos Executivos, mas sim pelos funcionários municipais ano após ano, não ser reconhecido devidamente. A Semana Europeia das Mobilidade não é a primeira, deve ser a décima segunda ou a décima terceira Semana. Eu dou os parabéns a todos os envolvidos nesse processo e dou os parabéns a todos os funcionários que ao longo dos anos têm trabalhado para que isso seja uma realidade, e quem quiser ignorar isto, não está a ser honesto politicamente. Portanto quero deixar este reparo, como quero fazer uma pergunta à Senhora Presidente. Gostei de ver uma tomada de carga de energia elétrica em frente à Cocheira, mas fiquei com uma dúvida porque aquele estacionamento é tarifado, quem lá põe o carro tem que pagar o estacionamento? Neste momento gostava de saber, se quem vai lá carregar o carro tem que pagar o estacionamento, se podem lá parar apenas carros elétricos ou se podem continuar lá a estacionar os carros a gasóleo e se esses têm ou não têm que pagar o estacionamento? Fiquei com essa dúvida e gostava de ser esclarecido aqui relativamente a isso.

Para terminar, meus caros amigos, há uma coisa que nos tem que distinguir na política e tem que nos distinguir nesta vida, é saber reconhecer o trabalho que as pessoas fazem. Os Presidentes de Junta de Freguesia que são meus colegas como eu palmilham muitos quilómetros durante o dia para levar ao fim do mês uma compensação de 274,00€, custa muito ver atribuições de subsídios a entidades como a Senhora Presidente diz que estão falidas e vamos discutir isso mais à frente. E então o que é que é feito às Juntas de Freguesia? Chamaram-me aqui a uma reunião no início de dezembro em que eu até vim a saber que havia Juntas de Freguesia que tinham um regime de exceção. Tinham funcionários que eram pagos pela Câmara. Eu pergunto se essa situação mudou hoje, se continuam lá ou se foram retirados e pergunto se nós que somos 30 não temos direito para ser tratados todos da mesma maneira? Porque é que eu tenho que pagar a alguém para me limpar as ruas e tenho que andar a fazer das “tripas coração” para que consiga isto e outros têm funcionários que são pagos pelo Município. Como disse o Paulo Pinto e muito bem eu fui dos que paguei o fresado, disseram-me se o queria, aceitei, fui lá buscá-lo. Mas há Juntas que foram os funcionários do Município que foram lá espalhar e que foram lá tapar os buracos. Portanto, se me quiserem desmentir, venham-me aqui desmentir que eu provo-vos o contrário. Somos todos iguais, somos todos colegas, somos todos eleitos da mesma maneira, devemos ser tratados da mesma forma. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, damos então por findos os trabalhos no período da manhã. Volto a informar que os trabalhos retomam às 14h30m impreterivelmente. Bom almoço.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito boa tarde. Dado já se verificar quórum e estarmos atrasados, vamos dar continuidade à nossa Assembleia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito boa tarde a todos. Vamos dar início ao período da tarde, ainda com o ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia, terminamos com a intervenção do Deputado António Martins e retomamos agora as intervenções também pela ordem com a Senhora Deputada Vanda Preciso.

----- **A Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Lamas de Orelhão Vanda Preciso (PS) disse:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Público em geral. Era uma vez o Rei D'Orelhão e uma Lenda, era uma vez a vila de Lamas de Orelhão, Sede de um vasto Concelho. Era uma vez uma Freguesia que quis mostrar a si própria e a quem a vem visitar o valor que tem e assim nasceu o Mercado do Rei D'Orelhão. Não se constituiu como mais uma Feira igual a outras Feiras, para a Freguesia de Lamas de Orelhão o Mercado foi a sua Feira. Das suas Gentes dos seus produtos, dos seus ofícios dos seus recursos das suas crenças sobretudo da sua história. Permitiu perceber que quando a população sente o Evento como seu e se identifica com ele, todos saem de casa e todos têm algo para oferecer como contributo para que um grande Evento se realize, ou seja, todos são mestres na arte de bem receber. O envolvimento das nossas populações é essencial uma vez que é este envolvimento que gera um sentido de pertença e identidade comunitária que fomenta o sucesso de tudo o que se possa realizar nas Freguesias. Os modelos de desenvolvimento comunitário referem a importância da cooperação voluntária, da ajuda mútua, da responsabilização da identificação com os projetos como base para uma participação comunitária generalizada. Assim foi no Mercado do Rei D'Orelhão, no nosso Mercado. Vieram muitas pessoas de fora que se envolveram, mas aqueles que verdadeiramente se envolveram foram os nossos Fregueses que sabiam que aquele Mercado era o Mercado deles. Foi feito quase um porta a porta, mas desta vez sem se recolher qualquer intenção de voto. Recolhemos ofícios, recolhemos objetos cuidadosamente guardados há muitos anos, recolhemos animais, recolhemos produtos para vender, mas também para comer na Ceia. Mobilizamos duas aldeias, Lamas de Orelhão e Fonte da Urze para darem vida ao Mercado do rei D'Orelhão. Na festa não poderia faltar a religião, a Igreja continuava a ser o local onde terminam as desavenças, onde se pacificam as diferenças e onde todos se juntam e se consegue que todos colaborem. Recuperaram-se também aqui tradições e celebrações e só quem esteve, quem em conjunto com a população se envolveu e sentiu cada momento, pode perceber o que se viveu nestes dois dias em Lamas de Orelhão, bem como o impacto que o Evento teve para a população da Freguesia. Este sim deve ser o nosso foco, promover e valorizar as nossas Freguesias, aumentar a autoestima das populações, permitir-lhes que se envaideçam por serem como são. Mostrar que com a nossa história podemos ir construindo a cada ano, novas histórias para contar. Mas o sucesso deste Evento se é motivo de orgulho e satisfação é também uma enorme responsabilidade para fazer mais e melhor no futuro. Com efeito, depois desta realização, pende sobre

nós a responsabilidade de engrandecer o Evento e alargá-lo para lá das fronteiras da Freguesia. É nossa ambição e sonho que o mercado do Rei D'Orelhão venha a representar uma marca cultural, não só da Freguesia, mas também do Concelho. É nosso desejo, que no futuro possa vir mesmo a integrar o Roteiro Turístico e Cultural do Município, como marca identitária do nosso território e população. Mas tudo isto só é possível com o efetivo envolvimento do Município. É necessário face aos fracos recursos da Junta de Freguesia, um envolvimento e apoio logístico, material e financeiro do Município para imprimir uma marca cultural e turística deste Evento no cartaz municipal. Estaríamos, assim a promover a coesão territorial e social do concelho, a fomentar a iniciativa económica local tão necessária na nossa região. A Junta de Freguesia e a população de Lamas de Orelhão e Fonte da Urze, esperam encontrar eco na Câmara Municipal para tornar realidade esta oportunidade e iniciativa que agora se abriu com tanto sucesso. Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada. Aproveito também para dizer que nós estivemos lá e foi um gosto e um prazer ter estado em Lamas de Orelhão.

Passo agora a chamar o Senhor Deputado Paulo Pontes.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Boa tarde a todos, espero que tenham tido um bom almoço.

Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores. Permita-me aqui só dois comentários.

Senhor Deputado Paulo Pinto, bem-vindo ao grupo das Juntas de Freguesia. Pela primeira vez, e já lá vão muitíssimos, muitíssimos anos, em relação pelo menos a outros, que estou aqui nesta Assembleia Municipal, é a primeira vez, mas tenho a certeza que não vai ser a última e tenho a certeza que vão ser muitas mais, é a primeira vez que oigo alguém extra Freguesias, que não tem ligação nenhuma às Freguesias pelo menos de forma direta, mas que é Deputado Municipal, Municipal, não é de Mirandela, não é da Cidade, defender as Juntas de Freguesia. Seja bem-vindo e obrigado por isso. Coincidiu ser consigo, se fosse com outro Deputado qualquer o elogio seria o mesmo. Peço desculpa Figueiredo, então.

Agora para o Engenheiro Beça, Deputado do Partido Socialista, está bastante moralizado e oxalá que consiga manter essa moralidade até ao fim e esse otimismo. Apresentou aqui um plano, um sonho, para oito anos, não se esqueça que oito anos é este mandato e mais dois. Oxalá que sim, um já está cumprido.

Senhor Presidente da Assembleia, eu antes da Ordem do Dia, vim aqui pôr-lhe uma questão ou uma exigência quase, que eu pessoalmente faço questão de receber a documentação da Assembleia Municipal em papel, na minha residência, porque não tenho hipótese de vir quando é necessário aqui à Câmara para levantar os documentos. Portanto, o Senhor Presidente não me respondeu, acho que é um direito meu, portanto, não abduco, sempre os recebi, portanto, acho um direito continuar a receber a documentação em papel, senão terei mesmo nesta Assembleia de tomar outras iniciativas e depois assumirei as consequências delas também.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Paulo Pontes, eu respondi-lhe na própria Assembleia em que o Senhor pediu, solicitou, essa questão e disse-lhe que a documentação estava na Câmara para ser entregue a quem lá se dirigisse. Não é uma prática que eu conheço da Câmara eu acabei de chegar, não conheço as práticas, pelo menos passaram-me assim a informação, ser remetida por correio em papel a documentação até que ficaria bastante caro. Agora podemos ver esta questão junto do Município que é um custo acrescido, mas de facto não é prática. Eu disse-lhe e respondi-lhe imediatamente nessa Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Eu acabei por lhe dizer que desde sempre recebi a documentação em papel e digo-lhe que faço questão de receber a documentação em papel. Eu não vivo em Mirandela, não vivo sequer na minha Freguesia e, portanto, quero antecipadamente ter acesso à documentação para a estudar, para a ler e para intervir se achar que o devo fazer. Não tenho que vir a Mirandela quando a documentação está disponível e faço questão de a receber em papel. Sempre assim foi e, portanto, não estou a dizer nada que não seja verdade, pelo menos comigo, sempre assim foi e faço questão e estou-lhe a dizer que quero a documentação em papel.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A minha intervenção foi no sentido de lhe dizer que lhe dei uma resposta. Primeiro ponto dei, eu normalmente respondo às questões que me colocam a não ser que haja um extravio como ainda há pouco tempo aconteceu com um documento do Deputado Manuel Pavão, porque senão terá resposta atempadamente. Quanto ao resto é o que eu lhe digo, o Senhor Deputado Paulo Pontes imagine que toda a gente quer, como o Senhor, em suporte de papel a documentação, isto é um custo bastante grande, quando é extremamente fácil ir à Câmara, nem que a gente tenha de ter o cuidado com alguma antecipação lhe dizer que está para levantar, no entanto, não fechamos a porta, vamos analisar é um custo que sai dentro do nosso orçamento, aliás está fora do nosso orçamento, não está previsto esse tipo de correspondência. Vou acertar com o Município e aí sim dir-lhe-ei mais tarde, agora prometo, alguma coisa, está bem?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Peço-lhe imensa desculpa, mas é assim, o Senhor Presidente está-me a dizer que é uma despesa bastante elevada, peço-lhe imensa desculpa, a despesa acaba por ser elevada mas é repartida, porque eu se quiser ter acesso à documentação em papel, ou vou ter que ir à Junta de Freguesia imprimi-la ou vou ter que imprimir à minha custa. Mas o que acontece comigo acontece os 61 Membros desta Assembleia. Se os outros 60 Membros não se importam de receber a documentação por *email*, ou seja pelo meio que for isso é lá com cada um. Eu estou-lhe a dizer que eu pessoalmente faço questão de receber a minha documentação que me diz respeito em papel.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bem Senhor Deputado Paulo Pontes, só que o Senhor gere o seu orçamento... e eu não consigo, não tenho capacidade para alterar o orçamento da Assembleia porque nós não temos autonomia, como sabe, financeira para o efeito. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem. Passo agora a chamar o Senhor Deputado Manuel Figueira.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhores Deputados, por favor haja contenção, de facto isto está a ser uma situação intolerável. A Mesa tem tido toda a paciência possível, como vocês próprios são testemunhas disso, mas de facto estas situações têm que ser repensadas. Os Senhores Deputados, cada um está com a sua própria razão e não têm que estar a interferir uns com os outros. Peço-lhes que respeitem esta sala por favor.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Fradizela Manuel Figueira (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela e respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, respeitável Público, Órgãos de Comunicação Social.
A minha intervenção vai no sentido de, e é a primeira intervenção, pelo que faço uma saudação especial a esta Assembleia.
A minha intervenção vai no sentido de fazer um pequeno balanço, especialmente das coisas negativas que aconteceram em minha opinião, nesta Assembleia. Eu como sou novo nisto, há coisas que ainda me ferem um bocadinho os ouvidos. E começaria por dizer que se há coisa que suporto muito mal é a agressividade da linguagem, a ofensa gratuita, os julgamentos de caráter. Ainda mais quando a pessoa a quem são dirigidos, refiro-me à Presidente da Câmara, essencialmente, da nossa Cidade, Doutora Júlia Rodrigues, foi eleita com 47% dos votos dos Municípios...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O que é que isso tem a ver?

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Fradizela Manuel Figueira (PS) disse:** ... os quais têm também o legítimo direito a sentirem-se atingidos pelas ofensas que ela própria tem sofrido nesta Assembleia.

É certo que a esmagadora maioria, felizmente, não fazem a mínima ideia do que aqui se passa. De contrário provavelmente, exclamariam como uma jovem que um belo dia veio a assistir a uma sessão e disse com genuína perplexidade mais ou menos isto “*Não pensava que isto fosse assim...*”. Não sei se essa jovem decidiu nesse dia o que não queria ser. O que sei é que não mais deixei de ouvir as suas palavras. Haverá quem pense que esta citação cheira a demagogia, mas para mim que nasci poeta, esse foi o discurso mais lúcido de todos quantos ouvi aqui ao longo deste ano, que devia ter o condão de nos fazer refletir sobre o que andamos aqui a fazer.

Um ano é precisamente o tempo em que tenho esperado sentado que o bom senso desça à terra e nos respeitemos uns aos outros. Pergunto-me muitas vezes, qual seria a reação dos Senhores Deputados mais inflamados se o Presidente da Câmara fosse o outro e eu dele dissesse metade do que se tem dito da atual Presidente. Seria o bom e o bonito, penso eu.

Humildade é o que falta aqui. Humildade na diferença. Para entender e aceitar que em democracia o poder não é hereditário. Que a Câmara não é propriedade de ninguém. Que após uma eleição, é preciso virar a página, custe o que custar, sem ressentimentos, sem ódios e sem bloqueios de nenhuma espécie. Sendo certo que da minha parte lutarei nesta Assembleia e fora dela contra todo o tipo de violência, contra toda e qualquer injustiça.

A isso me obriga a minha consciência, a dignidade do mandato que me foi conferido e o mais importante de tudo a dignidade da Assembleia e de todos os que dela fazem parte.

Tenho dito por agora.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado, a Mesa regista com agrado a sua intervenção. Passo agora a chamar o Senhor Deputado Dinis Veiga.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em Geral, muito boa tarde e a continuação de um bom trabalho.

A palavra auditoria é interpretada de duas maneiras diferentes e até com sentidos opostos. Ouvida por pessoas que estão familiarizadas com o termo, tem um sentido correto, apuramento de procedimentos que contribuíram ou não para irregularidades, quer processuais, quer do tipo financeiro e depois continuar o processo no Ministério Público se houver motivos que o justifiquem. Para outros, e essa é a grande maioria, liga auditoria a desvio de dinheiros, e como tal o comentário é “alguém meteu a mão no saco”, o que é injusto sem se conhecerem os factos. Regressando ao tema e à posição que a Senhora Presidente tomou, quero dizer que estou plenamente de acordo. Quando se têm dúvidas não devemos ficar com elas, mas depois de apurados os resultados devem ser divulgadas a esta Assembleia Municipal e ao Público em geral, sejam favoráveis ou não. Uma das lacunas na Lei Autárquica é que devia ser obrigatório fazer uma auditoria desde que o Presidente mudasse e assim se evitaria muitas situações nas Câmaras do País. Recebido o referido relatório, em 13 de junho de 2018, o mesmo devia ser entregue aos Senhores Deputados Municipais e agendado um ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, pois a própria Lei 169/99 de 18 de setembro, diz no seu artigo 53.º, alínea i) “compete à Assembleia Municipal conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos Órgãos e Serviços Municipais. Isto não foi cumprido. Onde está o espírito democrático desta Presidente? Pois os Deputados Municipais e os eleitores têm direito de conhecer o que se passa nos vários Órgãos Autárquicos e, como tal, lembro-lhe a mesma Lei que diz no seu artigo 53.º, alínea c) “compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das fundações e das empresas municipais”, aconselhada por alguém e muito bem resolver apresentar o referido relatório, para assim terminar o processo. A 21 de setembro enviou aos Senhores Deputados Municipais o referido relatório dizendo “sem nenhum impedimento de ser discutido nesta Assembleia Municipal”, e assim cumpria a resolução da última reunião da Assembleia Municipal, em 29 de junho. Mas também não cumpriu, porque Senhora Presidente, já se passaram 84 dias. O artigo 68.º da alínea u) diz: “compete ao Presidente da Câmara Municipal, responder no prazo

máximo de quinze dias, prorrogada por igual período, desde que fundamentado aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal”.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, exerça os poderes que a Lei lhe confere e não deixe que o transformem numa figura decorativa. Mirandela e a democracia reconhecerão o seu contributo para o desenvolvimento democrático do nosso concelho. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado, passo a fazer a minha própria intervenção.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, ânsia de demonstrar “preocupação” com a mobilidade urbana, ou talvez a criatividade na captação de financiamento que não se tem, está a resultar em intervenções urbanas algo estranhas.

É necessário despende muito mais tempo nas fases preliminares dos projetos, nomeadamente em projetos de obras públicas. Principalmente em obras que se realizam em condições de inserção urbana, obras que exigem grande reflexão de equipa sobre o espaço público para que se possam prever, também, os seus efeitos futuros.

Senhora Presidente, o pensamento tem de ser este: Que intervenção seria um “excelente presente” para a cidade de Mirandela?

Não quero, claro está com isto dizer que a implementação de circuitos cicláveis ou a promoção de estratégias de redução do teor de carbono não sejam um grande presente para Mirandela. Certamente que serão, mas não assim!

Salva-se a criação de percursos acessíveis, esses sim que contribuem significativamente e decisivamente para a democratização da Cidade.

Claro que se deve captar todo o investimento possível para o concelho de Mirandela, mas não a todo o custo, antes planeando prevenindo e não executando trajetos que levam um nada a lugar nenhum.

Senhora Presidente, a Avenida das Comunidades Europeias, é o acesso mais direto da A4 à Zona Industrial da cidade que em breve será alargada terá por isso a grande probabilidade de ocorrência de tráfego pesado durante a fase dessas obras, mas também um previsível aumento depois e ainda assim inutiliza-se a circulação de uma faixa de rodagem em ambos os sentidos? E o comércio? E os moradores?

Mas não posso deixar de registar, também, com desagrado, tanto como profissional mas também como membro desta Assembleia e ainda como Município ouvir dizer em espaços de debate público justificações para uma intervenção que se orçou em cerca de 2.000.000 de euros tais como, cito: “Obviamente que aquilo enquanto automobilista incomoda, mas como ciclista ao domingo agrada-me... aquela intervenção foi lançada a concurso por mais de 2.000.000 de euros estamos a falar de uma intervenção profunda que se não fosse por esta via não teria qualquer tipo de possibilidade de ser financiada.

Em limite o tapete que está nas faixas de rodagem para automóveis não poderia ser financiado agora aquilo que foi argumentado é que tinha de renovar o pavimento todo e pôr ao mesmo nível, mandou-se o barro à parede..., ou ainda que depois passados uns anos volta tudo ao que era”.

Não pode ser este o espírito.

Este, de facto, não pode ser o pensamento para as obras públicas de Mirandela.

Tenho dito!

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Ouvida a Senhora Deputada Luísa Torres Belchior, segue-se a próxima intervenção por parte do Senhor Deputado Eurico Carrapatoso.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, restante Vereação, caros Colegas Deputados, Público e Comunicação Social.

Aquilo que eu vou dizer é quase uma verdade de La Palice, mas parece que alguém aqui neste auditório se esqueceu. Municípios do concelho de Mirandela, são todos os Fregueses de todas as Freguesias do concelho de Mirandela. Por isso se há sítio onde têm de ser discutidos os assuntos das Freguesias relacionados obviamente com o Município é nesta Assembleia, porque muitas das coisas que as Juntas de Freguesia têm de desenvolver dependem diretamente do apoio do Executivo Camarário e é óbvio para sensibilizar até os próprios Deputados Municipais que não são Presidentes de Junta de Freguesia, convém que os problemas das Juntas relacionados com os pedidos que são feitos ao Executivo, sejam aqui debatidos e discutidos com toda a frontalidade até para que se perceba aqui em Mirandela o porquê de muitas coisas não serem feitas aqui em Mirandela, cidade, e o porquê de muitas coisas não serem feitas nas Freguesias porque são feitas aqui. E é por isso que eu creio que quatro sessões de Assembleia Municipal, por ano, são poucas... são cinco?

Eu tinha comentado aqui com colegas meus que a iniciativa que me traz aqui é desafiar os meus colegas Presidentes de Junta a exatamente convocar uma Assembleia Municipal extraordinária, até na véspera da aprovação do orçamento, sendo certo que se está a discutir quais as verbas que vão ser afetadas a cada uma das Freguesias para que cada um dos meus colegas, os que queiram, pois quem não quiser está no seu direito, mas Presidentes de Junta que como eu querem vir aqui dar conta a toda esta Assembleia de quais os problemas da Freguesia, possam por isso perceber o porquê de talvez ser premiado com mais apoio do que outras Freguesias que não tenham as mesmas necessidades. Somos 61 Deputados, precisamos de um terço destes Deputados para que esta iniciativa seja levada avante e eu queria apelar a todos os meus colegas Presidentes de Junta e é óbvio aos Deputados Municipais porque também está diretamente relacionado com eles, mas a nós diz-nos mais respeito e era uma maneira de mostrar que aqui na Assembleia Municipal é onde nós devemos reivindicar aquilo que nós queremos fazer nas nossas Freguesias. Claro que em reuniões com o Executivo também é o sítio próprio para o fazer, mas aqui perante todos torna-se mais claro quais são as necessidades de cada um de nós e no fim de tudo fazer-se o relatório daquilo que foi atendido e que não foi atendido. Acho que só se tem ganhos de transparência.

Relativamente ao meu freguês, o João Rodrigues, o problema dele parece ser só o problema de um, mas não é o problema de muita gente. Porque efetivamente a Carta Administrativa oficial de Portugal fez um corte a direito e não se respeitaram os limites de cada uma das Freguesias. Eu aposto que nenhum dos Presidentes de Junta quer mais do que tem, mas a verdade é que há cortes nos limites de cada uma das Freguesias e há prédios rústicos que foram literalmente cortados ao meio, por causa dessa delimitação e ainda bem que a Senhora Presidente disponibilizou o topógrafo para atender esse tipo de necessidades, porque

aquilo que eu por acaso já combinei com o Presidente Bernardino Pereira foi exatamente de nos reunirmos eu e ele, alguém que conheça bem as confrontações de Freguesia a Freguesia e fazermos essa delimitação. Mas como não pode ser uma coisa de boca é de todo bom que a Câmara possa contribuir com meios Técnicos para que depois ser devidamente fundamentado.

Um último ponto, eu tinha prometido ao funcionário da Câmara que é o operador da máquina de rastos, o David, que lhe faria um louvor quando tivesse oportunidade de vir aqui a esta Assembleia Municipal e é isto que me traz neste momento a fazer aqui um louvor que já foi feito, sei que já foi feito um louvor, a esse funcionário, mas acrescentar algo mais porque um louvor sem condições é como um “presente envenenado”. Ele sente-se louvado, mas efetivamente a reivindicação que ele faz é de ter condições para trabalhar e, por isso, eu apelava aqui ao Executivo, para que pudesse fazer todo o possível por esse funcionário, até porque um operador de máquinas de rastos é crucial para a manutenção de caminhos rurais e ainda há pouco estive a comentar com colegas meus, a Senhora Presidente até para ela é grave, houve um Presidente de Câmara de Pedrógão acusado por 49 crimes de homicídio negligente, exatamente porque houve caminhos que não foram compostos, porque houve bermas que não foram compostas e depois em caso de calamidade é o “Deus me livre”, por isso, haja condições para compormos os nossos caminhos. Uma boa tarde a todos. Tenho dito.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado, a Mesa regista, que aquilo que propõe para votação no final deste ponto seria a votação por parte da Assembleia Municipal da convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária com vista à discussão antecipadamente à reunião da Assembleia Municipal de dezembro que vota o orçamento para todos em conjunto discutirmos a forma de distribuição da verba do orçamento, aliás na senda daquilo que foi apresentado pelo Deputado Paulo Pontes, Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa e hoje aqui recordado pelo Deputado Paulo Pinto. Seria esta a matéria para ser sujeita a votação no final deste ponto, correto? Muito obrigado.

Recordo a Assembleia que temos já previsto para o final deste ponto duas votações, uma para aceitação da Moção apresentada pelo Deputado Municipal da CDU, Jorge Humberto e depois posteriormente à sua aceitação a respetiva votação e esta proposta de uma Assembleia Municipal Extraordinária, antes da Assembleia Municipal de dezembro sobre o orçamento. Muito obrigado.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Concluimos, então, as intervenções dos inscritos com a intervenção do Senhor Deputado José Pavão.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Antes de transmitir a esta Assembleia algumas notas sobre um tema de saúde que já foi aqui debatido e foi votado eu queria, face ao que aqui já foi dito sobre o decurso das intervenções nesta Assembleia, dar a minha opinião.

Na minha opinião, entendo que o que aqui se tem passado, o panorama das intervenções está dentro do aceitável, do razoável e daquilo que é a meu ver desejável. A serenidade é naturalmente uma obrigação de todos, mas de vez em quando o conteúdo dos assuntos obriga a que ele seja feito ou referido em tom mais exaltado. Penso que a Assembleia não deve envergonhar-se do que aqui tem sido feito, julgo que é assim mesmo que os Senhores Membros devem debater e levar ao Executivo através da presidência da Mesa e dizer-lhes que nesse aspeto me congratulo pela maneira como tem sido feito o debate, sendo certo que tenho o gosto e o prazer, como temos todos, de assistir no átrio desta Câmara, as pessoas convivem tomam café e se cumprimentam respetosamente. Penso que estamos no bom caminho.

Por outro lado julgo e para testemunhar o espírito do que aqui estou a proferir é que já hoje aqui de manhã foi feito um comentário sobre a filmagem do decurso desta Assembleia e a meu ver entendo que essas filmagens deveriam ser feitas. Porque nós somos o palco do que se passa no concelho. Somos os eleitos do povo do concelho e portanto o concelho e os nossos conceterrâneos e Municípios devem saber o que aqui se passa, além do mais que deve ser também um método de convite e de naturalmente chamar à atenção para que as pessoas possam estar e acompanhar os trabalhos da Assembleia. De resto no passado recente esta Assembleia teve um longo período numa das legislaturas em que os jovens das escolas eram convidados para vir aqui assistir, não participar, para assistir.

Vou então ler as notas que coligi. O assunto que hoje aqui me traz não é novo para a maioria dos atuais membros desta Assembleia uma vez que esta Câmara, num claro testemunho da importância do mesmo, não apenas para a população do concelho, mas para toda a região do nordeste transmontano, aprovou e enviou oportunamente a diversas entidades esta Moção, exigindo a presença regular, embora não podendo ser contínua, de médicos especialistas em endocrinologia que como sabem é a especialidade que trata devidamente, repito a palavra devidamente, os doentes portadores de diabetes. Também recordarão que a resposta recebida da Unidade Local de Saúde que foi um simulacro de lavar de mãos sobre esta importante questão e que transferindo esta competência para os profissionais da medicina geral e familiar. Não é esse o nosso objetivo, é nosso dever é nossa missão para o povo que nos elegeu defender os seus legítimos interesses e das populações locais que desde o passado sofrem uma inaceitável discriminação, não tendo acesso aos especialistas desta matéria. Nada temos a ver contra o papel dos nossos colegas generalistas que desempenham com dedicação a atividade em apoio aos seus doentes, bem pelo contrário, reconhecemos e louvamos a sua exemplar dedicação. Como não temos também nada a ver com as competências que a capacidade de resposta neste concelho e região com estabelecimentos privados de assistência à saúde dos cidadãos. Referimos exclusivamente aos estabelecimentos que pertencem ao Serviço Nacional de Saúde. A diabetes como Vossa Excelência bem sabe é uma doença que não sendo controlada e tratada tem graves consequências a nível de vários territórios, território renal, território cardíaco, com graves complicações no território arterial periférico, enfim, é uma doença silenciosa mas de consequências gravíssimas. Segundo os dados mais recentes esta doença atinge hoje 13,8% dos portugueses. O que quer dizer que a população nordestina são mais 18.000 cidadãos que não têm acesso aos médicos especialistas desta doença. Sabemos que a nível nacional a obesidade é um dado interessante que ontem transmitiu o Presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, aumentou de 14% para 28% o que compromete gravemente a prevalência desta doença. Graças aos mais recentes avanços tecnológicos existem hoje bombas infusoras de insulina, são comparticipadas pelo Serviço Nacional de Saúde e que julgo e repito julgo só serem poderem ser receitadas pelos médicos desta especialidade, que a ser assim inviabiliza e impede que os doentes da região usufruam deste benefício. Havendo nós obtido a informação que o Centro Hospitalar de Vila

Real tem atualmente nos seus quadros três médicos desta especialidade e como até à presente data não estão a ser feitas diligências para que tenha havido alteração do local de Bragança, deduzimos e concluímos como são prejudicados os doentes do nosso concelho e região. Neste contexto eu solicito diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia que junto da Senhora Presidente da Câmara Municipal seja dado nota ao Senhor Ministro da Saúde nota deplorável situação e que rapidamente sejam tomadas as medidas necessárias que permitam à Unidade Local de Saúde de Bragança pôr fim a esta inaceitável discriminação de quem reside corajosamente no interior de Portugal. Muito obrigado.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muita obrigada Senhor Deputado. Findas que estão este conjunto de intervenções alargado...
Sim?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Há bocado o segundo Secretário falou aí que as propostas que foram entregues, eu entreguei uma proposta em relação ao Regimento da Assembleia Municipal, no seu artigo 46.º, que é o registo na ata de voto de vencido. Eu quero que essa mesma proposta seja lida também.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ora bem, a correspondência recebida e trocada entre a Assembleia Municipal não é distribuída, não é por tradição e com certeza que não teria ética absolutamente nenhuma. Nós distribuímos alguma correspondência recebida que vem de entidades exteriores e por acaso falhou-vos aqui uma do Ministério da Administração Interna, mas isto é fruto da alteração e ajustamento do nosso apoio à Assembleia Municipal.

Em relação à proposta que o Deputado Figueiredo me entregou. Ela seguiu os trâmites normais, eu só lhe posso responder quando tiver resposta ao assunto e de momento não tenho ainda.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas eu quero que seja lida à Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sim, e a seu tempo vai acontecer...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não vai acontecer é hoje!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pois... só que eu não tenho possibilidade de lhe dar essa resposta. Aliás na sequência daquilo que o Deputado Dinis Veiga também já disse a reforçar o seguinte: A Mesa da Assembleia jamais terá uma ação decorativa, aliás acho que já deu provas disso. Aquilo que o Deputado Dinis Veiga também, apresentou, tem alguma razão de ser, só que nós não deixamos de reivindicar aquilo que a Assembleia tem direito. Agora houve argumentos por parte do Executivo, nomeadamente sobre a nova Lei em vigor que apontava sobre isso, não sei se com razão ou não para a não entrega do documento, nós aguardamos..., uma coisa é certa, levamos tanto a sério isso que na última reunião de Comissão Permanente isso foi colocado à Senhora Presidente da Câmara e poucos dias depois, de facto, ficamos na posse desse documento. De maneira que há questões, nomeadamente esta do Deputado Figueiredo, para a qual ainda não tenho resposta. Eu não lhe posso dar uma resposta ambígua, ou quer? Eu pretendo dar respostas concretas, como lhe dou a algumas das questões que me tem colocado via *email*.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem, finda esta explicação do Senhor Presidente, concluídas também que estão as intervenções de todos os inscritos passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Vou tentar ser o mais breve possível mas, de facto, tivemos bastantes intervenções mas de forma resumida vou tentar responder a todos.

Começo pela ordem das intervenções.

Professor Virgílio Tavares, em relação ao trabalhador da Câmara Municipal este assunto vai ser realmente esclarecido no ponto da Assembleia Municipal, de qualquer forma já prestei aqui alguns esclarecimentos, mas não existe nenhuma questão que não pudesse ser discutida aqui relativamente a esta questão da mobilidade interna. Em relação ao património de que fala, em relação ao Património Cultural já foram realizadas reuniões promovidas pela Câmara Municipal com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia acompanhados com colaboradores do Município do Património Cultural e Gabinete de Apoio às Freguesias e também com os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no sentido de sensibilizar para a preservação do património e também para solicitar a colaboração na identificação de outros bens que ainda não tenham sido identificadas em cada Junta de Freguesia. Depois será definido um plano de ação tendo em conta os pareceres técnicos e a disponibilidade financeira para de forma criteriosa fazermos uma intervenção no vários Património Histórico e Cultural. Relativamente ao Castro de São Brás, houve um contacto com a Universidade de Coimbra para estabelecermos parcerias no sentido de se desenvolverem os estudos necessários. Até ao final de 2018 está prevista uma reunião com o Diretor Regional da Cultura do Norte de forma a acordarmos um projeto a desenvolver. Para o primeiro semestre de 2019, prevê-se o início da pesquisa e recolha de documentação, elaboração do planeamento, prospeção só a partir do segundo semestre de 2019, poder-se-á apresentar os resultados do estudo e definir quanto aos trabalhos da escavação proposta. Relativamente às questões que colocou das marcações da sinalética da obra da Nossa Senhora do Amparo, informá-lo que realmente a sinalética da obra é da responsabilidade do empreiteiro e portanto está adjudicada ao próprio empreiteiro. De qualquer forma temos um fiscal que acompanha a obra e vamos saber mais informações relativamente à sinalética. Relativamente aos médicos na Torre de Dona Chama, de facto há um problema com os médicos da Torre de Dona Chama, existe uma médica residente em Torre de Dona Chama e aquilo que se conseguiu foi também existir um médico a ir lá todas as semanas. O ideal seria ir duas vezes por semana, está a ir uma vez por semana, mas de facto, já solicitamos que fosse pelo menos mais um dia.

Em relação à Escola de Torre de Dona Chama todos sabemos qual é a situação.

Relativamente ao Senhor Deputado Nuno Magalhães, agradecer-lhe por trazer aqui a prioridade da retirada do lixo do Cachão, e dizer-lhe que tão jovem que é, deve ter memória saber que, de facto, o lixo do Cachão só existe no Cachão porque foi autorizada a sua colocação no Cachão e porque está lá há muitos anos e ainda é preciso falarmos com verdade para falar desta forma sobre o lixo do Cachão. Isto porquê? Porque como todos sabem, houve de facto um financiamento e há um financiamento do fundo ambiental até 31 de dezembro de 2018 para a retirada do lixo do Cachão. O montante do financiamento obrigava-nos a um concurso internacional, concorreram as empresas, houve um júri que avaliou as propostas, não vou estar com pormenores sobre as tomadas de posição do júri, o que é facto é que ganhou uma empresa para a retirada do lixo. O lixo seria retirado logo a partir de 12 de setembro, mas o que é certo é que entrou uma providência cautelar no Tribunal inviabilizando a retirada do lixo. O que é certo é que neste momento, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela já entrou com um recurso nosso e, portanto, estamos a aguardar que mais rapidamente possível consigamos promover a retirada do lixo e estamos em crer que isso é possível até porque a Senhora juíza do tribunal não deu provimento à providência cautelar e portanto, considerou que os nossos argumentos de crime ambiental, passivo ambiental, a situação da saúde das próprias populações que se o lixo permanecia se estaria a pôr em causa todas essas situações. Daqui a pouco vou voltar a falar no depósito do lixo no Cachão, uma vez que o Deputado Paulo Pinto também fez esta referência e portanto vou continuar a falar sobre o que se referiu o Deputado Nuno Magalhães.

Publicitação das atas, Serviços da Assembleia, Senhor Vereador José Cunha “provisões contam como dívida, a realidade é outra” e a preocupação relativamente ao concelho. E depois ainda falou que é engraçado, mas é triste. Pois acredito que ache piada, mas quando estamos a falar de situações de responsabilidade, mesmo sendo jovem, temos que ser o mínimo responsáveis por aquilo que dizemos e a atitude deve ser uma atitude responsável e não fazer acusações gratuitas, como de facto faz, sem conhecimento de causa para o fazer.

Em relação ao Conselho Municipal de Juventude dizer-lhe que, de facto, nunca foi pelo menos as informações que tenho é que não foi feita qualquer tipo de proposta para a alteração das horas e das datas. De facto estive aqui na altura com duas ou três pessoas, entre as quais o Deputado Paulo Pinto e aguardamos, ainda, uma hora e quarenta e cinco minutos e não apareceram os membros convocados para a reunião.

Relativamente à Deputada Isabel Barreira, dizer-lhe que de facto, concordo com a intervenção que faz e que esta semana o Vereador Cunha esteve reunido com a empresa dos parquímetros e, de facto, está-se a estudar uma solução para a instalação da via verde, porque tem duas vertentes. Tem a vertente da facilidade dos nossos Municípios e visitantes terem o pagamento automático, mas também o controlo da avaria de qualquer parquímetro, relativamente à Câmara Municipal facilitando e agilizando a nossa tarefa.

Relativamente ao Deputado Jorge Humberto, transferência de competências para as Câmaras Municipais e os riscos associados, vamos então depois votar a Moção, mas dizer-lhe que para já existem alguns diplomas já aprovados em algumas áreas temáticas, ainda não está decidido e que na nossa opinião justifica-se uma Assembleia Municipal extraordinária para debater não só neste caso as questões relacionadas com as juntas de freguesia mas também a questão da descentralização de competências do Governo para as Câmaras Municipais é um assunto que está a ser tratado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e que temos acompanhado, apesar de algumas serem muito ambiciosas e não haver capacidade para a Câmara Municipal neste momento assegurar.

Relativamente ao Deputado António Figueiredo, é pena e lamento que até se ria com isto, os adjetivos que continua a utilizar são, de facto, pouco democráticos e até ferem a dignidade, por isso não concordo de todo com o Deputado José Pavão, a dizer que estas Assembleias estão dentro do debate, da serenidade, o discurso dentro do aceitável e desejável. Eu julgo que as referências que o Deputado António Figueiredo tem feito, à pessoa e à Presidente da Câmara não são de facto nada dignas para quem é Deputado, para quem é Professor, que tem obrigação de ter educação para com os outros. Não é por ser Presidente que tem que respeitar, tem que respeitar como ser humano e como cidadão e por isso é que aqui estamos nesta qualidade. Portanto, lamento profundamente mais uma vez, estas questões.

Relativamente ao fundamental das fotografias que foi tirar no Cachão pena é que não tenha tirado fotografias em todos os anos anteriores em que o depósito de lixo se encontrava lá e das autorizações que foram feitas para que o lixo fosse lá colocado. Nunca estaria a situação do Cachão como está se não fossem dadas autorizações para a colocação de depósito do lixo no Cachão.

Relativamente à Deputada Débora Pereira, a Semana Europeia da Mobilidade, obviamente que a Deputada nunca fez referência se era a décima ou a décima quinta, faz referência à criação do projeto da mobilidade reduzida, a verba que está disponível para estas intervenções é no montante de 150.000,00€ e o caminho da inclusão é, de facto, o caminho que nós queremos seguir.

Relativamente ao Senhor Deputado Ricardo Fidalgo, segundo informações da Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSN), Bragança tem neste momento cinco pediatras e, portanto, tem todos os dias até à urgência pediátrica. A ida para Vila Real deve-se à vontade das famílias e portanto não podemos intervir. Esta questão relativamente ao Hospital de Mirandela, à Unidade Local de Saúde de Mirandela é realmente uma preocupação, sabemos que ao longo dos anos tem perdido algumas valências, tem conseguido outras mas uma situação não justifica a outra e, por isso, a nossa vontade é, de facto, podermos alienar a participação no Hospital Privado e fazer uma defesa do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, é uma questão ideológica e também de decisões de gestão Pública.

Em relação ao Pré-escolar não houve diminuição do número de alunos, portanto, estamos lotados, ou seja, em relação ao Pré-escolar a Câmara Municipal de Mirandela e todos os infantários estão na lotação máxima e o Primeiro Ciclo igual.

Relativamente ao Deputado Paulo Pinto, as Juntas de Freguesia já tinha sido debatido aqui da discrepância que existe a nível de valores do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). Algumas Freguesias têm um FFF muito elevado fruto também da União de Freguesias que houve. Um debate alargado sobre as Juntas de Freguesia, como sabe, vai haver um Seminário sobre o Poder Local das Freguesias organizado pela Assembleia Municipal, foi adiada a sua realização mas é uma das questões que julgo que é importante nós discutirmos. Em relação à descentralização do Município para as Juntas de Freguesia é uma realidade que vai acontecer, não digo todas as competências, como é óbvio, mas algumas das competências e o respetivo envelope financeiro tem que ser... nunca foi feito até aqui e, por isso, vamos tentar implementar ainda este ano neste orçamento. Passado um ano diz que vai alterar a estratégia, eu acho que é uma boa ideia porque, de facto, até hoje ainda não vi uma ideia, uma proposta, uma sugestão. Não vem nada que não seja a crítica pela crítica, a crítica destrutiva, portanto, não existem ideias, sugestões, só lamento que a oposição viva à custa do passado e não projete o futuro.

A colocação às Juntas de Freguesia do fresado de facto houve algumas Freguesias que a empresa foi levar o fresado, algumas Freguesias mais próximas, mas na maioria as Juntas de Freguesia disponibilizaram-se para custear o transporte.

Relativamente ao Evento da Feira Medieval, também dar os parabéns à Junta de Freguesia e à população das Lamas de Orelhão. De facto, foi um Evento como disse e muito bem a nossa Presidente de Junta de Freguesia, foi um evento de cariz distrital, regional e nacional e, portanto, quando o Deputado Paulo Pinto fala aqui na Feira Medieval, fala numa estratégia clara ou encapuçada, não percebi, não entendi e não sei ao que é que se refere.

O lixo da Freguesia de Torre de Dona Chama, convocar as pessoas é uma participação, cívica, aliás, existem até movimentos de defesa do interior que fazem essas temáticas. Existem projetos do Instituto Português da Juventude também para motivar, porque, de facto, a sensibilização ambiental também faz parte da educação e como faz parte da educação, também é importante sensibilizar não só a dificuldade de quem está a gerir a limpeza, mas também as pessoas sentirem na pele o quanto custa limpar para também não poderem estar a sujar.

Em relação à questão do Fundo Ambiental dizer-lhe e fazê-lo refletir sobre porque é que o lixo está no Cachão.

Também em relação à mobilidade como disse há pouco podiam ter feito Semanas da Mobilidade mas, de facto, não houve implementação da maioria das melhorias que precisamos na cidade e também a nível das Freguesias.

Em relação ao Agostinho Beça, dizer-lhe que partilho das suas opiniões, o bom senso, o espaço de liberdade e democracia, o sentido de missão, nobreza e ética e das propostas para os próximos anos, partilho de todas, portanto, vamos ter oportunidade de trabalhar nelas e investir os nossos esforços juntamente com todos aqueles trabalhadores do Município para levar a bom porto estas propostas.

Em relação ao, António Martins Senhor Presidente da Junta de Cedães, esta situação que falou de achincalhar um Presidente da Junta de Freguesia, lamento a forma como foi feita, como também o Senhor certamente partilhará o meu sentimento negativo em relação às situações que dentro do PSD existem e também de certa forma compreenderá esta situação perante o Deputado António Figueiredo.

Em relação à Semana Europeia da Mobilidade, quem tem memória, tem futuro, concordo e, portanto, os Eventos são feitos pelos trabalhadores, é óbvio que sim, mas sob a orientação dos Executivos, como foi e como é, como foi no passado e como é presente.

Em relação à tomada de carga elétrica, o estacionamento tarifado, como sabe, no Regulamento Municipal de Estacionamento os carros elétricos estão isentos de pagar estacionamento e, portanto, não se coloca essa questão, porque eles estão isentos de pagar estacionamento. Falta, ainda, fazer as pinturas no chão relativamente ao carregador dos carros elétricos mas essa questão não se coloca, porque eles não pagam, estão isentos de pagamento de estacionamento.

Em relação à Senhora Presidente de Junta Vanda Preciso concordo na íntegra com tudo aquilo que diz. Certamente que há da nossa parte orgulho e satisfação com o evento que foi feito e terá todo o apoio dentro dos limites orçamentais que temos na promoção da coesão social, cultural e económica e o envolvimento do Município, dos trabalhadores do Município e de nós próprios para manter e alargar esta iniciativa que teve muito sucesso na Freguesia de Lamas de Orelhão.

Em relação ao Deputado Paulo Pontes nada a referir até porque foram só duas opiniões, estranho é ser a primeira vez que alguém como Deputado Municipal a defender as Juntas de Freguesia. Tenho visto alguns Deputados Municipais e mesmo o próprio Executivo defender as Juntas de Freguesia, bem como, todos aqueles que defendem o território na sua globalidade e o Concelho.

O plano para oito anos que o Deputado Beça anunciou, são algumas medidas que aceitamos e a moralização também é importante na execução do um bom trabalho, a moralização e a motivação para o trabalho.

Em relação ao Deputado Manuel Figueira dizer-lhe que, de facto, consegue ensinar-nos muito sobre o que é a política, apesar de se dizer não político. De facto a política tem de ser feita com elevação, com seriedade, com rigor, com educação acima de tudo. E se formos tudo aquilo que dizemos ser, porventura, teremos umas reuniões com outra elevação, com outro discurso...

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Peço desculpa Senhora Presidente. Senhor Deputado, há pouco fez-me uma correção quando eu pedia respeito pela sala, disse-me que eu teria que ter pedido respeito pela Mesa e então nessa situação cumpra o que me sugeriu faz favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** De facto esta situação tem que ser tomada com outra forma de atuação, julgo ter que haver da nossa parte mais dignidade, mais respeito pelos outros, porque enquanto o Senhor Deputado António Figueiredo fala, nunca lhe disse que estava a dizer “tretas” e portanto agradeço que não volte a insurgir-se dessa forma.

Dignidade da Assembleia estávamos nós a falar, Senhor Deputado Manuel Figueira, partilho também na íntegra as suas palavras.

Relativamente ao Deputado Dinis Veiga em relação à auditoria, no seu espírito vai ser feita hoje a apresentação da auditoria pelo Vereador José Cunha. Depois pergunta onde está o espírito democrático da Presidente? Eu sou democrata e portanto sempre aceitei a liberdade de expressão e sempre aceitei como é óbvio a forma democrática como nos comportamos perante as diferenças de opinião. Relativamente à figura decorativa do Presidente da Assembleia Municipal, acho que é de todo desajustado e portanto não concordo com esta afirmação.

Relativamente à Deputada Luísa Belchior dizer-lhe que concordo com aquilo que diz, as fases preliminares dos projetos em obras públicas são de facto uma necessidade, toda a intervenção da Avenida das Comunidades Europeias estava feito o projeto, já tinha iniciado a obra, como eu disse há pouco, temos que remediar o projeto que foi elaborado assim que foi aprovado e que foi orçamentado como está, portanto, vamos já para a semana fazer uma reunião com os moradores, comerciantes, com a Junta de Freguesia e com a PSP obviamente.

Em relação ao Deputado Eurico Carrapatoso eu concordo que haja uma Assembleia Municipal extraordinária, aliás, nós achamos mesmo que vai haver por causa do tema da descentralização. Em relação aos Municípios do concelho de Mirandela, são todos Fregueses sem sombra de dúvida e portanto, concordo com os ganhos de transparência de que fala. Em relação às delimitações territoriais é um assunto que vamos ter que abordar, porque realmente existem problemas de delimitação territorial em vários concelhos, mas no nosso nunca foram resolvidos e, portanto, todas as fases, eu sei o processo como se regularizam

estas situações e por isso o nosso topógrafo vai ajudar como os técnicos vão ajudar a que se faça a delimitação territorial e quando houver necessidade de alteração dos limites territoriais levarmos o processo à assembleia da República.

Relativamente ao trabalhador já está assegurado para que haja uma nova máquina porque a máquina com que estamos a trabalhar já tem 40 anos, nós temos um parque automóvel muito degradado, um parque de máquinas de décadas e portanto tem que haver um investimento, nas condições de segurança dos próprios trabalhadores, mas também na qualidade do trabalho que desenvolvem, em segurança. Como sabem temos uma colaboradora a trabalhar na parte da segurança que era uma falha, a Câmara Municipal não tinha e que é importantíssimo quer nas obras municipais quer também em todos os relatórios de segurança que somos obrigados a ter.

Relativamente ao Deputado José Pavão e para terminar dizer-lhe que concordo com ele relativamente a esta situação das respostas do acesso à saúde, ao Sistema Nacional de Saúde. Relativamente aos médicos especialistas sabe que nós não temos uma intervenção direta na captação de médicos, realmente é o Ministério da Saúde e a Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano que faz essa contratação. A dificuldade que nos falam é sempre da dificuldade de trazer médicos especialistas para o interior do país, mas realmente aquilo que nós fazemos sempre é ter um contacto direto com o Presidente da Administração, no sentido de termos melhores Serviços e maior capacidade para as nossas populações. Relativamente à Unidade Móvel de Saúde também há um projeto que temos que está a ser desenvolvido juntamente com a ULS, já temos as propostas todas para iniciar. Não foi dentro dos prazos que tínhamos pensado, mas é uma forma de levar a saúde às populações. Obrigada.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Depois de feitos todos os esclarecimentos, o Senhor Deputado António Figueiredo faz um pedido à Mesa ao abrigo do artigo 35.º do Regimento para efetuar um pedido de esclarecimento. Pelo que nessa situação Senhor Deputado, a Mesa atribuí-lhe para o efeito três minutos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhora Presidente, parece que a carga do passado incomoda. Não me chame mal-educado, nunca mais. Para a próxima terá que ir a Tribunal ou então colocar uma Ação Judicial contra mim, no Ministério Público. Digo-lhe já, para a próxima eu meto-lhe uma Ação Judicial no Ministério Público, ou a Senhora me põe a mim. Mas não me torne a chamar mal-educado, porque senão eu aqui grito em alto e bom som e ponho a Senhora como a lama da rua, digo-lhe já a si, está bem? Outra situação, não é calma nenhuma... Outra situação, não me chame mal-educado. Outra situação é que o seu Primeiro-ministro é um Ministro troca-tintas. Infarmed nunca mais. Havia um Ministro... havia um Ministro...

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, peço desculpa, mas isso não é nenhum pedido de esclarecimento. Não consigo visualizar qual é o esclarecimento que quer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É o esclarecimento que eu estou a fazer...

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Peço desculpa Senhor Deputado, isso não é possível de suceder...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não é suceder o quê? Quer dizer, na Assembleia da República, na Assembleia da República o Primeiro-ministro...

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Qual é a sua dúvida? Qual é o pedido de esclarecimento que tem para fazer, Senhor Deputado?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, eu quero falar. Não, eu quero falar. Eu já disse na antiga Câmara, a Assembleia da República houve um Primeiro-Ministro que chamou burros aos Deputados que foi o Engenheiro Sócrates. Burros! E houve um Ministro que pôs uns cornos para os Deputados.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, terminou? De qualquer modo antes de dar continuidade eu agradecia ao Deputado Figueiredo se fizer o favor...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não faço favor nenhum, acabou.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu queria dialogar consigo sobre um assunto, se for possível eu peço encarecidamente... Conversarmos nunca é de mais.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** E para a próxima vai ter a paga digo-lhe já. E os Vereadores vão ter todos a paga para a próxima.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Posso interpelar a Mesa? E é apenas...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Agostinho Beça, permita-me, antes de mais, transmitir à Assembleia o seguinte: dado a forma como algumas vezes a Assembleia Municipal tem decorrido, com o tipo de intervenção, com o tipo de pressão à Mesa, com o tipo de atropelo ao Regimento e à Lei, com a forma de se dirigir a cada um de nós e quem representa funções institucionais, a Mesa neste

momento decreta uma suspensão de cinco minutos dos trabalhos da Assembleia, chamando os líderes de cada grupo municipal à Mesa para reunir com a Mesa para acertar o que é a dignidade dos trabalhos desta Mesa. Faz favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Para podermos retomar os trabalhos, agradecia aos Senhores Deputados que regressassem aos seus lugares.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhores Deputados agradecemos que ocupassem os vossos lugares, suspendemos por cinco minutos.

Senhores Deputados vamos retomar os trabalhos, neste caso e após esta suspensão de cinco minutos, queria então chamar o Senhor Deputado Paulo Pinto para que ao abrigo do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal, coloque à Senhora Presidente de Câmara todos os esclarecimentos que entender, atribuindo-lhe então o tempo de três minutos para o efeito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente de Câmara, Senhores Deputados. Permitam-me que nestes três minutos não só uma interpelação à Mesa, mas também, porventura, uma intervenção mais alargada. Aquilo que aconteceu aqui neste momento, as responsabilidades são de todos, porque quem lê as atas da Câmara Municipal de Mirandela, percebe perfeitamente que a Doutora Júlia, por momentos e durante as reuniões também tem uma atitude provocadora junto do Doutor Rui Magalhães e o mesmo acontece aqui de parte a parte entre a Doutora Júlia Rodrigues e o Arquiteto Figueiredo, portanto as responsabilidades são de todos. Se porventura esta bancada pecou porque se excedeu um dos seus elementos, mas que continua a ter o nosso apoio político. Outra coisa é também a Doutora Júlia nas suas responsabilidades, quer também nas reuniões de Câmara deixar de ser tão provocadora, porque é a grande arma dela. Ela faz isso tão bem como ninguém, se calhar a única arma que tem, e quando porventura o discurso político ou quando os assuntos em cima da mesa não lhe correm no sentido que ela pretende, não tem qualquer problema e usa como estratégia hostilizar a oposição, os Membros, os Vereadores da oposição e em particular o Doutor Rui, e isso está nas atas. Pedem-me enquanto líder, se possível melhor todos os dias, perceber que a democracia e a liberdade, a minha liberdade termina onde começa a dos outros, mas peço também isso aos membros da minha bancada, a bancada do PS que faça o mesmo, e a Doutora Júlia pelas responsabilidades que tem, até porque é a figura maior deste Município, sabemos que a figura maior política é Presidente da Assembleia Municipal que também naquilo que lhe diz respeito seja tanto quanto rigorosa, tanto quanto cordial e respeitadora daqueles que porventura pensam diferente. E posto isto vou começar com a minha interpelação à Doutora Júlia, porque a Doutora Júlia não responde, e quando me confrontam a mim que houve dezasseis intervenções e sob pena de agora voltar a haver dezasseis interpelações é porque a Doutora Júlia não responde. A Doutora Júlia ora responde a quem lhe convém, ora é comentadora quando não sabe responder. E eu pergunto-lhe, Senhora Presidente, esta Moção que foi votada na última Assembleia, foi votada, esta Moção passou, pese embora os votos contrários do PS, se a vai incluir no próximo orçamento da Câmara Municipal de Mirandela, sim ou não?

Sobre o asfalto que foi oferecido às Juntas de Freguesia, sabe a asfixia em que algumas se encontram, por este e por outros problemas, vai ou não vai pagar o transporte? Fazer justiça e equidade naquilo que deve haver na relação institucional. Nos eventos há ou não há uma estratégia deliberada? Há Juntas de Freguesia de primeira, de segunda ou de terceira? Ou se porventura ainda que o mérito seja total em relação àquele Evento que aconteceu na Junta de Freguesia das Lamas de Orelhão, se porventura outras Juntas de Freguesia lhe apresentarem um projeto tão digno quanto aquele, porque cola história, eventos e património, se vai ter o mesmo acolhimento independentemente da cor política que elas possam ter ou não?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto, peço imensa desculpa...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** E por último, o Ministro do Ambiente vai vir ao Cachão no dia da retirada do lixo? É porque isto é político, sob pena de haver interesse por parte do PSD nesse dia apresentar-se junto do Senhor Ministro e perguntar-lhe porque é que a uns dá tanto dinheiro dado e a outros negou-lhe tudo, não houve um tendo no meio disto tudo...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Lamento...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** O mínimo de respeito pela população do Cachão.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto terá oportunidade de colocar mais questões ao longo do decurso da ordem de trabalhos do período da ordem do dia. Segue-se o pedido de esclarecimento do Deputado Agostinho Beça.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Não é um pedido de esclarecimentos é uma interpelação à Mesa e muito simplesmente para manifestar profundo desagrado pelo facto de um dos Senhores Vereadores se ter sentado na bancada do Partido Social Democrata em diálogo com o Deputado da CDU. Não me parece que tenha sido um comportamento correto da parte do Senhor Vereador. Obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Naturalmente que a Mesa tem que conceder oportunidade ao Deputado Jorge Humberto, foi visado nesta intervenção. Por quanto, pode usar da palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente a minha interpelação à Mesa é uma resposta ao Paulo Pinto. Não são todos culpados. Eu não tenho culpa nenhuma que haja má educação nesta casa, e quem tem má educação tem que ser responsabilizado por ela, portanto, eu a crítica que fez são todos culpados, faz favor, não somos todos, é quem pratica má educação nesta casa. É só este ponto que eu quero referir. Obrigado.

----- **A Deputada Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Com base em quê? Não, não tem que responder. Só tem que responder em defesa da honra com a autorização da Presidente. Ninguém feriu a sua honra, portanto eu não lhe dou a palavra. Peço desculpa.
Deputado Nuno Magalhães, faz favor.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** O Deputado Nuno Magalhães tinha pedido, até antes um pedido de esclarecimento ao abrigo da figura Regimental, pedido de esclarecimento ao abrigo do artigo 35.º, goza de três minutos para o efeito, está bem?

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Muito obrigado.

Eu continuo a perguntar, então qual foi o motivo da providência cautelar, gostávamos de saber, e acho que o facto de referir aqui que não vai entrar em pormenores da avaliação do júri, demonstra que se calhar houve ali alguma coisa na avaliação do júri, por isso se calhar devia enviar para os membros desta Assembleia, tanto a avaliação como as peças do procedimento, o relatório preliminar e o relatório final para efetivamente vermos o que se passa neste concurso sobre o Cachão e já dizer-lhe se a sua preocupação tem dois anos, do Cachão porque foi meramente eleitoralista porque passados 100 dias continuamos aqui. A minha já não é assim e tenho essa preocupação há 29 anos porque felizmente sempre tive ligações ao Cachão, ainda tenho agora ligações ao Cachão e por isso sempre me preocupei. Que a Senhora Doutora não saiba que eu fiz as questões e onde as fiz é um problema seu, por isso fica também na sua consciência a forma como fala e como acusa as pessoas. Sobre o ser engraçado ou não ser engraçado, quem disse que foi engraçado foi a Senhora Presidente, porque eu podia ser engraçado mas é triste, porque efetivamente provisões não são dívida, já vi que também tenho que lhe explicar a si qual é a diferença entre uma dívida e um custo, facilmente.

Sobre o Conselho Municipal de Juventude eu só pergunto porque é que ele não se realizou se o Regimento previa que ele tinha que se realizar. E sobre juventude eu sinceramente não compreendo, todas as Sessões venho aqui e a sua argumentação é sempre a mesma. Porque é jovem, não sabe o que diz, porque não tem fundamento. Mas eu ainda não lhe ouvi um argumento a contrariar aquilo que eu digo. Simplesmente baseia-se no facto de eu ser jovem para tal, o Senhor Vereador Cunha também é jovem, qual é o problema? Teve outras pessoas na sua lista que também são jovens. Qual é o problema de ser jovem? Se calhar o que falta a esta Assembleia é haver mais pessoas jovens para romper com aquilo que está instituído e efetivamente fazer as perguntas que custam a responder. Já está visto que a Senhora Presidente não quer responder.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Não sei se a Senhora Presidente quer responder a alguns pedidos de esclarecimento solicitados, se for o caso, tem o uso da palavra.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bem, antes de iniciar as respostas, muito sintéticas aquilo que me foi questionado, dizer que esta estratégia do Deputado Paulo Pinto, deixa muito a desejar. Isto porque a Doutora Júlia e eu vou referir o que ele disse “provocadora, junto do Doutor Rui Magalhães e do Arquiteto Figueiredo”. A verdade é que nas reuniões de Câmara nunca houve nenhum tipo de problema com a educação das pessoas, sempre houve cordialidade, rigor e sempre houve respeito. A verdade é que esta atitude provocatória que o Deputado Paulo Pinto fala é que quando e desculpem a comparação, mas é tal e qual aquilo que eu vou dizer, é que quando há “violência doméstica a culpa é sempre da mulher”, que provoca o homem e portanto há violência doméstica, há argumentos que, de facto, deixam muito a desejar e portanto a responsabilidade, a responsabilidade de cada um, deve ser assumida, não se deve atirar aos outros a responsabilidade que nós próprios temos e felizmente a política não é assim. A política tem outra dignidade, a atitude provocatória de alguém é que gera a má educação de alguém, então a agressividade é normal. Quando estamos em situações de conflito podemos bater em alguém e não é assim, é preciso haver respeito entre as pessoas e aquilo que toda a gente fala em relação a esta Assembleia Municipal e há pessoas que estão aqui sentadas é que de facto deixa muito a desejar e ninguém pensaria que era assim e não foi assim noutros mandatos. Eu não percebo também porque é que as pessoas se comportam de maneira diferente, quando são as mesmas pessoas. Não entendem o que é a democracia? Não sabem ser democratas? Não sabem estar na oposição? Eu sei que estar na oposição não é fácil, também não é fácil estar no poder, mas é preciso saber ser oposição, saber praticar a liberdade de expressão e nunca houve como há agora essa liberdade de expressão. Mas, de facto, a liberdade de expressão traz responsabilidade para as pessoas, e dentro deste sentido de responsabilidade é que as pessoas não estão habituadas a lidar com a diferença, e a diferença tem que ser respeitada. Como têm que ser respeitados todos os Mirandenses. “Usa como estratégia hostilizar a oposição”, ora não concordo, é a opinião do Deputado Paulo Pinto, não concordo com esta situação, acho até que nós temos um relacionamento bom e regular, fora estas faltas de educação no exercício da política. “Sou comentadora quando não sabe responder”, nunca deixei de responder, tento sempre focar os pontos principais e portanto tudo aquilo que precisam de saber eu tento focar esses pontos, até hoje vai haver aqui a apresentação da situação da auditoria que julgo que vai ser interessante. “Vai incluir no próximo orçamento a descentralização de competências?” Sim, como tínhamos abordado aqui noutra Assembleia Municipal. Vai pagar o transporte? Não. “Estratégia deliberada?” Não, não há estratégia nenhuma deliberada para apoiar Freguesias. “Ministro do Ambiente vai vir à retirada do lixo?” Não, não está nada acordado com o Ministro do Ambiente. É possível que ele venha cá durante os 120 dias, que já não serão 120 dias se o processo em Tribunal se resolver. Temos ainda outras situações para pagar que são aproximadamente os 36.000,00€ com o lixo que foi retirado na altura pela anterior administração.

Em relação ao Deputado Nuno Magalhães, dizer-lhe que ser jovem é ter o privilégio de ser jovem. Não tenho nada contra os jovens, acho é que os jovens devem ter uma atitude de jovens e não de políticos interessados de uma forma superficial sobre as coisas, e o caminho faz-se caminhando e por isso não tenho rigorosamente nada que lhe dizer, porque também não me questionou nada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Só mais um pouco Deputado Nuno Magalhães. Eu entretanto peço à Senhora Presidente se o Senhor Vereador Rui Magalhães que está a pedir a defesa da honra, dado que foi evocado o nome dele pode intervir, de qualquer modo e segundo o Regimento só com a autorização da Senhora Presidente é que ele poderá fazer essa defesa. Não vê inconveniente?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Relativamente à documentação, não perguntou, vai ser enviada a documentação sobre o processo do concurso, vai ser solicitado ao júri. Como sabe a Câmara Municipal está na Administração, mas o Presidente da AIN é o Presidente da Câmara de Vila Flor e, portanto, todo o concurso vai ter que ser solicitado para o júri enviar para o Senhor Deputado, ou então para o líder parlamentar que depois enviará, ou mando para o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Assembleia faz chegar ao Senhor Deputado Nuno Magalhães.

Em relação ao Senhor Vereador, acho que sim, pode falar.

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Público aqui presente.

A minha intervenção prende-se única e exclusivamente com o direito que me assiste de responder a uma intervenção que aqui foi feita e pôs em causa a minha pessoa, pelo Deputado Municipal Agostinho Beça e não pelo Adjunto da Senhora Presidente, que eu não confundo as coisas, é nessa qualidade que ele aqui está. É verdade que eu estive durante 20 a 30 minutos junto da Doutora Rute e da Marlene, estive porque fui à casa de banho e estive ali a conversar com elas. Acho que tenho o direito, penso eu, como Vereador de estar onde quero. Não tenho forçosamente que estar ali, onde sempre estive, onde sempre estive, raramente me ausento daquela mesa, seja porque motivo for, a não ser por motivos de força maior. Caso contrário eu estou onde quero estar e onde posso estar. Que eu saiba, não é proibido a mim como Vereador da Câmara estar nesta Assembleia Municipal onde quero estar. Acho que não cometi nenhuma irregularidade, nenhuma ilegalidade e volto a dizer: estive onde quis estar.

Outra questão mais dirigida à Senhora Presidente da Câmara, provavelmente eu não devia estar ao lado dela, não devia estar, mas o que é um facto é que raramente ela faz comentários em relação a intervenções de Deputados Municipais, mas o que é um facto, que em relação a um Deputado em concreto ela está sempre a fazer comentários e eu para que as coisas corram bem não reajo, mas não me parece correto, não me parece correto as observações que vai fazendo relativamente a intervenções que são feitas por um ou dois Deputados Municipais desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Vereador. Já terminaram? Sendo assim, antes de procedermos à votação que temos que fazer sobre as Moções, temos ainda que resolver um problema que já foi mais ou menos determinado pelos líderes das bancadas, mas que vou colocar à Assembleia em geral, que é o seguinte: Nós estamos a terminar só agora o período antes da Ordem do Dia, temos imensos pontos debater e a única solução é prolongarmos pela noite a nossa reunião, é preferível do que passar para outro dia. Portanto, os líderes das várias bancadas já se pronunciaram positivamente, quero dizer e pedir à Senhora Vereadora da Cultura se então é possível adiar o cinema de hoje.... é isso que vamos fazer, está bem? Portanto, preparem-se para a maratona pela noite fora.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Peço a atenção dos Senhores Deputados Municipais, eu depois tentarei sensibilizar o senhor Presidente da Assembleia para fazer um intervalo para jantar.

Para fechar este ponto após este gracejo, que é preciso também criar algum espírito de desanuviamento sobre a tensão da Assembleia de hoje, recorro para finalizar este ponto, temos duas matérias para decidir e para votar. Uma é uma Moção apresentada pelo Senhor Deputado da CDU, Jorge Humberto e outra é uma proposta de uma Assembleia Municipal extraordinária apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, Eurico Carrapatoso. Vamos então por partes, vamos relativamente à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Humberto da CDU, proceder àquilo que é habitual e regra desta Assembleia Municipal que é primeiro votar a aceitação da Moção para eventual discussão e posterior votação do seu conteúdo. Nesse sentido, eu pergunto às bancadas municipais se alguém vota contra a aceitação da Moção entregue pelo Senhor Deputado Jorge Humberto.

A Moção entregue pelo Senhor Deputado Jorge Humberto da CDU respeita o seguinte e é proposta a esta Assembleia deliberar neste sentido. Atenção que ainda estamos a votar a aceitação e não a votar o seu conteúdo, de qualquer das formas avanço o conteúdo:

Ponto 1. Rejeitar a sumpção de competências que venham a ser transferidas por via dos Decretos-lei sectoriais que o Governo tem em elaboração;

Ponto2. Reclamar:

- O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do Poder Local e as competências dos seus órgãos;
- A identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.

Alguém vota contra a aceitação por parte da Mesa e posterior colocação à votação desta Moção à Assembleia Municipal?

Não havendo votos contra está a Moção, então, aceite, iremos proceder então à votação do seu conteúdo que acabei de ler.

É para se pronunciar sobre a Moção?

Sim, com certeza a Moção está em discussão.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Peço imensa desculpa mas faltou perguntar se alguém se abstinha e por outro lado devo dizer que a Moção parece completamente extemporânea até porque já foi dito que vai haver uma Assembleia Municipal extraordinária que também vai ter este ponto para ser discutido, e esse conteúdo também já esta semana se tiveram oportunidade de ouvir na rádio local, o próprio Senhor Deputado Mirandelense Doutor José Silvano pronunciar-se que este conteúdo está desatualizado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu peço desculpa, não percebi quando afirmou que já estava determinado que ia haver uma Assembleia Municipal extraordinária.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Está proposto que vai haver uma Assembleia Municipal extraordinária, vai ser proposto que haja uma Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É que a Mesa não sabe de nada, não é? Peço desculpa, agora fui apanhado, eu peço imensa desculpa, quer dizer...

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Foi ou não foi aqui abordado aqui esse assunto? Ou eu ouvi mal?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Foi feita uma proposta, o que eu quero dizer Senhor Deputado é que após a apresentação e a votação da aceitação da Moção, naturalmente que abre espaço para a discussão do conteúdo é um exercício a que tem direito.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Meu caro, não me foi permitido antes dessa votação perguntar se haveria algum esclarecimento, que nos ajudasse a todos a entender melhor esse conteúdo e a decidirmos com o melhor conhecimento se devíamos votar ou não a aceitação da Moção. Não me foi permitido embora eu tivesse pedido. Portanto, não insisti não vale a pena, estou agora a manifestar, enfim, essa dúvida eu acho que devíamos ser previamente esclarecidos sobre isto, porventura o Executivo explicar à Assembleia qual é a estratégia que já tem sobre essa matéria e então aí sim, votaríamos a aceitação ou não da dita Moção. Por outro lado reparem que não foi perguntado quem é que se abstinha?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Nesse aspeto faço a minha penitência, de facto sobre a questão de ter apenas perguntado quem votava contra e por lapsos não ter perguntado quem se abstinha porque, porventura, poderia haver votos de abstenção. Relativamente ao resto da intervenção do Senhor Deputado, ainda pode fazê-lo, ainda está a tempo que a gente faz o registo. Agora aquilo que eu poderei se me permite então responder àquilo que foi a sua interpelação à Mesa, ou ao critério utilizado é que em momento algum ao longo dos anos que eu tenho experiência desta Assembleia Municipal alguém se pronuncia sobre o mérito do conteúdo antes de sequer ser votado a sua aceitação. É votada a sua aceitação e em pleno a partir daí cada um se pronuncia sobre o mérito. Eu percebi aquilo que me queria dizer, eu poderia dar um contributo para que ela nem sequer fosse aceite. Não é regra democrática nesta casa ao longo de anos ter intervenções *a priori* que condicionam ou sujeitam a não aceitação de uma Moção de nenhum Deputado Municipal nesta casa e portanto o critério utilizado ao longo de anos foi a prática democrática utilizada pela Mesa relativamente a esta matéria que é o pleno direito de um Deputado ver a sua Moção aceite pela Mesa para que posteriormente ela seja colocada a discussão democrática por todos os Deputados e nesse espaço e nesse campo então teria todo o direito naturalmente que lhe assiste Senhor Deputado Agostinho Beça para tecer os comentários do mérito, da virtude da Moção e depois aí expressar a sua posição e a sua votação relativamente ao seu conteúdo. Mais não tenho a dizer, portanto, a Moção foi aceite pela Mesa, é neste espaço que cabe a discussão democrática sobre o conteúdo da Moção, com todo o respeito apresentada democraticamente pelo Deputado da CDU Jorge Humberto.

Quem se quiser inscrever para tecer algum comentário ao seu conteúdo tenha a bondade.

Já agora quem se abstém por favor? Votos contra não houve, quem se abstém sobre a aceitação da Moção?

Foi aceite por unanimidade. Passemos então à discussão do seu mérito e do seu conteúdo para posterior votação da sua decisão nesta Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Assembleia Municipal.

A bancada do PSD votará contra. Votará contra porque as Uniões de Freguesia onde os quais os Senhores Presidentes aqui presentes, são contra a reversão para o modelo antigo que existia das Juntas de Freguesia, que agora são 30 e antes eram 37. Neste sentido nós votamos contra esta proposta e vemos com grande aceitação que vai ser a seguir, a possibilidade de existir uma Assembleia extraordinária para discutir o processo da descentralização e porventura as Juntas de Freguesia.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Mais alguém se inscreve para tecer algum comentário sobre o conteúdo? Temos a inscrição do próprio subscritor da Moção, o Deputado Jorge Humberto e do Deputado Paulo Pontes, concedia a palavra ao deputado Paulo Pontes.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Eu peço imensa desculpa, mas referi isso ao líder parlamentar que, eu tendo que ser, e tanto me lembro da minha história política eu sempre votei contra qualquer agregação de Freguesias e, portanto, se sempre votei contra qualquer agregação de Freguesias e tenho que ser querente comigo próprio e com a minha forma de pensar e como por vezes na minha própria Assembleia de Freguesia, este assunto por vezes é abordado não em ordens de trabalho, mas depois paralelamente, eu vou-me abster em relação a esta proposta por essa mesma razão e digo é-me completamente indiferente que haja reversão de Freguesias, que continuem as

Freguesias como estão, que haja outras agregações, é completamente diferente em termos políticos na questão do meu pensamento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado Paulo Pontes. Tem a palavra o subscritor da Moção, o Deputado Jorge Humberto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários.

É só para colmatar aqui uma falha, um lapso, de memória que teve o Deputado Paulo Pinto, que eu saiba os Presidentes de Junta não foram mandatados pelo povo para quererem ou não quererem a reversão das Juntas, cabe ao Presidente de Junta decidir se quer que a Junta seja agregada ou não. Cabe à população manifestar a sua intenção se quer ou não quer e essa oportunidade não foi dada à população, daí a nossa Moção. Portanto, que a população seja ouvida de forma, ou por referendos ou por votação se quer ou não quer pertencer à Junta ou se quer continuar com a Junta que estava. Se estamos a falar em questões democráticas este é o princípio democrático que não deve ser relevado, dar a voz ao povo, e acho que pelo menos no que toca ao meu partido à CDU, nunca tivemos medo da voz do povo, portanto aí, a pretensão da nossa Moção. Em relação à questão da descentralização, só dizer o seguinte, há coisa de quinze dias se não estou em erro e se a memória não me falha eu fiz um pedido ao Presidente da Mesa exatamente a requerer uma Assembleia extraordinária para se discutir a descentralização. Na altura foi-me dito que não era digamos extemporâneo como disse aqui o Deputado Agostinho Beça e pelos vistos agora o Presidente de Junta de Alvites vem requerer não só pela questão da descentralização, mas também pela questão das Freguesias, não sei se se recorda Senhor Presidente, eu fiz-lhe chegar esse pedido e acho que esse pedido continua a ser válido e acho que devemos fazer essa Assembleia extraordinária, para que seja, digamos esclarecido e de modo transparente do que é que vai ser a descentralização imposta pelo Governo, aliás esta descentralização quer vocês votem ou não, foi negociado entre o PS e o PSD. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito bem. Concluída a intervenção do Senhor Deputado Jorge Humberto subscritor da Moção tem, e por último, não podemos andar a fazer inscrições aos bocadinhos, o Senhor deputado António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cedães.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Boa tarde. Eu sou solidário com o Líder Paulo Pinto e porquê? Vou ser solidário com o Paulo Pinto no sentido de definir aqui uma questão. Há um Projeto Lei que vai sair, penso que agora em outubro que vai definir os critérios para serem as Freguesias que foram unidas a decidirem se querem ou não querem ser agregadas, portanto, enquanto não soubermos quais são os critérios que vão estar na Lei, porque enquanto não houver critérios e não houver Lei vai-se manter exatamente tudo igual, não faz sentido estarmos a discutir Moções. Portanto, houve critérios que levaram a que houvesse a reforma administrativa que entrou em vigor em 2013 e agora estamos a aguardar os novos critérios. Enquanto não soubermos o que é que o Governo pretende fazer nomeadamente a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, não faz sentido estar a votar uma Moção que vai impor o quê? Vai aconselhar o quê? Portanto, eu sou solidário com o Paulo Pinto, com o líder, não estou aqui a sobrepor-me à minha localidade ou aos meus Fregueses, não. Estou a desempenhar o meu papel para que fui eleito nesta Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado António Martins, resta dizer que a aprovação de uma Moção, não implica o cumprimento da mesma perante Órgãos da Tutela nomeadamente o Ministério. É uma recomendação é uma sugestão é um envolvimento na discussão dos critérios desse processo das Freguesias.

Colocada esta situação à reflexão, vamos então proceder à votação do conteúdo da Moção.

Quem vota contra esta Moção?

A Mesa conta 26 votos contra.

Quem se abstém?

A Mesa conta 23 abstenções.

Quem vota a favor?

A Mesa conta 5 votos a favor.

A Moção é rejeitada com 26 votos contra, 23 abstenções e 5 votos a favor.

Concluído o processo desta Moção apresentada, sobre as questões respeitantes às Freguesias, descentralização e questões financeiras dos Municípios, serve também de contexto e de lançamento à proposta seguinte que temos em cima da mesa, apresentada pelo Senhor Deputado Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso sobre a eventualidade de uma Assembleia Municipal extraordinária.

Importa e é dever desta Mesa inserir um contexto mais vasto sobre esta proposta até porque ao longo do dia têm sido tecidas intervenções contextualizando este âmbito e a importância do que está aqui em causa, eu relembro que esta temática agora proposta para uma Assembleia Municipal Extraordinária que visa no propósito do subscritor que haja antecipadamente uma discussão sobre a distribuição em sede de orçamento municipal do financiamento e das verbas suscetíveis de um desempenho de outra natureza por parte das Juntas de Freguesia tendo em conta que isto só seria possível antes da votação do orçamento no Executivo parece-me que aquilo que poderíamos discutir a eventualidade da marcação de uma Assembleia Municipal Extraordinária, teria que ser sempre novembro, pelo menos, de forma a que seja antes da própria votação do Executivo do orçamento. Isto tudo em questão, não perdendo de vista e aqui já foi levantado que existe uma recomendação a acrescentar a este propósito, existe uma recomendação aprovada nesta Assembleia pelo Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes, que foi aprovada e que dizia o seguinte: “no próximo orçamento para 2019 e subsequentes se torne efetiva a inscrição de uma verba anual a transferir obrigatoriamente para as Juntas de Freguesia e de pelo menos um terço do total recebido anualmente pela Câmara Municipal do Fundo de Equilíbrio Financeiro, valor que corresponderá a cerca de três milhões, recomenda-se que a cada ano seja assinado com as Juntas de Freguesia um contrato programa no montante igual ao que cada uma recebe do Fundo Financeiro, repartido em duodécimos e a transferir mensalmente ou trimestralmente da

Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia”, é de facto uma recomendação aprovada, não obriga naturalmente ao cumprimento por parte da Câmara Municipal é apenas uma recomendação, mas sendo aqui a sede e a casa da discussão política e democrática de todas estas questões e tendo em conta também aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado António Martins que em outubro teremos uma proposta de Decreto-Lei sobre a mexida da união, agregação, desafetação territorial das freguesias, tendo em conta que tudo isto é matéria também da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Humberto que coloca na sua génese os três pilares, financiamento, território e orçamentos decididos pela Câmara de afetação às populações e território, temos, então, aqui este conjunto de situações que se interligam e que podem consubstanciar, de facto, da vossa perspetiva e análise a marcação de uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir estes temas que tanto têm suscitado a preocupação. Se alguém porventura quiser intervir, dando algum contributo, ou se pronunciar sobre o âmbito e o mérito desta possibilidade, faz favor, estão as inscrições abertas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado Paulo Pontes.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Eu é só para referir aqui que em relação à proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso e relativamente à minha Moção que tem vindo a ser referida e que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, o que eu quero dizer é que independentemente de qual seja a política a seguir a partir de outubro, seja qual for a decisão tomada pelo Governo, se vai haver nova reorganização, se vão ser novamente repostas as antigas Freguesias, se vão agregar mais Freguesias, suponho eu, presumo que o FFF, será sempre o mesmo. Também será o mesmo para as Freguesias independentemente de estarem mais agrupadas ou menos agrupadas, o que quer dizer que a minha proposta e que foi aprovada como recomendação por esta Assembleia, mantém-se atualizadíssima e portanto poderá até ser alvo de discussão em termos práticos, apesar de eu a ter pormenorizado já bastante, na minha ótica, por isso é que ela também foi aprovada. Portanto a minha proposta continua atualizada e não interfere nada com a nova Lei que por aí possa aparecer.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Obrigada, Senhor Deputado passo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Humberto que também pretende intervir no âmbito deste assunto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente é só dizer que fiquei estupefacto com a apresentação da Moção do Senhor Deputado Paulo Pontes, porque durante os últimos quatro anos na vigência do anterior Executivo não fez essa apresentação e essa preocupação só demonstra duas coisas. Ou estamos a evoluir para o sentido positivo e começar a exercer a cidadania, ou então durante os últimos quatro anos da vigência do antigo Executivo que era do PSD as Juntas de Freguesia não precisavam de dinheiro porque tinham o dinheiro que queriam. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Ó Senhor Deputado, o Senhor pode dizer a todos os Membros desta Assembleia para terem calma, calma, calma... O que lhe digo a si é isto: você tem é muita calma porque lições políticas a mim não me vai dar de certeza absoluta e lições de democracia também não me vai dar de certeza absoluta e digo-lhe mais é de facto para deixar as pessoas de boca aberta. Para já o Senhor Deputado soube há dez minutos que eu tinha apresentado uma proposta ou já nem se lembrava dela. Proposta essa que foi aprovada. Eu não tenho culpa, antes pelo contrário, que uma maioria de uma Assembleia Municipal vá ao encontro daquilo que eu proponho, mais, segundo a minha história política aqui nesta Assembleia é uma história mais ou menos equilibrada, já votei e se estiver aqui o antigo membro da CDU poderá provar isso, já votei propostas da CDU, sendo eu único além da CDU a votar as propostas da CDU, portanto, veja só se vem falar de querência, falar de políticas, se vem falar... então desculpe lá mas tem que ir para outro sítio porque comigo aqui não leva a melhor de certeza absoluta e a minha história política fala por mim. Depois o Senhor não sabe nem tem que saber, quem tem que saber são os cidadãos da minha Freguesia e os meus eleitores, os ofícios que eu mandei para esta Câmara, os ofícios que mandei para todos os outros Executivos, mas se quiser eu posso-lhos fornecer, desde que eu estou na Junta de Freguesia, as obras que eu fiz na minha Freguesia, portanto, eu nem sequer devia dar importância política ao que o Senhor diz. É só.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Estamos esclarecidos, vamos terminar por aqui.
Ainda quer fazer uma intervenção? Faz favor.
Fazemos até porque é a primeira vez, tenho todo o gosto em que o nosso parceiro Municipal fale.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Aguieiras Manuel Fontes (Independente) disse:** Muito boa tarde a todos. Sou o Presidente de Junta de Freguesia de Aguieiras, boa tarde à Mesa, boa tarde a toda a Gente, Público em geral. Eu estou aqui há um ano, nunca fui político, “caí aqui de paraquedas” nisto, mas estou aqui há um ano, ouvi, ouvi, ouvi. O que eu ouvi até hoje, não vi ninguém capaz de ter ideias construtivas, estamos aqui só para destruir. Estou muito de acordo com o Senhor Deputado Paulo Pontes, uma grande ideia, uma ideia que eu já defendi há tempos, tinha comunicado com alguns colegas meus. Nós antes da aprovação do orçamento, nós, nós, atenção Presidentes de Junta e não o resto do elenco, o resto dos Deputados, porque vai acontecer isto na Assembleia Extraordinária, o que é que vai acontecer? O resto dos Deputados vão-nos tirar os nossos acordos, portanto, eu acho que essa Assembleia devia ser só para os Presidentes de Junta única e simplesmente só para os Presidente de Junta. Estamos a defender os interesses dos nossos povos e quem nos elegeu para estarmos a representar o nosso povo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu posso dar uma resposta a isto. Aliás a isto e mais outras questões que se levantaram. Lendo o artigo 11.º do nosso Regimento, e que diz assim “Sessões extraordinárias, ponto 1. A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu Presidente, da Mesa quando assim o deliberar, ou, ainda, após requerimento: alínea a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta; alínea b) De um terço dos seus membros;” ou seja, ficam já cientes que basta um terço dos Deputados Municipais, para que esta Assembleia Municipal extraordinária seja aprovada e ainda, “alínea c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a cinco por cento do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de dois mil e quinhentos.”, ora bem, para haver uma iniciativa individual dos Presidentes de Junta, não como Membros da Assembleia, teremos que ir para esta questão dos cidadãos. Por outro lado mesmo que esse pedido fosse formulado, jamais poderia fazer-se uma Assembleia só com Presidentes de Junta, apenas com a Assembleia no seu todo. Eu entendo. Agora, eu acho que as Juntas de Freguesia têm mecanismos para debater estas questões só entre si e apresentar, naturalmente questões bem como tirar dúvidas junto do Executivo que não deixará de lhe responder.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Sendo assim, vamos colocar à votação a proposta da marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária, nos termos em que aqui foi colocada e no contexto em que aqui foi colocada.

Neste momento a Mesa regista 54 presenças na sala, pelo que basta um terço para suscitar a marcação dessa Assembleia Municipal, portanto, dezoito votos será o suficiente para vincular uma Assembleia Extraordinária.
Sobre o conteúdo? Sim.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Deixem-se só colocar uma questão se for possível. A Lei o que prevê, uma Assembleia Extraordinária para ser convocada basta ser por um terço da Assembleia. A questão que eu coloco é, em vez de estarmos a pôr isto à votação se for o caso, a proposta dele basta ser subscrita por um terço de nós, ou seja, porque não refere aí que uma votação na Assembleia seja o suficiente para se convocar uma Assembleia Extraordinária.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Mas é o suficiente.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** É o suficiente? Porque senão subscrevíamos a proposta dele, ou seja o documento que ele entregou aí na Mesa, neste caso seria suficiente subscrevermos um terço das pessoas aqui presentes e a Assembleia automaticamente.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Correto. O objeto é o mesmo, estamos a discutir que a montante poderia ser feito assim. A montante não foi feito assim, a jusante temos de tomar uma decisão.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Ou seja, pode-se votar.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Exatamente. Se quiserem recolher a proposta e assinar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Atenção que não é um terço dos presentes. É um terço dos membros da Assembleia, que é diferente. Quer dizer que para ela passar, vai ter que ter dos presentes 21 votos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Não precisamos de um Professor de Matemática, o Professor Dinis já nos disse que eram 21.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Peço desculpa, não sou de matemática sou de português.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Paulo Pontes o mérito do conteúdo já está esclarecido.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Eu quero interpelar a Mesa se faz favor.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Quer interpelar a Mesa?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Sim, quero. Porque acho que está a haver uma má interpretação. Não sou professor de matemática, sou de português e aquilo que eu interpreto é o seguinte, um terço da Assembleia pode convocar uma Assembleia Extraordinária, os tais dezoito membros. Pode convocar. A partir do momento em que vai uma proposta a votação, não é um terço, é por maioria, tal como qualquer outra votação. Não é um terço, nem dois terços, é por maioria e como vê, eu não interpelo a Mesa por acaso, senão interprete as coisas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Posso? A minha interpretação é praticamente igual à do Deputado Paulo Pontes apenas com um pormenor. Quando se refere aí o Regimento um terço em relação aos Membros que compõem a Assembleia Municipal. É uma votação que pode ser aprovada com qualquer número desde que seja a favor o maior número. É só isso.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Com todo o respeito pelo Professor de português, o que o Regimento diz é: “A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu Presidente, da Mesa quando assim o deliberar, ou, ainda, após requerimento: alínea a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta;” ou de “alínea b) De um terço dos seus membros;”, um terço dos seus membros. Muito obrigada Professora Otilia.
Naturalmente que já foi dito aqui através da intervenção do Senhor Deputado António Martins, se o autor do pedido da proposta de Assembleia Municipal quiser recolher a proposta, fazê-la assinar e entregar na Mesa, está o assunto resolvido, a montante que não foi feito. A jusante só a votação é que vincula uma decisão, naturalmente, não é?
Ou votamos ou o autor com todo o direito da proposta recolhe a proposta e faz a recolha das assinaturas. Nós queríamos era agilizar...

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** A forma de agilizar é passar à votação e mais, nada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Há um autor da proposta que tem o direito...
O Senhor Deputado Ricardo Fidalgo há um autor da proposta que tem o direito de se pronunciar sobre ela. Se a quiser recolher e fazer as respetivas assinaturas, está bem?
Coloco à consideração do autor da proposta se a quer recolher e fazer a subscrição das assinaturas ou se permite que ela seja votada em Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Eu também concordo que é um terço, aliás é um terço para defender exatamente esse terço dos membros totais da Assembleia. Significa que, mesmo que dois terços não queiram, está reunido um terço, a proposta vai para a frente. Agora independentemente do número total das pessoas que concordem ou não concordem, o que eu sinceramente não acredito que não consigamos reunir a maioria.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado, prefere recolher assinaturas para entregar ou permite que seja sujeita a votação?

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Votação.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Algum desacordo que seja sujeita a votação, por parte dos grupos municipais?
Vamos então votar a proposta de uma Assembleia Municipal Extraordinária.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Quem vota a favor?
Foi aprovada por unanimidade a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir questões de descentralização, territoriais e financeira.
Permitam que a Mesa tente primeiro conciliar com o Executivo a data oportuna para esta Assembleia Municipal e depois oportunamente divulgaremos. Eu falei que ela no limite teria que ser em novembro, mas de facto a proposta de orçamento tem que entrar até ao final de outubro na Câmara, portanto, possivelmente a reunião tenha que ocorrer, ainda, no mês de outubro, mas vamos agilizar a Mesa com o Executivo.
Está vencido o ponto Antes da Ordem do Dia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Terminado o ponto três da Ordem do Dia e, neste caso o Período Antes da Ordem do Dia, passamos efetivamente ao período da Ordem do Dia e respetivo ponto, 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, pergunto se alguém quer fazer alguma intervenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu peço desculpa, faltou-nos aqui perguntar à Senhora Presidente se sobre este assunto tem alguma coisa a dizer?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Em relação à Assembleia Extraordinária, dizer que vamos realizar a reunião preparatória com os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de agilizar a Assembleia Extraordinária e termos já um acordo de execução.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem retomo o ponto 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, pergunto aos Senhores Deputados quem é que se inscreve neste ponto?
Registo apenas duas inscrições para este ponto.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Em relação ao artigo 25.º, número 2, alínea c), do anexo 1 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, eu já disse aqui diversas vezes que a Câmara Municipal, neste caso, não tem cumprido em conformidade com a Lei. Por isso eu apresento uma proposta à Mesa, faz favor, eles que leiam. Passa-se a mesma situação eu faço várias, envio vários *emails* para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e praticamente não me responde a qualquer um. Respondeu-me simplesmente a um *email*, respondeu-me simplesmente a um *email*, que o problema estava a ser resolvido numa reunião de Câmara do mês de setembro. Pelo que eu sei, eu tenho ali a ata e sei qual é o problema que estava a ser resolvido. Do resto mais nenhum documento me foi entregue em relação àquilo que eu pedi em termos de transparência da Câmara Municipal de Mirandela. A Senhora Presidente foca muito a conduta democrática e passa ao lado quando um Deputado Municipal que foi eleito pelo povo, como ela, como a Senhora Presidente, foi eleita pelo povo, ela simplesmente não obedece ao que a legislação diz, a Lei 27/2013 e o eleito de Estatuto Local, artigo 4 deveres e portanto há uma ilegalidade processual em relação àquilo que ela, que a Câmara, de facto, tem vindo a fazer. Eu já chamei várias vezes à atenção ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e essa proposta que eu lhe dei é para enviar para a Procuradoria-Geral da República e para o GF...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, o Senhor não vai instruir a Mesa para mandar o que quer que seja para o Ministério Público, por amor de Deus, não chegamos a esse ponto era o que mais faltava. O Senhor é que tem a liberdade de o fazer se o entender. O Senhor colocou-me algumas questões às quais obtive resposta, nomeadamente e posso aqui referi-lo sobre uma loja que abriu, dizia enfim, sem estar licenciada, teve a resposta que eu obtive...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O Senhor não me deu resposta nenhuma.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** pronto mas eu estou a falar nas respostas que eu lhe dei. Agora aquelas que eu não lhe posso dar agora aquilo que o Senhor me quer como neste caso mandar por, colocar no Ministério Público as suas questões, o Senhor pode fazê-lo. Mais, eu vou mais longe Senhor Deputado António Figueiredo, o teor destas mensagens que eu não ponho na correspondência recebida e sabe porquê? Evito pô-las, porque se calhar aqui os lesados em termos de ofensa de linguagem é que podem ir para o Ministério Público, é que a partir do momento que o Senhor me entregou, até aqui como correspondência entre nós, ficava entre nós, Presidente e Deputado. Agora não está aqui e a Senhora Presidente da Câmara se calhar a tem aqui conteúdo para colocar no Ministério Público a sua pessoa. Pronto, quanto ao resto eu não vou mandar.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem, passamos a chamar o Senhor Deputado Pedro Beato para fazer a sua intervenção, faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Membros da Assembleia e restantes Senhoras e Senhores presentes.

A minha participação neste tema tem a ver com uma preocupação, faz parte da minha vida e que faz parte da minha relação com o espaço onde vivo e pelo qual luto e vou continuar a lutar enquanto puder.

Este documento que eu estive a ler, noto uma melhoria muito significativa no contexto do Património Natural, não noto melhoria nenhuma no contexto do Património Cultural, Natural sim, Cultural não e essa é a razão principal até porque quando se fala aqui em Património é num contexto de casas que têm necessidade de serem intervencionadas porque estão em ruínas ou em mau estado e a outra palavra quando se volta a falar em Turismo, Património e Segurança, é no contexto de uma ação que foi promovida pelo IPB, portanto, é de fundamental que Mirandela comece a tornar mais visível todas as ações que têm a ver com o seu Património Cultural, porque é o Património Cultural que nos vai permitir a qualidade de cidadãos e crescimento de cidadãos para que todos os contextos da nossa vida melhorem. Isto é a palavra Cultura é essencial e tem que ser objeto de um investimento muito forte deste Município e temos condições para isso, porque há aqui um ponto que me motiva particularmente que é o ponto, de 13 de setembro de 2018 “ano letivo arranca com duas escolas reabilitadas. O orçamento total destas obras é de cerca de 3,5 milhões de euros, isto é, extremamente motivador para mim. É uma atividade que há vários anos tem vindo a ser implementada em Mirandela e eu acho que é de uma visibilidade oportuníssima e importantíssima e vou explicar porquê. Estamos a falar no contexto da Educação e da Cultura, portanto a palavra Cultura, considero essencial, eu estou sempre normalmente preocupado com este contexto Património Cultural. Claro que para entrarmos bem na nossa cultura devemos participar nas atividades da sociedade e as informações da Senhora Presidente efetivamente falam de uma série de atividades e nós devemos, de facto, participar nessas atividades da sociedade, mas para isso devemos aprender a cultura da nossa sociedade, este é o aspeto que me motiva mais. E agora no contexto teórico, a Educação é uma ação sistemática que transmite conhecimento e competência, bem como ideias e atitudes entre os jovens. Fala-se muito de jovens. A Educação desenvolve-se e floresce na Cultura e com este fortificar a Cultura enriquece. Este ciclo entre estes dois contextos é vital. A Educação transmite uma herança Cultural à criança o que é fundamental para a construção do nosso Património social. Nós no concelho de Mirandela, nascemos numa Cultura própria que nos fornece padrões e valores de comportamento que nos norteiam na conduta das diferentes circunstâncias da vida. O comportamento torna-se Cultura, uma Cultura com costumes e tradições que nos levam

a pertencer a um determinado grupo social como tantas vezes oço dizer nesta região, “Tenho orgulho em ser transmontano”. Ao educar crianças é importante familiarizá-las com as tradições, com os costumes, os valores, os padrões da conduta, para caminhar no sentido da socialização que interessa. Também a personalidade que se relaciona com padrões de comportamento que por sua vez influenciam a mentalidade, a moral, o contexto social, estético e emocional. Quer dizer o comportamento tem uma relação íntima com a Cultura. Como a sociedade é cada vez mais complexa o nosso Património Cultural cada vez melhora mais nesse contexto dessa sociedade. Não devemos apenas impor tudo de novo a ninguém. A história do Património Cultural, ajuda-nos a estarmos vigilantes contra a imitação servil dos nossos desenvolvimentos. A Cultura evita isso. A Educação tem que ter a semente da dinâmica da mudança, por isso, tem que ter um passado que inspire, como já ouvi aqui hoje, um passado que inspire, um presente que dinamize e um futuro que desafie. A escola tem que ser parte integrante da vida e a Cultura no contexto do Património tem de ter amplitude nessa vida, para a sociedade, porque é uma maneira de evitar a decadência. Educação tem de defender a continuidade da Cultura através das suas atividades e programas. Uma sociedade constrói escolas também para preservar e transmitir a Cultura. As crianças devem ser motivadas a aprender a interação entre as diversas Culturas. A assimilação e a integração cultural enriquecem a Cultura de uma sociedade. Eu estou a dizer isto tudo porque mais uma vez o ano letivo arranca com duas escolas reabilitadas o orçamento total foi um investimento forte e importantíssimo de 3,5 milhões de euros. E quero acabar dizendo o seguinte, não podemos perder esta oportunidade em Mirandela. Devemos investir muito seriamente no ensino básico para que a velocidade entre cultura, desenvolvimento tecnológico e científico, valores e normas tenha uma velocidade consentânea e adequada com Mirandela. Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Findas as intervenções deste ponto pergunto à Senhora Presidente se tem alguma coisa a dizer também aqui neste ponto.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito rapidamente fazer aqui a referência ao Dia Mundial do Turismo, dia 27 de setembro, Turismo, Património e Segurança foi promovido e organizado pela Câmara Municipal de Mirandela, Serviço de Turismo, Proteção Civil e Serviço do Património Cultural em parceria com a EsACT-IPB. Durante a manhã todas as ações foram desenvolvidas no Museu da Oliveira e do Azeite é só fazer este reparo, porque de facto foi também trabalho dos nossos Serviços de Turismo, Proteção Civil em articulação com o Património Cultural.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Passamos, então, ao Ponto 4.2 - Apreciação de relatório de procedimentos acordados - Deloitte. Relativamente a este ponto pergunto quem se quer inscrever?

4.2 - Apreciação de relatório de procedimentos acordados - Deloitte.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Antes de passarmos às intervenções neste ponto a Senhora Presidente pediu a palavra. Faça favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Obrigada. Só para solicitar que fosse feita uma apresentação que foi preparada para estarmos a evitar questões sobrepostas e às quais possam estar respondidas na própria apresentação, julgo que, face ao decorrer dos trabalhos e dada a hora evitaríamos assim questões que estarão na própria apresentação e, portanto, solicitava ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que autorizasse o Vereador José Cunha a fazer a apresentação do relatório da auditoria em formato *power point* para que se torne mais simples e mais objetiva esta apresentação. Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Essa solicitação já tinha sido feita, nós reunimos, vemos que não fere a legalidade, enfim, embora seja uma situação pontual e não muito comum, de maneira que estão autorizados pela Mesa a proceder a essa apresentação.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Passo, então, a palavra ao Vereador José Cunha que fará a apresentação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, esta história do manual de procedimentos que antes era uma auditoria já é uma derrota, porque aquilo que era previsível inicialmente era que na ordem de trabalhos viesse lá discussão do relatório da auditoria da Deloitte e agora só já aparece a palavra procedimentos, portanto, esta é a primeira derrota. Quer dizer que aquilo que foi contratado pelos vistos não cumpriu o objetivo que a Senhora Presidente queria. Segundo foi decidido na última Assembleia que o documento seria facultado a todos os Membros desta Assembleia em tempo útil.

Senhor Presidente se me permite um desabafo porque as palavras foram suas “tudo o que fosse para lá de dez dias era tarde”. Depois na reunião da Comissão Permanente realizada a 15 de setembro, foi combinado porque lá não votamos nada, que o documento seria disponibilizado dia 17 de setembro, ele apareceu nos correios eletrónicos dos Membros da Assembleia a 21 de setembro. Hoje querem que nós discutamos o relatório? Um relatório que foi arremesso político durante meses e que agora em tão pouco tempo seja objeto de análise apenas num tempo de dez minutos?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não, deixe-me acrescentar o seguinte, tem toda a razão nisso que disse, nós enviamos-lo no dia em que foi rececionado, dia 21, não recebemos antes, é por isso que quando surge esta solicitação, me parece que é uma mais-valia para haver um entendimento que não houve tempo. Eu confesso para o estudar e pode ser que esta apresentação nos venha ajudar a compreender melhor, se não chegar, estamos cá para dizer o que direito. Mas estão a ver o meu ponto de vista?

Deputado Carlos Ventura, faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Boa tarde a todos. Esta não é a minha intervenção principal, espero eu que seja a seguir. Eu estou muito agradado com a apresentação que vai ser feita. Nem sei qual é mas estou agradado, eu gostava era de a ter recebido antes. Eu recebi um documento no dia 21. A excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal tem pelo menos há três meses este documento. Falou nele as vezes que quis, disse o quis sobre o documento e eu agora tenho seis dias para estudar o documento? Não. Eu não estou de acordo que nesta fase o Executivo apresente o que tem a apresentar. Se queria fazer isso anexava à documentação que nos foi enviada. Se queriam, desculpe a expressão, ser sérios, enviavam um *link* com esta apresentação. Se quisessem fazer comentários de algum Vereador da área podiam fazê-lo. A função da Assembleia Municipal é fiscalizar o exercício da Câmara Municipal. Eu tenho que ter no mínimo, as mesmíssimas condições que o Executivo tem, senão com todo o respeito estamos aqui a “fazer pouco”, com todo o respeito. É só isto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhores Deputados, a discussão não tem que acabar hoje e aqui. Como vos digo, esta solicitação, a meu ver e peço desculpa se interpretei mal, é uma mais-valia para a compreensão do documento, já que tivemos pouco tempo. Se não for suficiente, o documento em si, mais esta justificação, outros dias virão. A discussão do relatório não tem que terminar na Assembleia do dia 28 de setembro. Sim faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Isto realmente está a ficar num estado que eu sinceramente não estou preparado para perceber isto. Senhor Presidente a única pergunta que eu faço, é, aquilo que o Senhor Presidente propôs é que o Executivo faça uma apresentação do relatório, é isso?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não. A Mesa não propôs. Nós revelamos algumas preocupações pelo período em que tivemos o documento em mão, e fruto dessa preocupação, há uma proposta, não é nossa, é uma proposta do Executivo no sentido de clarificar, que não parece nada de mal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Antes da discussão do ponto?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sim. Uma clarificação sobre o relatório.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** A dúvida que eu ponho é o PSD não quer deixar que o Executivo faça a apresentação?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É que eu quero mais de dez minutos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Bem, então, temos que fazer um novo Regimento. Eu recebi o relatório em junho. O relatório da Deloitte chegou-me à mão em meados de junho, se não estou em erro.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A mim chegou-me a dia 21.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Ó Senhor Deputado, eu não tenho culpa que o seu grupo parlamentar lhe faça chegar dia 21. Eu para lhe ser muito franco... Ó Senhor, desculpe lá, vocês andam aqui com ilações que não vale a pena nenhuma...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Jorge Humberto...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, só para esclarecer isto. O relatório chegou-me à mão em junho. Eu sou o único membro da CDU. Se eu tivesse 20 membros da CDU, eu não sei como é que funciona o vosso partido, mas de certeza que todos os Deputados do meu partido teriam acesso ao relatório. Todos, todos. Agora a vossa confidencialidade serve para umas coisas e não serve para as outras.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Terminou o diálogo...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Eu até posso...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Meus Senhores...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Eu até posso cometer aqui uma inconfiabilidade, eu recebi...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Jorge Humberto é melhor, faça-me um favor, terminou... Senhor Deputado Carlos Ventura queira, então, intervir por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** É para a apresentação? Saio? É?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** A proposta foi essa, mesmo, fazer a apresentação antes da discussão.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Antes da apresentação quer dizer alguma coisa?

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Queria...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ou é na sequência do esclarecimento que...

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Vai perceber a importância daquilo do que eu vou dizer antes da apresentação, se me permitir.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Não sou eu, é o Senhor Presidente da Assembleia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, a Mesa ainda não tinha chamado qualquer Deputado para intervir. Por favor, a hora já está adiantada... Nem sei sequer se é essa a ordem de inscrição dos Senhores Deputados. Senhora Presidente da Câmara faça por favor esse esclarecimento da oportunidade de apresentação do relatório.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Senhor Presidente posso fazer só um esclarecimento?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Atenção. A Mesa aceitou que houvesse uma justificação verbal de um documento que tivemos muito pouco tempo para apreciar. Qual é o problema dos Senhores de ouvir uma justificação?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não quero ouvir a justificação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não quer ouvir, vá tomar um café.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Quero ouvir a justificação do Deputado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Deputado vai falar imediatamente a seguir. Ele e os outros.

Não. Quem define a ordem não é o Senhor Deputado António Figueiredo, está bem? Faça favor de se sentar e ficar calado. Senhor Vereador faça o favor de apresentar o documento.

Ora faça isso então... Mas você não lidera esse grupo, só estraga esse grupo meu amigo.

Olhe sabe, eu vou-lhe dizer o que ainda hoje tenho estado a evitar... Eu lamento por esta Assembleia, lamento pela sua bancada, lamento por Mirandela, a vergonha pela qual nos faz passar todos. O Senhor transforma esta Assembleia numa feira. O Senhor é a vergonha desta Assembleia. Por favor cale-se.

Senhor Vereador faça favor de apresentar. Acabou.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Se me permite. A questão aqui é que a ordem de intervenções está a ser alterada e não estamos a aceitar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não, não. Isto é alguma intervenção? Isto é uma exposição pela clarificação... Não vai haver...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Nós vamos fazer perguntas e explica com o *power point* aquilo que quiser e bem entender. Haverá coisa melhor?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto, eu não sei o que é que se vai passar, eu se a meio desta exposição vir que alguma coisa fere os nossos princípios, naturalmente que interrompo essa exposição. Agora se ela for apenas uma clarificação para alguns pontos que são difíceis de interpretar, tudo bem. Não vejo qual é o problema.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Muito boa tarde a todos, novamente.

Gostava só de fazer aqui uma parte introdutória, que seria, de certeza que o Senhor Deputado António Figueiredo, não tem memória...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não fale para mim, que eu não falo para si.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Senhor Presidente, diga-me para que Deputados é que eu posso falar que é mais fácil.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Fale para a Mesa.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** No ano passado, na Assembleia de 28 de abril de 2017 e na Assembleia também de 28 de novembro de 2016, o anterior Presidente de Câmara fez uma apresentação em *power point* que está nas atas descritas, como uma parte introdutória, em que o Senhor Deputado António Figueiredo falou até a elogiar, aliás uma apresentação prévia para explicar as situações.

Nós estamos cá para explicar o que for para explicar. Agora o que eu não entendo é na anterior Assembleia, discutiu-se que não podemos falar do relatório, agora que vamos falar no relatório, não podemos falar do relatório. Temos de tomar decisões do que queremos discutir.

Ameaças a mim... Não sei o que é que o Senhor quer dizer...

Muito bem.

Sobre o que é que é pretendido. É que se faça uma introdução do que está descrito no relatório que se possa explicar e também se explique o porquê de termos feito uma auditoria, um procedimento, podemos discutir o nome que vocês bem entenderem da situação. Acho que isso não é o mais importante, não é discutir o nome, é o conteúdo e os problemas que possam estar aí reportados ou não. Isso é que é fundamental. Porque estarmos aqui a discutir se o nome está certo ou se está errado, acho que é querer fugir aos assuntos e desviar a atenção.

Nesta apresentação quero começar por dizer quais foram os objetivos de pedir esta auditoria financeira e de procedimentos.

Quando ganhamos as eleições, tomamos a decisão que seria o mais indicado sabermos o estado atual do Município. Íamos entrar em funções e não queríamos ter surpresas, nem queríamos estar mais tarde a discutir problemas que poderiam estar para trás. Acho que não deve ser o método que muitas vezes se ouve em política que muitas vezes os governantes passados dois, três, quatro anos de mandato, ainda estão a discutir que não se pode fazer alguma coisa pelo mandato anterior ou dois mandatos anteriores. Se esclarecermos tudo o que possa haver e assim também temos a consciência tranquila do que existe. Posso dizer que nas reuniões que tive com as várias empresas que foram convidadas foi sempre transmitido que para nós o mais interessante é que não houvesse nada de surpresa. Porque quanto melhor as contas estiverem, melhor é para o nosso concelho, melhor é para todos nós que esteja tudo correto. Esse foi o nosso objetivo principal, de saber como estava a situação financeira e também de alguns procedimentos se eram tidos como corretos. Muitas vezes os procedimentos não são corretos, não quer dizer que são culpa dos governantes, podem ser, às vezes, os próprios colaboradores que não saibam como é que se implementam, ou assim.

Quanto à escolha da empresa da auditoria, foram consultadas três empresas sobre auditoria, as empresas mais conceituadas do mercado, a KPMG, a qual respondeu depois de uma primeira reunião que não poderia responder por conflitos de interesses, não sei quais seriam os conflitos eles não justificaram. Não sei se teriam alguma ligação com o antigo revisor de contas, não sei. A PWC também foi abordada e foi-nos feita uma proposta na altura de 95.000,00€ para fazer esta auditoria e também foi consultada a Deloitte que nos apresentou a proposta de 44.000,00€, por isso foi decidido pela Deloitte por custos também inerentes à sua auditoria.

Sobre a entrega do relatório, já foi muito discutido e eu já na última Assembleia assumi todas as responsabilidades que podiam existir da sua entrega do termo que referia confidencialidade ou não se poderia ser reserva. Também não sei às vezes o porquê de estarmos agora a discutir se recebemos só no dia 21 ou noutro dia o relatório, porque o Senhor Deputado Paulo Pinto até referiu na anterior Assembleia que não ia cumprir com isso e até já aconteceu o vosso representante num programa de rádio dizer que já o leu, que já o analisou, por isso os restantes Deputados terão que se queixar com o seu líder que mostrou o relatório a algumas pessoas e a outras não...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Vereador Cunha, peço imensa desculpa pela interrupção que a Mesa lhe provoca, temos a indicação que está uma pessoa na sala a filmar com um telemóvel, a sua intervenção, pelo que peço à pessoa em questão que desligue imediatamente o sistema de vídeo do seu telemóvel, porquanto, não é permitida a captação de imagem da intervenção de qualquer Membro desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.

Pode continuar, peço desculpa pela interrupção.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Sobre a entrega do relatório decidida na última Assembleia, pelo que eu percebi, pela moção, nós aqui discutimos que nesta Assembleia iria ser entregue e a Moção dizia era que o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, forneça a todos os membros desta Assembleia o relatório da Auditoria da Deloitte sem nenhum impedimento de ele ser discutido nesta Assembleia Municipal. Desculpem se eu não percebi que teria que ser entregue logo naqueles dias. O que eu tinha percebido é que na próxima Assembleia iríamos discutir e que seria enviado o relatório para discussão. Se houve essa má interpretação a culpa é minha, sem problema nenhum de assumir que estamos cá para assumir as responsabilidades quando assim o é... Não é brincadeira nenhuma, onde é que na Moção diz que tinha de ser entregue logo no dia seguinte...

Tem de perguntar ao seu líder o porquê de não ter mostrado o relatório...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Terminem com o diálogo...

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Sobre a apresentação em si o contexto vai ser, mostramos alguns factos reportados na auditoria, demonstramos algumas correções que já estamos a pôr em prática do que foi anunciado e explicar tudo com a melhor clareza possível neste caso.

Sobre o endividamento que é logo das primeiras páginas e do passivo do Município, temos uma tabela em que nos refere o valor da dívida, outubro de 2017, porque foi o solicitado no momento da contratação deste estudo ou desta auditoria, em que refere que a dívida naquele caso era 17.985.000,00€ e depois, dívida esta, que é aquela que é reportada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e depois teremos as respetivas provisões, garantias que não contam para essa dívida a anunciar, mas tem que ser contabilizado para passivos e para outras situações contabilísticas, e nesse caso, referiam que era 21.346.000,00€, nessa data específica.

Sobre o limite máximo da dívida, como sabem, é calculado pela receita dos últimos três anos, a sua média e multiplicada por 1.5 e temos o valor máximo da dívida permitida pelo Município que, neste caso, são 27.000.000,00€.

No estudo feito pela Deloitte foi identificado, partiram da casa dos 21.346.000,00€ e acrescentaram aquilo que não estava registado pela nossa contabilidade. No primeiro campo, das amortizações, isto não é um acrescento, mas uma diminuição, eram situações que já estavam pagas mas não estavam registadas, situações de empréstimos bancários, *leasing*, por isso, será menos 139.000,00€ a retirar aos 21.346.000,00€. Depois temos a situação das insuficiências, provisões, 2.853.000,00€. Aqui refere-se à situação de provisões judiciais e também de provisões para as participadas que o Município tem. Depois temos 1.361.000,00€ para passivos não registados, estamos a falar de situações de circularização de saldos em que nos foi comunicado que existia uma dívida e não estava contabilizada na nossa contabilidade, acresce os 396.000,00€ da remuneração a liquidar com o subsídio de natal, que não estava também registado na contabilidade que havia este custo. Temos também 367.000,00€ relativos à PPP Mirandela XXI e a situação de 6.000,00€ de juros a liquidar, que dá um total de 26.191.000,00€ de totalidade de endividamento e passivo por parte do Município. Estamos aqui, neste caso, a falar de uma diferença de quase 5.000.000,00€, sobre os dados iniciais para os dados identificados no relatório da Deloitte.

Sim, mas agora vou falar sobre o que é o endividamento e o que é o passivo. O passivo tem que ser considerado, pode haver provisão, perdermos casos judiciais e tudo isso. Temos de ter essas provisões para corrigir essas situações. O endividamento é a dívida já que existe, não é? Uma dívida real ou que já está reconhecida. Sobre especificamente provisões que não estão identificadas. Dos 2.853.000,00€, 1.433.000,00€ são relativos às participadas e 1.420.000,00€ em relação aos processos judiciais. Como é que é feito este cálculo dos processos judiciais? São os juristas do Município e que trabalham para o Município que dão a informação do processo. Se há probabilidade de ganharmos, de perdermos, se é média, se é alta, se é baixa em relação a cada procedimento. Em relação às participadas que não estava reconhecido, estamos a falar do Metropolitano de Mirandela. Se analisarmos, ali, na questão do capital próprio, temos tudo positivo, à exceção do Metropolitano, por isso, temos de ter uma provisão caso haja algum problema, aquilo será nossa responsabilidade a 90%, daquele capital negativo. Sabemos também que não está aqui identificado que existe outro capital de 1.500.000,00€ que tem que ser reconhecido pela parte do MIC, porque o Município é proprietário da AIN, e a AIN é que é proprietária do MIC e o MIC, atualmente, tem um prejuízo ou passivo de 3.000.000,00€ em que terá que ser partilhado esse valor por Mirandela e por Vila Flor.

Sobre os processos judiciais, estes são os processos que temos, atualmente, contra o Município, tem uns valores e como eu disse está ali classificado pela probabilidade de decisão favorável ao Município, média-baixa, média, alta ou por vezes os juristas não conseguem, definir qual é a sua probabilidade. No campo do lado direito estão os 1.725.000,00€ que estavam em provisões, que seria neste caso, aqui estamos a falar só sobre os processos das Águas do Norte em que temos atualmente vários processos a decorrer contra nós e nós também contra eles. Aqui temos outros processos judiciais a decorrer também no Município em que tem ali a sua probabilidade reportada pelos nossos juristas. Temos aqui algumas situações deste estudo em que já temos sentença, neste caso aqui, está mencionado que aquela sentença foi favorável ao Município, a nosso favor. Neste caso temos aqui outro processo contra o Município que fomos condenados, por exemplo, neste caso os nossos juristas não tinham definido qual era probabilidade, mas fomos já condenados em maio ao pagamento de 94.109,00€, o qual já foi feito o recurso para o Tribunal Superior, sobre esta situação. Aquele 1.420.000,00€ que eu falei anteriormente das provisões judiciais, é desta avaliação que os nossos juristas nestes processos todos que estão a decorrer contra o Município que classificaram como baixo, médio, médio-alto, médio-baixo, e para as provisões é considerado aquilo que é dito como baixo ou médio-baixo, para probabilidade de o Município vencer esses processos, por isso é que se chega a estes valores de 1.420.000,00€.

Sobre a circularização e dos passivos não registados, temos o valor de 1.361.000,00€ que dessa parte temos 976.000,00€ das circularizações. O que é uma circularização, é quando nós questionamos os nossos fornecedores sobre o valor que tem faturado coincide com o valor que nós temos faturados na nossa contabilidade e nesse caso temos 986.000,00€ que não estão reconhecidos na nossa contabilidade em relação ao que os nossos fornecedores indicam, 375.000,00€ são valores que já há reconhecimento, mas ainda não foi faturado, as faturas entretanto chegaram por isso já é feita a requisição, só falta a chegada da fatura que entretanto nesse período chegaram.

Sobre a circularização foram consultadas 95 entidades, e qual foi o critério? Foram consultadas todas as Juntas de Freguesia e foram consultadas todas as entidades em que no ano de 2016 e 2017, tenha havido uma relação com um valor de 80.000,00€ anuais e também tivemos algumas situações que o executivo sugeriu, que neste caso são as Associações às quais participamos. Estamos a falar do Eixo Atlântico, do Museu do Douro, que também fossem consultadas. Dessas 95 entidades, 25 não responderam, dessas 25, 15 Juntas de Freguesia, não apresentaram a sua resposta. Se calhar não tinham nenhuma situação para reportar e decidiram não responder.

Sobre os fornecedores que nos foram respondendo na circularização de saldos, aqui encontramos, para explicar esta tabela que também está no relatório, na primeira coluna é o saldo contabilístico, que está na nossa contabilidade, o saldo da resposta da entidade e a diferença que existe, e, depois na coluna do meio aparece o passivo não registado que não haja justificação. Nas colunas seguintes, aparece que há uma justificação para aquele valor e até temos adiante qual é a situação do porquê de não estar registado ou porque é que as faturas chegaram mais tarde ao Município. Do valor que vamos tendo por aqui, podemos reparar em algumas empresas, assim de maior valor temos a Santa Casa da Misericórdia que está a reportar 140.000,00€ de um subsídio que foi aprovado em reunião de Câmara para as obras do Lar de São Pedro Velho e da requalificação do Solar dos Pessanhas, valor esse que foi aprovado em reunião de Câmara, mas não está registado na contabilidade, como uma dívida, por isso, ao ser aprovado devia passar para o registo contabilístico. Temos depois situações da EDP e por vezes alguns destes valores eu também explicar, há uma justificação, mais tarde, são valores que a EDP nos reportou, mas a fatura só foi registada mais tarde, mas já estava na nossa posse, nos Serviços, mas não tinha sido registada. Temos a situação das Águas do Norte, em que temos aqui um diferencial contabilístico de 80.000,00€. Também para falar já sobre as Águas do Norte, entre processos judiciais e valores em dívida da contabilidade, estamos a falar em cerca de 5.000.000,00€ de dívida do Município para com as Águas do Norte. Nós neste momento já encetamos negociações, com as Águas do Norte para resolver esta situação da dívida. Também existe Decreto do Orçamento, uma Lei do Orçamento de Estado para 2018, em que possibilita um acordo com as Águas do Norte de pagar as dívidas com juro baixo, recorrendo ao Banco de Investimento Europeu (BEI). Tem algumas condições, há um perdão dos juros, posso dizer que desses cerca de 5.000.000,00€, cerca de 800.000,00€ já são valores em juros. Desses valores dependendo deste acordo podemos ter um perdão de 30% do valor do juro, e também ser reduzido de 7,5% para 3,5% do valor contabilizado de juros. Estamos neste momento nessa negociação, as Águas do Norte e também



explicando, não temos nada a omitir, não querem incluir no acordo os processos judiciais havendo uma decisão mais tarde. Nós queremos que fique salvaguardado, se mais tarde a decisão for favorável ao Município, que nos seja restituído esse valor. Que haja um acordo para o valor total de empréstimo, porque as condições, estamos se calhar a falar de uma taxa de juro de 0,25% possa resolver a situação do Município, ser pago a 25 anos, mas também queremos salvaguardar os processos judiciais, porque inicialmente eles com o acordo, queriam que nós desistíssemos dos processos judiciais. Não é essa a nossa postura em relação a esse tema. Queremos continuar com os processos judiciais e queremos ser salvaguardados caso haja uma vitória por parte do Município na decisão em Tribunal. Depois temos a situação dos empreiteiros, de referir que o empreiteiro neste momento, a CAPSFIL, que era o empreiteiro com maior valor em faturação com o nosso Município não respondeu ao nosso envio de circularização das faturas. Aqui o único valor que foi encontrado de empreiteiro foi com a Anteros de 23.000,00€.

Depois temos é a situação com as Associações, aqui sim, temos cerca de 200.000,00€ no total, que não está registado na nossa contabilidade. Poderemos falar do caso do INATEL que são quase cerca de 50.000,00€, isto refere-se a um Protocolo que existe entre o Município e a Fundação INATEL, em que nos foi cedido a utilização do pavilhão, como contrapartida tínhamos que pagar o salário dos dois funcionários que aí trabalhavam. De referir que este valor refere-se ao pagamento desses salários de janeiro de 2015 a outubro de 2017. Os trabalhadores estão a receber diretamente do INATEL, nós é que não fizemos esse pagamento à Fundação INATEL relativamente a esses salários. Também temos a situação da Fundação Museu do Douro, que também tem um valor de 75.000,00€, este valor é relacionado com a quotas anuais que temos de pagar para estar nestas Associações, em que já não é pago a sua quota desde o ano 2010. Quase todas estas situações são relativas a quotas que temos que pagar anualmente, para fazer parte destas Associações e sermos associados.

Sobre as Juntas de Freguesia, aqui o valor mais elevado, está relacionado com a Junta de Freguesia de Suçães, que é a construção de uma estrada em Suçães em que foi aprovado o subsídio pela Câmara Municipal e que não está registado na nossa contabilidade, este valor é de 167.000,00€. Esta informação são os valores de toda a circularização de saldos, em que falamos de cerca de 1.000.000,00€ que não está registado no Município e que teremos que pagar. Aceito que seja dito que há ali informação e, é verdade, que há algumas situações que foram corrigidas com a chegada das faturas, depois desta data, por isso do 1.000.000,00€, temos em dívida não registada cerca de 600.000,00€ que temos que agora registar e tratar do seu pagamento. Claro que nós nessa situação também temos que indagar os nossos Serviços sobre se, realmente isso aconteceu. O caso de aprovações em reunião de Câmara, não há muito a questionar, foi a reunião de Câmara, o valor terá que ser pago. Sobre as quotas, também são Protocolos com essas Associações. Os fornecedores é que teremos que ver as requisições e comprovar que isto também, que o que referiram estas entidades seja verdade.

Sobre outra situação, agora o processo do Mirandela XXI que é um processo mais complexo, mais complicado que poderemos ter em mãos. Sobre esse processo, temos aqui a fatura que foi enviada ao Município em 2011, de 300.000,00€ e que contemplava, e o que é a PPP Mirandela XXI, para quem não sabe? Foi uma PPP criada entre o Município e alguns empreiteiros para a elaboração de um projeto e da construção de quatro edifícios. O Centro das Artes de Mirandela, o Edifícios Municipal de Serviços, o Polidesportivo para Carvalhais e o Polidesportivo para o Romeu. Este valor refere-se aos projetos, porque depois, com o saneamento financeiro, com a vinda da Troika para Portugal, foi solicitado que se terminasse com todas as PPP's, como deliberou esta Assembleia em 2012. Em 2011 foi enviada a fatura para o Município deste valor, está aqui o envio do ofício e em anexo a sua fatura. Em algumas reuniões de Câmara, muitas vezes já falamos deste tema e até dissemos que havia informação e troca de *emails* do anterior Presidente a assumir esta dívida, a qual o Vereador não está aqui neste momento, Rui Magalhães, até referiu que se mostrasse o *email* que não havia problema nenhum. Este é o *email* enviado pelo anterior Presidente de Câmara, António Branco, para a Mirandela XXI a referir que quer resolver o problema, "conforme combinado venho enviar o plano de pagamento para Mirandela XXI", em que solicita o plano para 2014, no pagamento de 40.000,00€ por trimestre a nível de 10.000,00€, 2015, 2016 para terminar o pagamento e aguarda depois por informações sobre o procedimento. Podemos informar também, pois foi enviado, um acordo de pagamento, em 2015, sobre esta dívida, que não chegou a ser assinado e que também tinha ali programado os pagamentos, nos anos 2015, 2016 e 2017, sobre esta PPP. De referir que numa Assembleia de acionistas da Mirandela XXI, Assembleia no dia 5 de fevereiro de 2013, em que o Presidente dessa Assembleia geral, foi José Maria Lopes Silvano, em que refere que o sócio Município, podem verificar aí no final, compromete-se a que será aprovada na Assembleia Municipal de fevereiro de 2013 um plano de pagamento à Mirandela XXI, conducente à liquidação da Sociedade. Esta proposta nunca foi entregue em Assembleia e este plano de pagamento, por isso é que apareceu aquele plano em 2015 para ser aprovado também e nunca chegou a ser aprovado nem assinado. Em 2013, foi enviado e também temos ali ao lado a certidão sobre a administração da Mirandela XXI que por vezes torna-se estranho, se depois verificarem, que no mandato 2009/2012 o Presidente do Conselho de Administração dessa entidade era António Branco, por isso foi ele próprio que enviou a fatura para o Município, avisando que havia essa dívida. Eu quero alertar esta Assembleia, também, que em 2012 foi deliberado a extinção, a liquidação dessa sociedade. Situação que ainda não aconteceu. Passados seis anos, essa liquidação não foi feita e poderemos ver neste ofício enviado ao Município de Mirandela em que refere passo a citar "decorrido mais de um ano sobre a deliberação da dissolução pela Assembleia Municipal, certo é que até à presente data não foi ainda praticado qualquer ato de liquidação, encontrando-se a Sociedade em situação irregular com todas as consequências legais que daí advém para os seus, sócios, administradores e liquidatários". O liquidatário desta Sociedade é António Branco, como podem verificar na certidão predial que se encontra em anexo. Por isso esta situação da Mirandela XXI está mais do que reconhecida pelo anterior Presidente que é verdade que existe essa dívida e que terá que ser paga. Nós já questionamos os Serviços de onde estão os projetos, já que terá que se pagar pelos projetos terá que se ter esses projetos na nossa posse para fazer cumprir, senão estamos a pagar uma coisa que não existe, acho que não é o correto. Por isso questiono o Senhor Presidente que em nome desta Assembleia reveja esta situação da liquidação porque podem haver, não sei, a nível legal, alguma responsabilidade para a vossa parte sobre a não liquidação de uma decisão tomada em Assembleia Municipal. Aqui, sobre aquilo que eu expliquei, lá está novamente o valor que eles falaram dos 21.000,00€ para os 26.000,00€.

Outras situações reportadas, nesta apresentação, ou neste estudo, neste relatório, foram também a nível do património. Eles referem muito, como está também referido no relatório semestral do Revisor de Contas, a questão do imobilizado em que muitas vezes não há desvalorização dos edifícios, ou da nossa propriedade, seja terrenos, veículos, que não é feito em muitos casos e temos ali mobilizado em curso, na altura num total de 36.000.000,00€ em imobilizado. O registo das obras também não é feito pelo método mais correto, estamos a falar, por exemplo, que este edifício tinha sido construído, nós colocamos o que está registado em património é obra Auditório, depois o seu interior, as cadeiras, a iluminação, as mesas, não estão registados

separadamente. Se tivermos que substituir as cadeiras, esse patrimônio não existe. Ou se quisermos vender, não existe e deveríamos separar toda a informação que está dentro do edifício e não o bloco da obra que muitas vezes, vamos agora à escolas, falaram à pouco nas escolas, 3.500.000,00€ e colocarmos o nosso patrimônio, temos aqui 3.500.000,00€ da escola, mas a escola custa 3.500.000,00€, mas lá dentro tem equipamentos. Tem sistema de AVAC, tem mesas, tem cadeiras, tem tudo isso. Tudo isso é patrimônio, a desvalorização é mais elevada ou menos, conforme os seus materiais. Isso também será um procedimento que teremos que melhorar a nível de patrimônio.

Outra situação que também foi reportada, foi a nível dos materiais em que muitas vezes, por exemplo, os contadores de água, são comprados contadores de água e colocamos contadores comprados em 2016 e tem unidade um e depois tem o valor total e que deveríamos ter era a unidade total se forem comprados 100 deveriam lá estar os 100, porque um pode-se danificar, pode desaparecer ou qualquer situação. Posso-vos contar, esta semana, a nível do patrimônio foi identificado que os parquímetros, as máquinas, existem 20 máquinas e atualmente só estão registadas no patrimônio dez. Por isso às vezes há estes problemas de registo que têm que ser corrigidos, avisam-nos para essa correção a nível do patrimônio e como está também mencionado no relatório semestral que vai ser hoje também discutido, como também já era nos relatórios da PKF, o anterior Revisor de Contas. Outras situações que eles nos reportam é sobre o controle interno e a receita. Nós a nível da receita, tudo o que é receita do Estado, está bem gerido, seja o IMI o IRS, são as finanças que fazem essa coleta e entregam aos Municípios, às Freguesias. Se analisarmos a nossa receita própria, que o Município tem que gerir, já não está assim tão bem gerido e bem controlado principalmente. A nível das refeições escolares, existem muitos casos de não pagamento, dos passes mensais, sabemos que é uma situação por vezes complexa, chegar a uma criança, não tens o passe em dia não vais almoçar, mas teremos que ter um método que seja por período ou de uma situação de regularização das refeições escolares. Com o também acontece com as rendas das habitações sociais que temos também que ter algum controle sobre as rendas em que por vezes não são cobradas. A mesma situação com a Residência de Estudantes, em que aí temos, às vezes, casos mais complexos que é quando uma criança, ou um jovem, que está no último ano, vamos imaginar no 12.º ano, sai da Residência e deixou dívida. Não existe, atualmente, um procedimento de recuperar esse valor da Residência, como às vezes nas refeições escolares, se for o último ano de escolaridade, também não é feito esse retorno desses valores. Sabemos que não podemos chegar, se calhar, ao pé de uma criança, por algum motivo não foi pago este mês, não vais dormir na Residência, tens de estar fora da residência, sabemos que é mais sensível, mas temos que arranjar algum método porque também não podem ser prejudicadas as outras crianças que pagam e que cumprem, os pais se calhar com algum sacrifício.

Sobre o Mercado e feiras, acontece, também, a mesma situação, sobre as cobranças dos lugares nas feiras como das respetivas lojas. E agora os três próximos casos, que é água e saneamento, concessões e também a nível de armazém de *stocks*, foi detetado que tínhamos uma dívida dos nossos consumidores para com o Município de 736.000,00€. Valores estes que não eram cobrados pelo Município, não eram feitos cortes pelo Município á cerca de dois anos. Sobre esta situação nós enviamos cartas aos consumidores a avisar de corte se não fosse feita a regularização da dívida. Cartas essas que foram enviadas com o não pagamento de março de 2018 até 2014. Já vamos verificar que há situações, anteriores a 2014 de dívidas para com o Município. Dessa situação neste período específico, 2014, março de 2018, a dívida total dos consumidores era de 421.000,00€ que tinham connosco. Desse valor conseguimos recuperar 175.000,00€, até este momento. Desses 175.000,00€, 113.000,00€ já foram recebidos e 62.000,00€ estão em processo de prestações pelas pessoas em causa não terem condições de realizarem o pagamento na totalidade, então foi possibilitado o pagamento a prestações mediante o seu rendimento. Neste caso também houve cerca de 20.000,00€ de desistências que houve corte do contador e ninguém requereu novamente o seu pagamento, ou são desistências ou são situações de devolução das cartas porque não mora ninguém nessas casas. Por isso, desses 421.000,00€, neste momento estão 226.000,00€ neste período por receber, por parte do Município. Posso comunicar que desses 226.000,00€, cerca de 185.000,00€ são de duas entidades, uma delas com 35.000,00€ é uma empresa que está num processo de insolvência, por isso está essa informação em Tribunal para o gestor da insolvência possa pagar ou negociar connosco essa valor e outra instituição pública que deve 150.000,00€ em água nos últimos anos. Também já estamos em conversações com a Direção Geral desse Ministério para saber qual é a situação e como é que vão pagar esses valores. Período anterior a 2014, 2010 e por aí fora, são 317.000,00€, em que alguns casos ainda são do Serviço Municipalizado de águas, que a dívida passou o Município e não foi recuperada. Esta situação será mais difícil de cobrar, já tem muitos anos e também alguns já estão em forma de execução fiscal. Por isso, a nível das águas aconteceu a situação que temos 738.000,00€ e atualmente já conseguimos recuperar 175.000,00€ deste valor.

Outra situação relacionada com as águas, que também foi detetado, é o perdão de juros de mora. Acontecia de algumas pessoas dirigirem-se ao GAM, ou outro local para pagar a água e que era perdoado o juro. Não sabemos qual era o sentido desse perdão, se era pela pessoa chegava lá reclamava mais ou reclamava menos e retiravam os juros. Qual era o procedimento, dessa situação? No ano 2017 tivemos 19225 recibos cobrados fora do prazo de pagamento em que 6374 foi retirado o juro, foi perdoado o juro a essa pessoa ou entidade, o que representa 33%. Neste momento essa situação não pode acontecer porque foram bloqueados os campos a todos os colaboradores para que não seja possível mexer nesse campo do juro. Mesmo por vezes existia na ação social pagava-se a alguém com alguma necessidade e pagavam o valor e não contabilizavam o juro, por isso, hoje em dia paga-se a totalidade da fatura mais o juro inerente a essa situação.

Sobre as concessões e ocupação da via pública temos neste momento, foram identificadas algumas concessões que são do vosso conhecimento e também algumas ocupações da via pública de valores que não foram recebidos por parte do Município. Estamos a falar de 184.000,00€ em concessões que estão em dívida para com o Município, na maioria dos casos, já tivemos reuniões, já foram notificados do valor da dívida, nalguns casos já nos foi apresentada uma proposta sobre o pagamento, qual era a sua proposta e como é que queriam tratar esse problema no futuro da relação com o Município.

Neste valor não está incluído, também incluída outra situação que é a Mini-hídrica que todos sabemos desde que foi implementada nunca o Município recebeu verba acordada do seu benefício na produção.

A nível do Armazém esta situação também foi encontrada que nós temos um Armazém Central, como quase todos conhecem na Zona Industrial e também as Oficinas, que estão perto, têm algum *stock*, temos em *stock*, atualmente, 200.000,00€ contabilizados. Mas o que acontece a nível de procedimentos é que muitas vezes há material que sai do Armazém, dão saída do Armazém e vão para Armazéns específicos ou para as instalações do Ambiente ou das Águas ou de outros Serviços. Esse material sai do *stock* é como se já não existisse para o Município, mas ainda existe no Município. No caso específico, por exemplo, no nosso Armazém na área do Ambiente no Fomento, já foi contabilizada e temos lá 45.000,00€ em material que não

está em *stock*, é como se não existisse. Por isso se houver um Serviço... Sobre o caso também existe nas Águas essa situação, mas ainda há material anterior dos Serviços Municipalizados e isto é uma situação grave que temos que resolver porque por vezes um Serviço, vamos imaginar, precisa de uma peça, vê no *stock*, não há, mas ainda há dentro do Município, está é noutra Armazém, não está contabilizado. São situações que estamos a resolver, estamos a tentar juntar os vários Serviços, também para agilizar este *stock*, a utilização de viaturas e toda essa situação.

Outras situações identificadas neste relatório, foi o pagamento de senhas de presença da Assembleia Municipal, quatro Assembleias, aí mencionadas e foram pagas de todos os Deputados do PSD e não só para o mesmo NIB em setembro de 2017, isto também é identificado como um procedimento errado, porque não há autorização de nenhum Deputado a autorizar a transferência para esse NIB. O Município não devia ter feito essa transferência, não havendo a respetiva autorização por parte do Deputado, senão agora o Município decidia e transferência para qualquer NIB sem ser o autorizado pelo Deputado. Foi identificada esta situação também no relatório e outra situação também reportada é do Protocolo da ACIM, mas também teremos oportunidade de o discutir num dos pontos da agenda desta Assembleia sobre a legalidade reportada, por exemplo quando foi feito o Protocolo, de não ter sido avaliado o edifício, as dúvidas sobre o registo de propriedade do edifício, e que devia ter sido tido em conta toda essa situação. E depois também no final do relatório é mencionado o que deveria ser feito para melhorias de procedimentos em todo o relatório. Procedimento, segregação de funções em vários Serviços para melhor os resultados e também eficiência de Serviços.

Há mais coisas reportadas no relatório, não faz sentido, se calhar estarmos aqui a debater, o número de funcionários, toda essa situação os Senhores conhecem, a história do nosso concelho, quem são as participadas, tudo isso já é do conhecimento de todos, mas também consta do relatório. Era a explicação que eu gostaria de fazer e estarei disponível ou a Senhora Presidente para esclarecer qualquer situação sobre o relatório de auditoria ou de procedimentos como queiram chamar. Acho que o nome não é o mais importante, o mais importante são os resultados, o que está no seu interior e o que eu gostaria mesmo é que estas situações que estão aqui reportadas fossem resolvidas que os Senhores por exemplo já falamos no método da apresentação, já falamos da confidencialidade, nunca falamos se é verdade se é mentira, eu gostava que realmente os Senhores esclarecessem e até fosse tudo, o que estes Senhores, alguns, anunciam não fosse verdade porque eram menos problemas para o Município e mais dinheiro que teríamos para gastar no nosso concelho. Espero é que nos ajudem e nos digam, aquela situação é errada, aquela situação está certa, para também trabalharmos e agora reconhecemos estas dívidas ou não para serem pagas ou para eliminarmos, porque isto são informações, aqui não comprova se a dívida, se há requisição, porque agora temos de ter a certeza, porque há ali casos, por exemplo temos ali uma situação da Junta de Freguesia de Alvites, 10.000,00€ que diz que foi prometido de boca, isso não vale nada, se algum dos Senhores nos disser, olhe é verdade eu prometi esse dinheiro e a obra, mas não conseguimos executar, não conseguimos fazer o procedimento correto, mas é verdade que assumimos essa responsabilidade e nós também não estaremos cá, se houver um assumir de responsabilidade, as coisas foram feitas, de deixar a Junta ou a Associação em questão na mão e deixar com dívidas por causa do Município, ou algum procedimento que foi menos correto, devia ter sido feito todo o procedimento, mas se não foi feito também estaremos cá para o resolver.

Muito obrigado a todos. Senhor Presidente muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Vereador. Como eu imaginava eu particularmente acho que não perdemos nada. Acho que ganhamos qualquer coisa, se bem que muitos dos assuntos já tinham aqui sido debatidos. Como não vou intervir sobre este assunto, os Senhores dirão de vossa justiça o que é que acharam. Eu tenho apenas uma referência a fazer, sobre o que disse o Senhor Vereador e que é o seguinte, a liquidação da Sociedade Mirandela XXI, de facto, foi deliberada nesta Assembleia essa liquidação. Mas não cumpre, nem à Mesa nem à Assembleia proceder à liquidação foi deliberado e deliberamos positivamente, quanto muito caberá à participada ou o problema a resolver em Tribunais. Eu estou a declinar qualquer responsabilidade futura nesse campo. Como já aprovei também a proposta da questão que a Senhora Presidente há pouco referiu sobre o Cachão. Não vamos perder tempo a pôr a questão ao Presidente da AIN na medida em que sabemos que o assunto está nas mãos dos Tribunais, é um assunto jurídico, portanto, ninguém conseguirá ultrapassar isso. Todos nós na Assembleia sabemos quando há uma impugnação há que esperar o resultado. São dois pontos que colocaram para a Mesa para tentar resolver e nós não podemos, somos impotentes perante isto.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Retomando as inscrições e para podermos confirmar efetivamente os Senhores Deputados que se encontram inscritos, eu vou repetir. O Senhor Deputado Carlos Ventura, o Senhor Deputado Jorge Pires, o Senhor Deputado Jorge Humberto e o Senhor Deputado Rui Pacheco. Confirmam?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Apesar do relógio marcar 10 minutos conforme aprovado...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado Rui Magalhães, também vai intervir?

Mais alguém vai intervir neste ponto? Muito bem. Senhor Deputado Carlos Ventura pode exercer da palavra.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Respondendo à questão do Senhor Deputado António Figueiredo, apesar de o relógio marcar dez minutos, conforme podem testemunhar os Membros da Comissão Permanente, quer os atuais quer os antecedentes que ajudaram a elaborar o anterior Regimento e que se mantém os tempos. Os dez minutos apenas estão consagrados para discussões da Conta de Gerência e Orçamento, o resto dos pontos da Ordem do Dia, apenas conferem seis minutos e vai ser ajustado o relógio nos seis minutos. Muito obrigado.

Muito bem, vou confirmar, não estou isento de lapsos, que o dia também é cansativo...

Muito bem, reconheço o lapso que cometi, não foi por acaso que tinha marcado os dez minutos anteriormente, o período para discussão de cada ponto Ordem do Dia, com exceção dos pontos referidos há pouco, que é o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimento e o Relatório de Gestão, de facto esses consagram dez minutos mais cinco, este tem direito a dez minutos, peço

desculpa pelo meu lapso, também não estou isento deste tipo de lapso, ao fim de um dia algo cansativo do exercício das funções de Membro da Mesa e pelo contrário até agradeço a vossa colaboração na retificação. Muito obrigado Senhores Deputados, vamos então despender os dez minutos a que cada Deputado tem direito para exercer a sua intervenção nos pontos respeitantes ao Período da Ordem do Dia. Muito obrigado. Pode começar quando quiser.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Eu estou a aguardar que a Mesa me dê autorização para iniciar a intervenção...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Está autorizado Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Muito obrigado Senhor secretário. Muito boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e restante Executivo, caros Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público.

Na última Assembleia de 29 de junho, foi aqui aprovada uma Moção para que a Câmara Municipal de Mirandela entregasse a todos os Membros o documento da auditoria da Deloitte. Acontece que a Mesa da Assembleia, enviou aos Membros esse documento no dia 21 de setembro deste ano. Estou certo que a Mesa fez o possível para que o documento fosse entregue mais cedo. Foram precisos quase três meses para que a Câmara Municipal enviasse o dito documento. Eu, sinceramente gostava de saber porquê? Se ele já existia, porquê demorar três meses a enviar um documento? Certamente algum problema em período de férias, penso eu. Não quero acreditar que o atraso deste relatório fosse propositado. A Câmara Municipal tem na sua posse este relatório há mais de três meses, eu recebi o relatório há seis dias. Acrescento que, mesmo antes da entrega do relatório, já a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara fazia conferências de imprensa a publicitar as conclusões preliminares e eu tenho seis dias para estudar o documento? Apesar de não estar aqui conosco certamente por algum motivo não adiável eu ia perguntar onde é que está a equidade disto? Uma parte tem três meses para estudar um documento, a outra parte tem seis dias? Queremos todos discutir o tão dispendioso e badalado relatório, mas discuti-lo com seriedade intelectual. Todos nós temos que ter as mesmas condições. Penso que não é sério uma parte ter três meses para o estudar e outros, como eu, como eu, ter seis dias. Os Municípios deste concelho têm e merecem que este assunto seja tratado com a seriedade que as continuadas intervenções e declarações da Excelentíssima Senhora Presidente assim o exige. Para nosso espanto o Executivo da Câmara Municipal apresentou um *power point* com as partes do documento, as partes que lhe interessavam apresentar.

Pergunto? Porque é que a Câmara Municipal não enviou junto com os documentos um *link* com esta apresentação? Era muito simples. Mas não. O Executivo, só gastou 50 minutos, 50 minutos a fazer esta apresentação, eu tenho dez minutos para discuti-la. Maior igualdade e transparência não há.

Esta é para o Excelentíssimo Senhor Vereador Cunha. Eu não tinha que receber o relatório das mãos do líder da bancada, eu tinha que receber o relatório da entidade que o pagou e o tinha na posse. Portanto, isso de dizer que só não o temos porque o líder não entregou, não. Eu não queria, eu queria que a seguir ao dia 29 de junho o relatório me fosse entregue, isso era aquilo que eu queria. Sem assinatura. Já vamos à frente discutir essa coisa da confidencialidade que eu sinceramente não sei onde é que está?

O Executivo veio aqui apresentar um filme. O filme que quis. Cortado e montado como entenderam. Só faltou a música de fundo. Eu sugeria as quatro estações de Vivaldi. Fica a sugestão.

Para meu espanto, vejo aqui quadros analíticos com nomes de empresas, entre outros documentos. Onde está a confidencialidade e a proteção dos dados? Pelos vistos isso era só importante em junho. Só entregavam o relatório contra assinatura de um termo de confidencialidade, certamente a alteração da posição da Câmara Municipal deve ter a ver com a mudança de estação. Digo eu. Assim sendo e ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal no seu artigo 11.º, alínea b), o José António já vai procurar, mas não é preciso se ouvir o resto, venho propor a seguinte Moção a ser votada nesta Assembleia. Não? Está terminado. Disse.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado Carlos Ventura, o ponto da Ordem de Trabalhos apenas está sujeito a apreciação. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Jorge Pires.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Membros da Vereação, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras. Boa tarde. Bom, eu tenho alguma dificuldade na minha intervenção. Dificuldade por motivos que aqui já foram, alguns deles apontados. Pela insuficiência de tempo para estudar o documento e nós temos que ser honestos quando nos pronunciamos temos que ser honestos nas análises que fazemos, porque entretanto há aqui uma intervenção dando explicações, escolhendo as explicações que iam dar sobre este documento e a minha intervenção fica aqui um pouco confusa na medida em que o que eu tinha para dizer está alterado de alguma maneira. Eu vou tentar fazer um *mix*. Porque há coisas que têm que ser ditas, antes que mais não seja, partilharmos pedagogia nas nossas atuações, e quem é político, quem é político tem que ter pedagogia. Tem que ter uma integridade que ninguém possa pôr em questão. Porque nós sabemos que os políticos aos olhos da população, são uns malandros. Tentam enganar toda a gente. Infelizmente, por culpa dos próprios políticos é o conceito que existe, no cidadão normal. Quando alguém, por declarações que faz, por intervenções que tem, sugere e ponho o termo que pode haver, dúvidas comportamentais, desonestidade, então este conceito do político é muito mais atacada, a ideia do político é muito mais atacada, porque alguém sugere que podia ter acontecido isto, podia ter acontecido aquilo. Bom, o que eu quero dizer é o seguinte, “a montanha pariu um rato”, esta é que é a realidade. Porque quando se ouve a discussão, e isto tem logo a ver com o primeiro ponto que eu tinha aqui que era saber, efetivamente, que tipo de documento é que nós teríamos, que era tão confidencial que não podia ser revelado, que dizia e que diz, a Deloitte não pode ser responsabilizada pelas afirmações que faz. Isto é inconcebível e nem sei como é que o Executivo aceita uma posição destas da Deloitte, e, portanto, a minha dúvida. O

documento é uma auditoria? O documento é um relatório prévio à Auditoria? O documento é uma análise de procedimentos. É que o significado das palavras é completamente diferente. Eu perante uma auditoria quero ter uma conclusão, se for apenas a análise a procedimentos... Procedimentos, isso ... vamos lá ver, eu vou-lhe dar aqui o exemplo de um procedimento, aliás é aqui referido amortizações, coisas do género. Vamos supor que nós temos o tema amortizações sobre um imóvel, esse imóvel tem um valor de 100.000,00€, por exemplo, e eu tenho critérios, a Lei faculta-me por exemplo que eu vá até 25 anos. Mas eu posso decidir fazê-lo em dez anos. O que é que me leva a decidir se é dez, se é 25? É muito simples. É a minha folga financeira, são os meus resultados. Porque se eu tiver folga financeira eu adoto pela amortização, em dez anos por exemplo, dez a dividir por 100, 10.000,00€, vão afetar os meus resultados, mas tenho folga financeira, amortizo aquilo rapidamente. Mas se eu tenho problemas financeiros, então eu decido pelos 25, e então só já amortizo 4.000,00€. E reparem ambos os casos podem ter críticas de um lado ou de outro. Eu posso dizer assim, embora seja um critério que a Lei me faculta, atenção, eu posso dizer assim, este indivíduo está aqui a sobrecarregar os custos com 10.000,00€ porque a amortização tem efeito sobre os custos, como sabem, está aqui a sacrificar os resultados com 10.000,00€. Mas também posso dizer ao contrário, posso utilizar o outro argumento e que também pode ser criticável, porque há uma diferença, não é nada, não é nada, são 6.000,00€ a empatar os meus resultados. Uma questão que a mim me surgiu dúvidas antes destes esclarecimentos que foram dados era o que se pretende com este trabalho? É para ter um esclarecimento? Correto, não há problemas nenhuns nisso. É desfazer dúvidas naturais e partir para um mandato com algum sossego, com alguma calma, perfeitamente natural. É inclusivamente procurar ter certezas sobre a governação da Câmara pelo Executivo anterior? Também admito, a pessoa quer partir para o mandato com alguma segurança. Agora o problema não é este. O problema e refiro isto por aquilo que se passou quando se anunciou que se ia fazer uma auditoria e era o termo auditoria que era praticado, o que se passou nesse intervalo de tempo. Isso aí, para mim é que é o problema, porque então, eu posso estar a querer ter pretextos para fazer acusações infundadas e não provadas e reparem um criminoso é considerado culpado depois de ser julgado e a sentença transitar em julgado. Eu não posso querer condenar pessoas, sem ter provas dos factos e parece-me a mim, peço desculpa, mas parece-me a mim que o que se fez foi isso mesmo. Tentou-se arranjar aqui um cenário que levasse a que a população pensasse que efetivamente havia aqui dúvidas. Eu ainda há pouco referi numa conversa que tive ali fora à Senhora Presidente que ontem mesmo, na minha hora de refeição no restaurante onde estava, fui abordado por um Senhor que me perguntou: “o Senhor pertence lá agora...” eu disse-lhe estou na Assembleia, “diga-me lá, é verdade que há para aí uns desvios de dinheiro e que o atual Executivo não consegue governar a Câmara porque houve desvios de dinheiro?”, vejam bem ao que nós chegamos. Isto é-me dito por uma pessoa evoluída, não é por uma pessoa inculta. Eu queria dizer uma coisa, se assim é que foram estes motivos que induziram ao pedido de auditoria que afinal não é uma auditoria, e volto a repetir, se assim é, não estou a afirmar, então está-se a fazer uma política muito baixa e tenho que dizer o termo, está-se acima de tudo a ter uma desonestidade intelectual muito grande. E eu pergunto, atenção, volto a frisar se, assim é, para não haver dúvidas. A ser este último facto verdade eu vou-lhe dizer uma coisa Senhora Presidente, a mim pessoalmente ter-me-á sempre uma atitude de ferocidade para com a Vereação, porque eu defendo, porque tenho princípios porque me educaram assim. Educaram-me a ser honesto, a ter princípios na vida, eu não admito que ninguém utilize e não pactuo com isso, utilize esquemas menos corretos e deturpem acima de tudo a verdade. E eu volto a frisar para não haver dúvidas e escrevi aqui um papelinho para não haver dúvidas, se assim é. E se assim é, a Senhora Presidente só tem uma solução, é prova-lo. A Senhora prova-o e se o provar tem-me ao seu lado. E exijo que denuncie às autoridades competentes, Polícia Judiciária, Procuradoria... mas eu constato porque vi aqui que não há nada disto. Todo o cidadão tem direito ao seu bom nome, atenção. Chamo à atenção para isso. Tem direito a defender a sua dignidade moral. Tem direito a defender o seu carácter. Tem direito a defender a sua honestidade.

Eu vou-lhe dar aqui um pequeno exemplo e estou quase a terminar, imagine, imagine que aparecia no jornal um título, letras garrafais, este trabalho custou 44.000,00€, segundo ouvi há bocado, mais o IVA como é evidente, mas que aparecia uma coisa a dizer assim: 50 mil euros, números redondos, 50 mil euros da Câmara Municipal de Mirandela a voarem, a voarem, imagine inclusive que era uma notícia de primeira página, o Senhor da redação, o diretor da redação dizia assim: alto para aí, ponham aí a fotografia da Senhora Presidente da Câmara, o que é que o povo induzia? Olha, mais uma a tentar... não é? Porque era assim, pode ter a certeza de 60 a 70% das pessoas se vissem uma coisa destas era o que pensavam. E não era correto. Porque a notícia até não podia ter nada daquilo que as pessoas podiam ser levadas a pensar.

Nós estamos a falar de pessoas, as pessoas têm as suas famílias, têm os seus filhos, têm a sua mulher, já viu o que é que se sujeita uma pessoa que é honesta e o filho chegar-lhe a casa e o filho perguntar-lhe, pai tu roubaste? E tenha a certeza absoluta que este tipo comportamental tinha levado a que isso acontecesse. Portanto, vou terminar, para dizer, por favor, não se criem situações, vou terminar. Para lançar poeira, lançar lama sobre as pessoas, como digo, as pessoas têm a sua vida, têm as suas famílias e têm direito a defender o seu bom nome, e tem que haver uma preocupação de não criar situações destas.

Muito obrigado. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado Jorge Pires. Então segue-se a intervenção...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Do Senhor Deputado Rui Pacheco.

Antes do Senhor Deputado começar a sua intervenção, informo que faltam dez minutos para as dezanove horas e como irá decorrer uma Assembleia Extraordinária esta será a última intervenção, então, antes de irmos para o jantar. Depois regressamos. Não? Às oito?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está-se aqui a pôr uma questão, eu peço desculpa Deputado Rui Pacheco, que é o seguinte, eu estava a guardar esta notícia para o fim, tenho na minha posse um abaixo-assinado com vinte e oito assinaturas, é mais do que 1/3 a requerer uma Assembleia Extraordinária sobre este tema. A questão que aqui estava a colocar é que se vamos ter uma Assembleia para aprofundar estas questões, se valerá a pena estarmos, enfim, a fazer estas intervenções, no entanto, o Deputado Rui Pacheco já que está aí vai terminar. E eu aproveito já para solicitar o seguinte, já que estamos com o tema na mão. Se a Assembleia estiver de acordo, até porque os custos das Assembleias são muito elevados, tínhamos um pedido anterior de uma Assembleia Extraordinária, temos agora outro, vamos

tentar numa só Assembleia, fazer tudo, mas e aqui há um mas, que eu quero pôr já em claro, durante a manhã um tema à tarde outro, porque senão o que ficar para último vai continuar a não ter tempo para discutir os seus assuntos. Alguém se opõe a que quando eu convocar essa Assembleia se proceda dessa forma? Ninguém? Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, louvo a sua proposta e verdadeiramente com a aceitação deste requerimento, é a democracia no seu melhor...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sem dúvida... Claro que sim...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Tendo em conta a importância do documento. Um documento que nos arrasta há meio ano, num "diz que diz que" e é o concelho e este património coletivo que anda aí enrolado da pior forma.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bem. Muito obrigado.
Deputado Rui Pacheco faz favor de fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pacheco (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Se me permite a sugestão, uma vez que está decidido pela entrega do pedido por parte do PSD, para este assunto ser discutido noutra ocasião, não me parece que faça qualquer tipo de sentido prolongar este tipo de intervenções hoje durante o dia uma vez que o dia já está de alguma forma longo e estarmos agora, se for o entendimento geral, o meu entendimento é que não deverá ser mais discutido isso, se toda a gente estiver de acordo eu não faço a minha intervenção, guardá-la-ei para a ocasião que assim vocês decidam.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu pela minha parte entendo, acho que é uma tomada de posição correta, não sei se os outros intervenientes querem ou não fazê-lo hoje já, é um direito que lhes assiste. Se houver uma desistência geral dos inscritos aguardaremos todas estas intervenções para a hora certa. Está bem? Ninguém se opõe a essa questão?
Só um bocadinho... Jorge Humberto faz favor. Sim eu já estou a dar-lhe a palavra...
Não ele deixa para a tal Assembleia Extraordinária o que tinha a dizer agora...
Sim mas eu não lhe retirei a palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Em relação àquilo que nos apraz e faz parte da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, quero antes de mais, dizer que se a desculpa para a não discussão deste assunto foi o não recebimento pelos Deputados do PSD do relatório, eu tenho a informá-los que eu tenho conhecimento deste relatório ou de procedimentos ou o que lhe queiram chamar desde junho e, o que é facto, é que apesar do meu grupo parlamentar ser só eu, eu não o discuti sozinho. Discuti com os meus camaradas no seio do meu partido sem qualquer tipo, nem reserva daquilo que os Senhores alegam que não tiveram conhecimento que era a proteção de dados. Isso é um subterfúgio inteligente da vossa parte para evitar a discussão deste ponto, neste momento. Mas eu agradeço ao PSD que tenha permitido ao meu partido de uma forma inteligente de voltar ao tema outra vez porque realmente é um tema que tem bastante substância e merece da nossa parte aquilo que é a intervenção cívica e não só, acerca daquilo que foi revelado pela Deloitte e então assim sendo, eu vou começar a minha intervenção.

O relatório confirma os alertas da CDU, no quadro das suas funções enquanto força política representada na Assembleia Municipal de Mirandela, a CDU teve acesso ao relatório de procedimentos acordados às demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Mirandela, solicitado pela Autarquia a uma consultora privada. O relatório confirma no essencial denúncias e alertas que a CDU foi fazendo ao longo dos últimos anos. O plano de saneamento financeiro e o pacto de agressão contra os municípios, aumentando os impostos municipais, limitando o investimento e carregando a autarquia de encargos com a banca, acima do aceitável. O plano de reequilíbrio financeiro estabeleceu medidas económicas e financeiras específicas e quantificadas para atingir e assegurar a continuidade de uma situação de equilíbrio e o pagamento do serviço da dívida, contudo, apesar do tempo decorrido existem medidas que não foram, ainda, implementadas designadamente a alienação do imobiliário e a liquidação retroativa das taxas devidas pela ocupação do subsolo de domínio público.

A privatização da água é negativa para os interesses do Município, além da questão de princípio, privatização de um bem essencial, a água. O contrato é lesivo aos interesses do Município. É com uma empresa concessionária, as Águas do Norte que a Câmara Municipal de Mirandela tem e uma das suas principais dívidas, a Câmara Municipal de Mirandela, não tem revelado capacidade de intervir para inverter a situação. No capítulo da receita que tem uma dependência de cerca de 70% das transferências da Administração Central. Não tem capacidade de investimento capaz de gerar o desenvolvimento e a dinamização económica, social e política, necessárias à supressão da situação em que nos encontramos. Recusar novas competências para impedir o agravamento da situação. Tendo-se confirmado tudo isto, a CDU, alerta desde já, para o perigo que significa a Autarquia assumir novas competências da Administração Central, designadamente no âmbito do pacote da chamada descentralização que o governo aprovou, após acordo entre o PS e o PSD, tais competências acarretariam responsabilidades acrescidas perante uma transferência de verba inferior ao que as novas competências exigiriam, empobrecendo ainda mais a resposta na área dos Serviços públicos e de funções sociais do Estado, como a Saúde a Cultura ou a Educação. A Câmara Municipal de Mirandela exige firmeza e determinação na defesa de Mirandela e dos Mirandelenses.

Essa firmeza e determinação, neste caso concreto, passa por contrariar a desresponsabilização do Estado, perante o concelho e exigir do Governo o investimento, os meios e as respostas que precisamos na área da Educação, da Cultura e da Saúde. Um rol imenso de irregularidades. O relatório torna, ainda, visíveis graves e preocupantes situações que exigem que se leve até às

últimas consequências o apuramento das responsabilidades políticas e, a confirmarem-se, criminais. Alguma das conclusões do referido documento são claramente reveladores da dimensão e gravidade da situação.

Em 31 de outubro de 2017, o passivo do Município era superior a 26 milhões de euros, um valor que pode ainda ser maior, considerando que a auditoria não teve em conta o montante das dívidas sobre as sociedades participadas, por falta de informação, a certificação das contas de 2016 apresentam algumas reservas designadamente por não ser possível aferir da razoabilidade do valor das rubricas de bens de domínio público e imobilizações corpóreas e proveitos deferidos constantes do balanço. O relatório do Plano de Saneamento Financeiro, de 30 de agosto de 2017 refere algumas situações que evidenciam deficiências com reflexos nas contas. Há compromissos assumidos com pelo menos quinze Juntas de Freguesia no montante de 182.000,00€, designadamente relativas a obras feitas não havendo qualquer registo patrimonial. A parceria público privada Mirandela XXI, constituída em setembro de 2009, foi dissolvida mediante decisão da Assembleia Municipal em 27 de abril de 2012, tendo ficado o Presidente da Câmara de então, António Branco, responsável pela formalização de todos os atos e procedimentos, contudo, a extinção da parceria encontra-se dependente da liquidação por parte do Município de um saldo de 367.000,00€ referente à aquisição dos projetos da mesma, valor não considerado nas responsabilidades contabilizadas pela Autarquia. Investimentos financeiros e participação em e com entidades sem o devido controlo e acompanhamento por exemplo a ACIM, não cumpre com o dever de entrega de relatórios trimestrais à Autarquia. Processo contabilístico com muitas falhas e muitas omissões de forma intencional ou por incompetência, e eu quero acreditar, que tenha sido por incompetência, quer na Câmara quer nos Serviços de Águas e Saneamento, com informações não coincidentes. Muitas chamadas de atenção para aspetos inconcebíveis no controlo interno na prática não existe controlo interno nenhum.

Divergências entre a aplicação de gestão do Serviço de Águas e o Serviço de Contabilidade da Autarquia, configura uma falta grave ao nível do controlo interno da Autarquia possibilitando o surgimento de situações de erro ou mesmo fraude nos processos de cobrança.

Despesismo eleitoral e favorecimento. Num concelho com dezenas de Coletividades e Associações não deixa de merecer registo o facto de o relatório ter evidenciado que mais de 50% das transferências e subsídios concorrentes concedidos em outubro de 2017, foram atribuídos a cinco instituições particulares. Merece ainda o registo o facto de entre janeiro e outubro de 2017, ou seja, para quem não está lembrado, momento das eleições Autárquicas, ter sido atribuído um montante em subsídios que foi o dobro atribuído em todo o ano de 2016.

O que fez diferente e o que é que vai fazer a gestão do Partido Socialista?

É como há muito temos denunciado uma situação grave que resulta de muitos anos de gestão do PSD na Autarquia. Mas passado quase um ano de eleições e da assunção da Presidência pelo PS perante tamanhas irregularidades, há muitas coisas que não podem esperar a exigência, a resposta imediata e por essa razão que a CDU irá questionar a Autarquia sobre:

Que medidas tomou junto da concessionária da água para avaliar a possibilidade da revisão do contrato?

Que medidas tomou na organização dos Serviços para regularizar o funcionamento dos processos de cobrança no serviço das Águas?

Que medidas foram tomadas nos Serviços de Águas e Saneamento para articulação com a Câmara com vista à convergência dos processos contabilísticos?

Se já foi regularizada a dívida da Câmara com as Juntas de Freguesia e feito o devido registo de património relativo às obras realizadas?

Só mais dois minutos...

Que medidas tomou para verificação dos montantes consagrados no Protocolo ente a Câmara e a ACIM?

Acompanhar o processo, apurar todas as responsabilidades? É isto que se pede a este Executivo. Considerando que este é um processo de enorme importância para o Concelho. O eleito da CDU...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ó Senhor Deputado...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Ó Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos cumprir as regras...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Não temos culpa que haja pessoas que não queiram falar, eu aproveito o tempo que o PSD me vai conceder, porque não quer intervir...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A partir de hoje...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa mas vai ter que acabar ...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Termine. Tem mais oportunidades para terminar esse seu raciocínio. Porque se eu abro um precedente, depois de ter aberto a Sessão da forma que abri como ouviu, vamos dar azo...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Ó Senhor Presidente, eu aceito as suas justificações...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos dar azo, toda a gente vai...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Mas há-de compreender, eu tenho o benefício da dúvida pelo grupo parlamentar do PSD eu posso usá-la... só um bocadinho... só um bocadinho...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Em compreendo, o Deputado Virgílio Tavares também queria e alguém lhe cortou a palavra, está a ver? E ele teve que aceitar. Tenha paciência.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Este é um tema com muito interesse...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Tenha paciência... peço-lhe...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Então vou ter que voltar a ele na próxima Sessão...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço-lhe por tudo que não insista... Não insista. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Pergunto agora à Senhora Presidente da Câmara se quer... Também quer falar Senhor Deputado? Muito bem, pensamos que também... estava com certeza que sim. Pronto Senhor Deputado, pode usar da palavra então.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Vou falar hoje, pois na próxima não estou cá.

Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhora Presidente do Município, restante Vereação, Senhores Membros da Assembleia Municipal, caros Colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social aqui presente.

A candidata do Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas e agora Presidente do Município, tinha prometido em campanha eleitoral, que caso ganhasse as eleições mandaria fazer uma auditoria às contas do Município.

Como palavra dada é palavra honrada, no dia 7 de dezembro de 2017, foi anunciado na Comunicação Social que, e cito “O executivo liderado por Júlia Rodrigues contratou os serviços da empresa Deloitte para analisar a gestão financeira do Município dos últimos seis anos, sob a liderança de António Branco.”. E reforçava a peça jornalística e cito novamente “Depois de ter encontrado várias surpresas ao inteirar-se dos dossiers, a equipa liderada pela autarca socialista decidiu avançar para esta auditoria para conhecer a real situação financeira.”.

Dava assim os primeiros passos, este embrião oculto, que inicialmente se chamava Auditoria às Contas do Município e que hoje, já adulto, e depois de viver algum tempo na confidencialidade chega aqui a esta Assembleia para discussão a chamar-se, Relatório dos Procedimentos Acordados.

Ora este processo tinha tudo, logo desde início para ser um processo com pouco rigor e transparência, senão vejamos:

- A 7/12/2017 é anunciado na Comunicação Social a contratação da empresa Deloitte, que na altura a Senhora Presidente dizia “Tinha de ser uma coisa bem feita e isso custa dinheiro”, 38.000,00€ mais IVA;
- Mas apenas a 21 de dezembro de 2017 é que na forma de ajuste direto a empresa Deloitte entregou a sua proposta;
- Coisa estranha esta, já se falava num vencedor sem a proposta ter sido apresentada;
- Mas a 1 de fevereiro de 2018 e sem surpresa é assinado o contrato com a empresa Deloitte é claro, não pelos 38.000,00€ mais IVA, mas sim por 42.000,00€ mais IVA;
- O contrato cujo objeto era “Aquisição de Serviços para Análise da Situação Financeira da Câmara Municipal de Mirandela” estava em curso;

Chegados aqui para discutir os serviços prestados pela citada empresa e conhecer a real situação financeira do Município, e isto após uma deliberação da Assembleia Municipal que “obrigou” a entrega do referido relatório, fomos confrontados com um Relatório dos Procedimentos Acordados.

Neste momento, sinto-me defraudado nas minhas expectativas sobre este assunto, como membro desta Assembleia, mas acima de tudo como cidadão. Isto porque foram usados 51.660,00€ do erário público, num pressuposto que seria o de fazer uma auditoria financeira às contas do Município e deparamo-nos com algo desvirtuado, fora da realidade e do objeto do contrato. Isto não é claro, isto não é objetivo e isto não é honesto.

Chamo a atenção desta Assembleia, porque faço esta afirmação com base na carta que a Deloitte envia à Senhora Presidente do Município e cito “ Na medida em que os procedimentos efetuados não são os requeridos pelas normas de auditoria, geralmente aceites, estes não constituem uma auditoria um exame simplificado ou qualquer forma de revisão às demonstrações financeiras, pelo que não estamos em condições de emitir e não emitimos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Mirandela, nem sobre qualquer informação que é disponibilizada e incluída no nosso relatório.”.

Então desculpem lá a minha pergunta, que auditoria foi esta? Pode ser levado a sério um relatório em que os próprios autores escrevem que não estão em condições de emitir uma opinião?

Se isto não fosse já grave, ainda acrescentam outro parágrafo e cito “No caso de serem efetuados procedimentos adicionais ou caso fosse disponibilizada a totalidade da informação solicitada, ou caso fosse realizada uma auditoria às demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Mirandela, outros aspetos poderiam ser levantados e apresentados no nosso relatório.”

Então para fazer uma auditoria, séria, objetiva e credível não devem ter toda a informação disponível? Quem não pretendeu que assim fosse?

Tudo isto é confuso, mas o dolo da esfera privada das pessoas, a sua honestidade e seriedade jamais poderá ser reparada com tudo que veio a público na tal dita conferência de imprensa para falar do relatório preliminar a uma auditoria financeira. Auditoria financeira, que afinal é um Relatório dos Procedimentos Acordados que numa certa página escreve que “o passivo de Mirandela com referência a 31 de outubro de 2017 poderá ascender a 26.191 milhões de euros”. Mas afinal poderá ascender ou é mesmo esse o valor? São coisas completamente diferentes. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Também quer intervir Senhor Deputado? Muito bem. Pronto.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Isto não foi feito por mim, portanto, não fui eu que fiz isto.

Estivemos a analisar os documentos que nos enviou, de entre os quais destacamos, naturalmente, o documento da Câmara Municipal de Mirandela, Relatório de Procedimentos Acordados datado de 13 de junho de 2018 e de autoria da Deloitte doravante simplesmente, documento, documento.

Primeiro: Qual o enquadramento legal do pedido apresentado pela Câmara Municipal à Deloitte e que está na génese do documento produzido, sua conformidade legal e procedimental?

Dois: Qual a análise a crítica das ilações legais assumidas na produção do documento quanto aos compromissos ou não regras de contratação pública?

Quanto ao cumprimento ou não da Lei das finanças locais, vigente à data dos factos sindicados.

Quanto ao cumprimento ou regras de contabilidade aplicáveis.

Quanto ao cumprimento ou não de outras regras aplicáveis.

Qual a ponderação e delimitação da eventual responsabilidade subjetiva, decorrente dos principais temas identificados no documento? Seja do ponto de vista cível, se houve direito ao contraditório, seja ainda do ponto de vista da responsabilidade financeira ou criminal.

Quarto: Qual o valor da dívida?

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Penso que agora então não há mais intervenções. A Senhora Presidente com certeza quer dizer alguma coisa sobre este assunto.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Começo por fazer uma análise, aliás este ponto foi abordado para ser discutido numa reunião específica, mas julgo que posso esclarecer a preocupante ausência de questões de análise ao próprio documento e depois da apresentação que foi feita relativamente ao relatório, ou à auditoria. Os intervenientes que falaram sobre a forma, não falaram sobre o conteúdo e, portanto, tudo aquilo que foi questionado, ou seja, é verdade aquilo que consta do documento? É verdade as regras que foram infringidas no próprio documento? É verdade a Mirandela XXI? É verdade que estamos perante situações que não estão registadas na Contabilidade como dívida? É verdade que todas aquelas situações que foram presentes na apresentação? Quem tem que dar as respostas é de facto o anterior Executivo. Limitaram-se a dar opinião, obviamente uma opinião registada e com os cenários que vocês próprios indicaram.

Passando da situação da confidencialidade como foco da vossa preocupação até sem fazerem uma análise exaustiva e correta daquilo que é verdade e/ou é mentira. As próprias constatações que foram feitas no próprio relatório de auditoria ou relatório de procedimentos. De facto a denúncia às autoridades competentes, o documento como eu disse já em reunião de Câmara foi enviado para o Tribunal de Contas, vai ser enviado para todas as instituições que fazem o controlo e aquilo que nos preocupa é que de facto a nível da bancada do PSD não existam respostas aquilo que é questionado. E o Senhor Vereador José Cunha quando veio aqui a fazer uma apresentação do relatório, disse e perguntou se é verdade as conciliações? É verdade a ausência de pagamentos de Água? É verdade que as concessões de restaurantes, taxa de ocupação de via pública que teriam que ser pagas, não foram pagas? É verdade que todas as situações de incumprimento dos nossos cidadãos perante o Município de Mirandela, existiram ou não? Estamos aqui a falar em princípios de vida? Também temos princípios de vida mas os princípios de vida é cada cidadão a não ser que tenha dificuldades financeiras e aí paga a Ação Social, tenha que pagar a sua água como a luz e, portanto, todas as contribuições têm que ser suportadas, portanto, estamos a falar de Mirandelenses de primeira, uns privilegiados outros que pagam juros, os que não pagam.

Em relação às concessões todos sabemos que existem concessões que não são pagas há anos, há anos que isto acontece e portanto, quando nós estamos a falar em cenários em desonestidade intelectual é óbvio que este relatório foi solicitado para que houvesse um ponto de situação financeira do Município.

Qualquer empresa, qualquer empresário, pede um relatório financeiro da própria empresa para saber, também, o ponto de situação fazer a fotografia da situação e saber as medidas que temos que implementar para correção de desvios a essa própria implementação, porque reparem, existe também, a situação de nós termos que fazer regras e procedimentos de controlo interno, procedimentos de controlo interno que constam do relatório e que constam também do X Relatório Semestral de Acompanhamento de execução do plano financeiro e também da certificação legal do Revisor Oficial de Contas. Portanto, tudo isto é contraditório com aquilo que dizem. Então o contraditório, não é feito aqui na Assembleia Municipal? Quando nós fazemos, o contraditório não é feito em reuniões de Câmara? Quando este assunto vai ser discutido? Então a apreciação do Relatório de Procedimentos Acordados com a Deloitte, não estamos, também aqui, a fazer a apreciação dos Deputados Municipais? Há história do pedido de auditoria que o Senhor Deputado António Martins fez aqui o histórico da contratação e refere aqui o pouco rigor e transparência. Pouco rigor e transparência é uma questão de fazer a análise em relação a esta situação e que é pública na internet. Está desvirtuado, fora da realidade? A 31 de outubro que foi a data para fazer o relatório, é o relatório que consta da própria realidade à data.

Não é honesto? Então seria honesto, nós assumirmos a Câmara Municipal sem sabermos o passivo? Sem sabermos o que é que estava encoberto? Não é honesto. Não é honesto o PSD fazer uma apreciação à forma e não ao conteúdo do relatório. Mas digam, é verdade? É mentira? Digam. É isso que estamos a perguntar. Estiveram no poder estes últimos anos e portanto, digam por favor qual é a vossa apreciação da apresentação que foi feita e do relatório que têm em mãos, os líderes parlamentares, os membros do Executivo desde junho de 2018.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu tinha pedido que não houvesse...

Só um bocadinho... Só um bocadinho...

Primeiro os Senhores dois Deputados sentam-se. E agora eu vou dar que já está a pedir há algum tempo o Deputado Jorge Pires a palavra, para responder às questões que a Senhora Presidente colocou e de seguida, por sua vez, daremos aos outros.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhora Presidente.

É evidente que quando eu intervim, tentei ser o mais correto possível e não quis pôr determinados adjetivos, mas que sou capaz de os pôr, se me desafiarem a isso, e eu acho que houve aqui uma ofensa muito grave da parte da Senhora.

Primeiro: Pedimos uma reunião dado que não houve tempo por deficiência da Câmara para fazermos uma análise correta do documento, pediu-se algum tempo, marcou-se um Assembleia para isso ser discutido e analisado. Depois, mas já agora eu vou-lhe se quiser eu, é fácil mesmo tendo lido o documento em zig, eu posso-lhe fazer já aqui uma série de questões. E a primeira que eu vou fazer, a primeira observação é, porque é que a Deloitte, eu fiz esta pergunta, escreveu que não se responsabilizava pelas afirmações feitas? Quer que eu lhe diga porquê Senhora Presidente, porque a Deloitte sabe perfeitamente que é uma empresa especializada no assunto, que fazer uma análise com base em outubro, tem um trimestre, onde um conjunto de coisas podem ser relevadas nas contas, percebe?

A deficiência que os Senhores encontraram aqui foi de 5.000.000,00€, dos quais por insuficiência às provisões, 2.857.000,00€ e por passivos não registados, 1.361.000,00€. Toda a gente sabe que estas questões é no último trimestre do ano que vão, e quando se apresentam as contas no fim do ano, circulações às vezes ainda em janeiro se estão a fazer, é certo com base a 31 de dezembro, mas ainda se estão a fazer em janeiro, para se corrigir nas contas, aquilo que entidades foram sujeitas à circulação disserem. Contas das participadas, é evidente que as participadas, em dezembro, ou perdão, em outubro, não tinham respostas ainda a muitas coisas. Processos jurídicos? Alguns deles ainda estavam por decidir e continuam por decidir por decidir neste momento. E certamente que esta situação seria relevada no fecho de contas. Bom eu não me vou alongar muito mais, mas já agora quando eu falei de idoneidade moral, já nem me lembro como é que eu disse, eu tive sempre o cuidado de repetir quatro ou cinco vezes, “a ser verdade”, “se assim é”, isto deve ser tido em conta, porque sou correto com as pessoas, porque me ensinaram efetivamente a ter princípios que a Senhora há pouco aí referiu. A mim ensinaram-me a ter princípios e eu tenho-os e respeito as pessoas, falo com elas com correção, mas por amor de Deus, há coisas que a gente tem mesmo de falar sobre elas.

A Senhora quer que eu lhe faça uma análise financeira? Eu faço-a, muito rapidamente. Na próxima Assembleia vamos discutir tudo e se for preciso trazemos aqui especialistas sobre a matéria. Agora com esta situação estar a lançar para o público determinado tipo de suposições, não é correto Senhora Presidente, desculpe. E eu penso que a Senhora só tem aqui um caminho a seguir depois disto que ouvimos hoje aqui pelo Senhor responsável, o Senhor Vereador Cunha, é pelos meios que foram utilizados para tentar difamar pessoas, seja também dito a realidade das questões, entre elas isto que acabei de dizer que as coisas se reportavam a outubro e não ao fim do ano onde muitas delas seriam corrigidas.

Muito obrigado, desculpe lá a agressividade, não é contra si, mas a mim como lhe digo, tenho princípios, quando me tocam eu reajo. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra ao Senhor Deputado António Figueiredo.

Não? Muito bem.

Não sei se a senhora Presidente quer dizer mais alguma coisa.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Só um pequeno esclarecimento, em relação ao Senhor Deputado Jorge Pires.

Não se trata de suposições, trata-se de documentação. O documento foi realmente e está tudo acordado em 31 de outubro de 2017 e, portanto, todos sabemos que reporta a 31 de outubro. Em relação à Assembleia Municipal Extraordinária, não houve aqui nada que não fosse a concordar com essa Assembleia Municipal Extraordinária, até porque a questão da descentralização é uma questão importante. É importante para todos, é importante para Mirandela, é importante para o Município e é importante para os Mirandelenses.

Em relação às participadas e aos processos jurídicos foi dito e explicado tudo aquilo que estava em causa, foi atribuída uma importância média-alta em relação aos processos jurídicos, mediante o parecer dos nossos Juristas. Aquilo que foi relevado nas contas é que é a fotografia a 31 de outubro e, portanto, dentro do respeito que tenho pelo Senhor Deputado Jorge Pires, julgo que estamos a falar nas mesmas situações e nas mesmas questões, princípios, valores e principalmente sem ofensas e sem atribuir responsabilidades, não podemos acusar A, B ou C, mas temos que investigar o que é que se passou. Temos que fazer uma análise contabilística e financeira de todas as situações. Temos que avaliar onde foi o erro, como aconteceu e como é que se vai melhorar essa prestação, passando por medidas que estão a ser identificadas e por medidas que vamos implementar, obviamente, para que Mirandela e o Município de Mirandela possa surpreender pela positiva os dados financeiros que obtém. Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Caros Deputados Municipais. Muito obrigada Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Importa dizer o seguinte: antes de darmos por terminados os trabalhos para fazermos a respetiva interrupção, conforme o Regimento e acordado com todos os líderes parlamentares.

Relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Ventura, ao abrigo da alínea b), ponto um, do artigo 11.º em que suscita através deste procedimento à Mesa, a marcação de uma Assembleia Municipal Extraordinária ela é simplesmente vinculativa, porquanto o Regimento estabelece que a Mesa tem que marcar uma Assembleia Municipal Extraordinária, desde que reúna um terço dos seus Membros e esta entrega por parte do Senhor Deputado Carlos Ventura apresenta 28 assinaturas, quando era exigido apenas 21 assinaturas, logo vincula nem é preciso sequer ser sujeito a votação porque vincula a Mesa à marcação de uma Assembleia Municipal. Importa dizer a todos os Deputados e também informar o Executivo por conciliação entre a Mesa e os respetivos líderes dos grupos municipais, foi possível o acordo uma vez que estávamos perante a possibilidade da marcação de duas Assembleias Municipais, porque havia uma proposta já de uma outra anteriormente que se fundisse esta pretensão para discutir a questão do relatório da Deloitte num determinado momento e no outro discutir aquilo que foi proposto e aprovado, portanto, por acordo entre as partes, a mesma Assembleia Municipal Extraordinária dará lugar e incorporará as duas situações apenas numa realização.

Posto isto, também já acordados entre todos os grupos municipais e os seus representantes e líderes, vamos, então, interromper os trabalhos agora e retomamos às 21h00m e a Mesa pede impreterivelmente já está a conceder 1h30m para que de facto as pessoas possam descansar. Aqueles que têm necessidade de ir a casa tomar medicação, seja o que for, impreterivelmente às 21h00m retomarmos para conseguirmos concluir hoje os trabalhos.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu peço-vos um pouco mais de paciência porque falta-nos, ainda, um elemento para termos quórum.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pedia aos Senhores Deputados o favor de se sentarem nos seus lugares. Vamos dar início à continuação da nossa reunião com o ponto 4.3 - X Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

Pergunto se relativo a este ponto há inscrições?

Mais alguém se inscreve relativamente a este ponto?

Senhor Deputado pode usar da palavra se faz favor.

4.3 - X Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03 de setembro de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:

1 – Aprovar o X Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela;

2 – Submeter o referido documento à apreciação da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Senhor Presidente e Senhores Secretários, a Senhora Presidente não está, mas Senhores Vereadores...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não mas eu não falava enquanto a Presidente não estivesse....

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Era interessante de facto que estivesse aqui a Senhora Presidente, porque a minha apresentação é, claro, é dirigida propriamente, fundamentalmente a ela.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A Senhora Presidente está ausente um bocadinho, por indisposição, não vai ser por isso que não vamos dar continuidade está um Vereador...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não importa onde está a Senhora Presidente... Não, eu não falava...Eu se a Presidente não estivesse não falava.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Bom, não interessa caros colegas, digníssimo Público, Senhores Vereadores, eu espero que o jantar fosse bom, enfim eu fui comer uma lagosta, de maneira que não sei...

O Plano de Saneamento Financeiro é um documento que a autarquia está obrigada a apresentar semestralmente, onde deve constar e explicar exhaustivamente a evolução das 24 Medidas e durante vários anos e enviá-lo ao governo, à Direção Geral das Autarquias Locais e a esta Assembleia Municipal para apreciação.

No pobre relatório semestral de acompanhamento da execução do PSF, ora apresentado para apreciação, os elementos nele vertidos, para além de não cumprirem as regras que nos foram impostas, limita-se apenas a explicar as medidas que mais lhe convém ao Executivo, esquecendo o seu desenvolvimento e a respetiva comparação com o semestre homólogo do ano 2017 na grande parte das medidas.

Ao omitir informações sobre as medidas que não lhe dão jeito, baixa a fásquia do seu cumprimento e reduz a quase nada a credibilidade do próprio relatório.

Muito rapidamente dou alguns exemplos em quatro medidas onde foi completamente ignorada a explicação que se impunha:

Na Medida 7: Que diz, implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão ocorrer para o funcionamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização - Escreve apenas uma palavra: Sim, implementada. Isto é insuficiente, tem que explicar como é que foi o seu desenvolvimento.

Ora bem: Para que todos saibam, esta medida, entre muitas outras, já foi implementada no semestre homólogo em 2017. Mas, o que falta dizer aqui, é como ela foi implementada este ano, apresentando comparações entre as taxas de execução verificadas, para que os mirandelenses e nós próprios possamos fazer uma avaliação de como foram aplicadas as receitas de capital, resultantes da sua alienação.

Também falta explicar nesta medida, se as despesas foram inferiores ou superiores ao semestre homólogo de 2017. A DGAL e nós próprios vamos querer saber onde foram aplicados os recursos financeiros provenientes da alíneação Patrimonial durante o semestre em análise. Não basta dizer que a medida foi cumprida;

Na medida 8: Redução e racionalização de despesas de funcionamento com definição de limites para as despesas de *outsourcing*, com estudos, pareceres projetos de consultadoria com um limite para 2018 no montante de 39.695.00 euros.

Nós e os mirandelenses gostaríamos de ver aqui explicado se durante o primeiro semestre de 2018 a despesa executada com *outsourcing*, estudos, pareceres projetos de consultadoria, foram muito inferiores a 40.000.00 euros a que estamos obrigados para todo o ano. É nosso entender que o X Plano de Saneamento Financeiro está amputado da informação real ao manifestar que: “Primeiro semestre dentro do objetivo, 14.052.00 euros”. Aqui, queria recordar os Senhores Deputados e Mirandelenses que o pseudo Relatório de Auditoria, já absorveu muito mais que 44.000,00€, ou seja um valor superior àquele que nós temos para todo o ano, apenas no primeiro semestre. Ou seja, muito mais que o valor imposto para todo o ano. Acresce ainda as despesas com contratos de prestação de serviços com um jurista, um arquiteto e um jornalista em regime de avença. Isto é algo surreal, que preocupa todos os mirandelenses. Estou seguro que as entidades públicas fiscalizadoras, não vão deixar passar em branco tamanha incoerência. A gravidade desta omissão fere, mais uma vez a credibilidade do atual Executivo.

Na Medida 13: Otimização do desempenho da frota e da função transporte do Município, através da otimização dos recursos, racionalização dos custos de manutenção preventiva e corretiva.

Sendo estes recursos tão importantes e tão dispendiosos, não seria importante saber-se, para melhor gerir e tomar medidas corretivas, o histórico de cada viatura relativamente aos custos de manutenção, reparação e no número de intervenções? Nesta media apenas se diz” implementação em curso. “Em estudo de adesão à modalidade de *renting*”. Parece-nos muito pouco, para algo tão importante, como é a fatura paga para manutenção da atual frota.

Medida 18: Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económica e financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.

Aqui o Executivo limita-se a dizer apenas não implementada.

Nada se diz, e nada se faz. Aqui importava saber o que a comissão de taxas, nomeada pelo anterior executivo, com a missão de recolher informações de todos os serviços intervenientes, para elaboração de uma proposta a apresentar anualmente na altura da aprovação do Orçamento. Tal comissão funciona? Foi extinta? Teve outro destino? Eu não sei!

Senhora Presidente da Câmara, Dr.ª. Júlia Rodrigues: Os Mirandelenses estão a pagar uma fatura muito cara por apenas se limitar a gerir à vista a nossa autarquia, não sabemos, se é por não saber, ou por não querer.

Finalmente Senhora Presidente: A falta de respostas concretas e objetivas aos problemas que lhe colocam os Mirandelenses preocupam-nos sobremaneira. Mesmo quando responde...responde quase sempre, com enorme hipocrisia política. Deixe isso para a retórica do parlamento. Pense nisso. Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a chamar o Senhor Deputado Paulo Pinto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, restantes Membros da Assembleia.

Eu quero agradecer o trabalho realizado pelo Deputado Humberto Cordeiro. Fez uma análise técnica e política. Eu apenas venho reforçar aquilo que ele disse.

Esta Assembleia sabe que a Senhora Presidente gastou cerca de 43.000,00€ mais IVA com o custo de uma auditoria. Foi-lhe perguntado na primeira e na terceira Assembleia se conhecia o Plano de Saneamento Financeiro e se conhecia a medida oito. Foi-lhe dito que a medida oito tinha previsto uma verba de cerca de 38.000,00€ pelo que a auditoria ultrapassava significativamente esta verba. Neste relatório de Plano de Saneamento Financeiro que vai ser entregue à DEGal e à Assembleia da República, Senhora Presidente, não acha que omitir os dados da medida oito está a omitir dívida? Ou melhor está a emitir despesa oculta? Será que o Senhor ROC, Dr. Peixinho, sabe e conhece este regulamento? O que é que ele dirá? E o que dirá a Assembleia da República? E o que dirá, porventura, a DGAL? É que admitimos que, porventura, possa haver alguém que queira admitir omitir isto ou aquilo, porque mais ninguém sabe, o problema é que nesta medida oito sabemos nós aqui na Assembleia, sabem todos quantos andam atentos a esta questão, e a Senhora Presidente omite na medida oito a despesa que contraiu, com a auditoria e com o Gabinete de Comunicação e Imagem. É despesa oculta, considera isso, ou por um lapso? Esta é que é a questão política. Porque ainda agora começou, está no seu primeiro ano de mandato e somos confrontados com esta situação que até temos dificuldades, porventura, alguém acredite em nós.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Não havendo mais inscrições passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Boa noite a todos.

Vamos iniciar esta última parte da reunião de Assembleia Municipal com o Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela. De facto a apresentação deste Plano tem um formato diferente, mais objetivo e com a aprovação óbvia de que é muito mais fácil ler este Plano, interpretar este Plano do que as muitas páginas que normalmente eram entregues para fazer um Plano de Saneamento Financeiro. Neste quadro para já fala-nos dos empréstimos, sabemos exatamente qual é o valor em dívida, os juros e as amortizações pagas. Depois nas medidas de Planeamento Financeiro, todas as medidas são elencadas de um a sete eficiência organizacional, economia e redução de despesas, medida quinze e aumento da receita, dezasseis a 23. A medida 24 é inerente ao empréstimo de saneamento financeiro. Portanto, a interpretação dos próprios quadros digam vocês o que disserem é muito mais objetivo, mais simples de interpretar, não está constantemente a dizer as mesmas coisas de relatório para relatório e, portanto, achou-se por bem avaliar e medir com critérios objetivos aqueles que estão em implementação, aqueles que estão em curso e aqueles que não estão a ser implementados como é a implementação de um orçamento de base zero caso se encontrem reunidas condições mínimas necessárias à sua implementação. Vocês certamente conhecem e acompanham este relatório principalmente os colegas Vereadores que estiveram no Executivo, uma vez que quem negociou e preparou este Plano de Saneamento Financeiro foi a chegada de uma situação financeira que comprometia o futuro do Município e, portanto, o Plano de Saneamento Financeiro foi a única forma que tivemos para poder respirar e fazer um empréstimo de 7,5 milhões de euros e, portanto, quando fala em despesa oculta, em conhecer o regulamento, omitir dívida, certamente não se está a referir a um passado bem recente que tal como vimos durante a tarde resultaram nestes dados financeiros muito maus para o Município, isso sim, compromete o futuro dos Mirandelenses. Nós só estamos na situação de Plano de Saneamento Financeiro que não chegou aqui há um ano atrás, como vocês sabem. Estamos na situação de Saneamento Financeiro porque foi um acumular de dívidas e má gestão financeira do Município que nos levou à situação de termos que entrar neste instrumento financeiro que foi aprovado pelo Governo, no sentido de podermos melhorar a nossa capacidade financeira. Temos outras Câmaras que não estão nesta situação e, portanto, podem libertar verbas para fazer investimento e podem libertar verbas para tudo aquilo que nós devemos permitir-nos fazer. O que é facto é que estamos limitados, todas estas medidas limitam a atuação da Câmara Municipal e, portanto, não venham agora tentar escamotear esta situação que foi herdada. Nós estamos a cumprir e posso fazer a referência medida a medida.

Medida um: reorganização dos Serviços Municipais, estamos a implementar porque houve uma reorganização do organograma da Câmara Municipal. A reorganização do grupo municipal por reapreciação das participações financeiras em curso. Está tudo aqui escrito e bem implementado.

Relativamente à questão da implementação do sistema de contabilidade analítica, carece de melhoria, tal como a pode ver no próximo relatório semestral da certificação legal de contas. Depois podemos ter como falou da questão de funcionamento com definição de limites para despesa dos *outsourcings* dos pareceres, projeto e consultoria e diz que, julgo que até foi o Deputado Humberto Cordeiro que fez a referência à questão de haver a contratação de um Arquiteto, um Advogado e uma Empresa de Comunicação. O que é certo, é que, já foi dito nas reuniões de Câmara que nós temos dois Juristas que foram contratados em regime de avença, temos dois nadadores-salvadores, temos projetos, pareceres e consultoria de Gabinetes de Advogados espalhados pelo país todo que nos ficava muito mais caro do que uma avença com um Advogado. Estes custos foram avaliados e por isso é que foi decidido contratar um advogado uma vez que nós temos contas que não eram sequer controladas porque era pago à peça e portanto apareciam contas de um Advogado de Bragança, de um Advogado do Porto, de um consultório de Advogados de Coimbra e portanto aquilo que pensamos foi uniformizar e ter um Advogado sénior para nos ajudar e defender em Tribunal. Aquilo que vos posso dizer, em relação ao Arquiteto é uma situação muito mais delicada. Existiram durante muitos anos na Câmara Municipal situações várias que estão em sede de participações no Ministério Público porque havia alguma forma de lidar com os processos de licenciamento que não seria a mais correta, mas é óbvio que as pessoas têm todo o contraditório que poderão fazer mas de facto existem muitos processos foi um Departamento que nunca funcionou de forma saudável e de forma criteriosa e justa e, por isso, a opção de contratar um Arquiteto. Outra situação que nos levou, também, a contratar a Comunicação foi que tivemos que encontrar tínhamos algumas pessoas licenciadas em Turismo que tivemos que colocar no Turismo e, portanto, aquilo que aconteceu foi que a Comunicação estaria no GACIP e deixou de estar no GACIP. Estou-vos a dizer que também eliminamos despesas de contratação, nomeadamente, de cinco colaboradores numa empresa de contrato temporário e também não renovamos o contrato que havia com o Diretor do Aeródromo uma vez que tínhamos recursos internos para poder suprimir essas funções e, por isso, a nível de Recursos Humanos julgo que já falei aquilo que tinha a falar ou poderei esclarecer de outra forma se quiserem.

Relativamente a gestão à vista, por não saber ou não querer esta questão até se não fosse grave até tinha uma certa piada, porque nunca a Câmara Municipal teve um planeamento estratégico, nunca teve uma Divisão de Planeamento Estratégico, nem Diplomacia Económica. O Planeamento Estratégico é fundamental para termos ferramentas de Planear com tempo e planear com todas as motivações que nós temos. É óbvio que temos os nossos compromissos com os Mirandelenses e estamos a implementá-los e vamos continuar a implementar.

Hipocrisia política, não sei ao que é que se refere. A política tem que ser exercida de uma forma livre, honesta e rigorosa e eu cumprirei sempre aquilo com que me comprometi com os Mirandelenses e é por isso que me esforço todos os dias para que essa situação seja uma realidade.

Pessoalmente não sei do que fala quando fala em hipocrisia política, portanto, não consigo explicar aquilo que pretende.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, Paulo Pinto ainda quer exercer o seu direito de resposta?

A Mesa dá-lhe três minutos para o efeito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Eu agradeço. Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores Deputados, Senhora Presidente de Câmara.

Ó Senhora Presidente de Câmara, omitiu ou não omitiu a medida oito do relatório? Depois aproveitou para fazer propaganda política.

Ponto número um, nós sabemos todos que a Senhora gastou esse dinheiro, podíamos não saber e ficava ocultozinho, e tudo escondido. Não, é que esta Assembleia sabe. Diga politicamente, nós estamos aqui a falar politicamente. Tomei esta opção política de omitir esta verba. Ninguém tem que saber na Assembleia da República nem na DGAL. E depois Senhora Presidente falou na reorganização dos Serviços. Sabe quanto é que vai custar? O Dr. Rui Magalhães é especialista nisto, porque verdadeiramente estuda os assuntos e estuda-os rápido. A Senhora Presidente vai gastar mais 5.000,00€ na reestruturação que fez dos Serviços da Câmara Municipal de Mirandela, mais cinquenta mil euros. O Gabinete de apoio à Presidência, porque as contas são fáceis, no anterior Executivo alguns dos funcionários foram requisitados para o Gabinete de Apoio à Presidência e a Senhora Presidente foi contratar gente fora, quadros de fora, são fáceis, mais 50.000,00€. Ó Senhora Presidente, o ROC que foram contratados ao abrigo da medida nove que iria haver a agregação de vários ROC's, foi a Associação de Municípios ou a CIM-Terras de Trás-os-Montes que congregou vários ROC's de várias Câmaras Municipais e conseguiu 38.000,00€ anuais.

Senhora Presidente, passou o ROC de 38.000,00€ para 70.000,00€.

Gabinete de Comunicação e Imagem nem vale a pena referir os custos que contraiu com esse Gabinete e por outra coisa. Eu estou a ir mais além do relatório do Plano de Saneamento Financeiro porque Senhora Presidente, foi a Senhora Presidente que foi mais além. Para não responder inventou mais argumentação. Ó Senhora Presidente sabe quais são os nossos pontos de referência? Dizer que o Plano de Saneamento Financeiro é que condiciona no desenvolvimento que quer para Mirandela? É verdade. Se tivéssemos menos dívida seria muito melhor, havia outra folga orçamental. Mas muita da dívida que aí está foram de investimentos que estão ao serviço da população. Pois estão.

Senhora Presidente e outra coisa, sabe quais são, a Presidente este ano, honra lhe seja feita na primeira Assembleia disse aqui muito calmamente em frente a esta plateia, a esta Assembleia, que era um orçamento de continuidade. Nós felicitamos pela franqueza das suas palavras, porque é de facto um orçamento de continuidade. Sabe que o orçamento da Câmara Municipal de Mirandela são 38.000.000,00€. O Deputado António Figueiredo disse-lhe inclusive que era um orçamento maior que o da Câmara de Bragança, pela primeira vez.

Ó Senhora Presidente, a DGAL, o Tribunal de Contas e o Plano de Saneamento Financeiro reconhecem para efeito de dívida 18.000.000,00€.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado tem que concluir.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Sabe quanto é que é o seu orçamento, neste momento, de obras que António Branco lhe deixou para executar? 16.000.000,00€. Esta empresa não está falida de maneira nenhuma e foram obras que contratualizou no último ano de mandato.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Pedimos que no último ano de mandato conceba uma coisa parecida. Eu estarei cá para a elogiar.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado Humberto Cordeiro, quer falar?

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Senhor Presidente. Senhora Presidente. Eu sei o que lá está, quando me referia a enorme hipocrisia política resulta exatamente daquilo que a Senhora Presidente acabou de explanar. Eu afirmei apenas que, devia constar os valores gastos com a contratação de um Arquiteto, de um Jurista e de outro funcionário, portanto, esse valor, só o plano de auditoria, o relatório da auditoria envolveu 44.000,00€ no primeiro e semestre, quando só tem 40.000,00€ para todo o ano. Eu queria só que me dissesse, quanto é que gastou, a medida já não ficava nas em curso, ficava nas medidas não cumpridas, percebe? É só por isso. A Senhora Presidente de facto fez aí uma explanação da medida de A a B, mas com toda a franqueza, não foi isso que eu perguntei e não é isso que eu pretendi com a minha intervenção. Queria apenas que constassem todas as despesas e como se trabalharam, digamos assim, dentro de cada medida, o jogo, digamos assim, da própria medida.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, pergunto agora à Senhora Presidente de Câmara se quer responder sobre este assunto.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim, sim. Questionaram tanto a questão da Comunicação. Aquilo que vos posso dizer é que em relação à Comunicação a Câmara Municipal tinha um contrato com uma firma de Bragança que tinha uma pessoa a trabalhar na Câmara Municipal de Mirandela, à qual pagava por requisição 5.000,00 € por mês e, portanto, não sei que confusão vos está a fazer o Gabinete de Comunicação no sentido de estarmos com estas situações.

Relativamente a outra questão e antes de passar a palavra ao Vereador José Cunha é de referir que em termos de endividamento do Município, nós tivemos uma redução da dívida de 13,35% só no primeiro semestre, portanto, quase 2.000.000,00€ de dívida, isso vocês também podiam referir como aspeto positivo, facto que nunca salientaram em nenhuma das intervenções, o que também estranho porque também só levantam os problemas e não veem o lado positivo desta redução da dívida.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Muito boa noite a todos.

Sobre o Plano de Saneamento Financeiro, eu sei o que é que a DGAL pretende ouvir e ler neste relatório, porque tive reuniões com a DGAL e provavelmente se calhar vocês não receberam a última página do relatório, digo eu, porque sabem qual foi o objetivo do Plano de Saneamento. Foi o endividamento desta Câmara e o objetivo que eles têm é a descida da dívida e nos primeiros seis meses 2.500.000,00€ que baixou a dívida. Isso é o que interessa para a DGAL, é o abaixamento da dívida, foi esse o motivo que nos levou ao Plano de Saneamento Financeiro e aí, estamos a cumprir, se calhar perderam a última folha onde está essa informação.

Passo a citar o que a DGAL nos disse “é a primeira vez em que a dívida está abaixo da receita, nos últimos anos esteve sempre acima da receita”, em que recebemos sempre comunicações do Tribunal de Contas sobre essa situação e sobre o relatório em si posso afirmar que a DGAL o que nos disse é que queriam como eles fazem o acompanhamento e recebem o relatório de seis em seis meses, eles não precisam de ler medidas que não sofreram alterações. Eles querem é saber das medidas em que houve alguma alteração, porque eles para trás já têm informação e os Senhores Deputados também com certeza porque têm acesso aos relatórios.

Agora sobre a tabela que está aqui, tem aqui informação do que está e do que não está a própria DGAL também já assumiu que há medidas que estão neste planeamento que não vão ser cumpridas, nem neste Município, nem noutros, como por exemplo o orçamento de base zero, eles sabem que na altura foi incluído mas que nunca irá ser cumprido, nem por este Município nem por outros. Como outros pontos que na altura foi negociado, como há uma dívida eles questionaram, o que é que os Senhores vão fazer para baixar a dívida do Município? Isso é o que nos interessa. Se por vezes vão buscar mais na medida dez ou na medida treze ou na medida quatro, não interessa, queremos é baixar a dívida, e eles quiseram mostrar o caminho, se forem poupar aqui e ali. Posso-vos dizer e afirmar que muito provavelmente na reunião de fevereiro ou de abril iremos trazer a esta casa o pedido de saída do saneamento financeiro, porque as medidas que estão a ser tomadas do abaixamento da dívida, a negociação da água que é maior a maior dívida do Município, a medida de reduzirmos na iluminação pública, da transformação na iluminação convencional em *leds*. Eles dizem “se continuarem nesse caminho e negociarem essas medidas, podem no próximo ano pedir a retirada do saneamento financeiro”, que nos irá aliviar muito mais poderemos negociar e trabalhar mais em prol do Município. Eu tenho é pena, só um segundo...

Sobre a questão do relatório do saneamento e das despesas, essas medidas e os contratos, os serviços incluem nas rubricas, não tenho problema nenhum de vos fazer chegar, onde está e em que rubricas estão esses valores incluídos. Não temos nada a esconder, não estamos a esconder valores, quando quiserem fazemos-lhe chegar... Não sei Senhor Deputado o Senhor estava habituado a...

Tenho dito. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Senhora Presidente a pessoa a quem você se referiu, nem uma quinta parte daquilo que disse e posso-lhe dizer que por informação o antigo Presidente disse que “poupar milhares de euros à Câmara Municipal de Mirandela” e a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela se tivesse lá um quadro superior como é esse funcionário posso-lhe garantir que os assessores adjuntos que tem, são para aí onze ou doze que lá estão, não precisava de nenhum, porque ele resolvia-lhe os problemas todos que você tem no seu Gabinete.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Se me permite. Senhora Presidente só para relembrar o seguinte: Senhor Vereador Cunha... Senhor Vereador Cunha... deixem-me falar... Senhor Vereador Cunha...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado Paulo Pinto, continue por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Vereador Cunha. Há uma declaração nesta Assembleia, no anterior mandato, proferida por António Branco, tendo em conta os valores na altura a Câmara estava fora do plano de saneamento financeiro, isto é, os montantes de endividamento da Câmara Municipal, à data não obrigava a ter um plano de saneamento financeiro, Outra coisa é aquele que vem da frente para trás, que vai obrigar a muito mais.

Portanto Senhor Deputado, calma... Admito que sim, a esta hora como é que há de perceber uma coisas destas?

É para dizer o quê? Que o montante em dívida e o contexto da Câmara Municipal, naquela data, noutras circunstâncias a Câmara Municipal de Mirandela não precisava de saneamento financeiro. Outra coisa é estar envolvido nele que a vai arrastar durante 20 anos...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado Jorge Humberto, agradeço que então intervenha.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Ó Senhor Presidente dá-me licença. Eu realmente devo estar a viver noutra País e noutra Concelho. Noutra concelho provavelmente. O que eu tenho que analisar aqui, meus Senhores, é aquilo que existe realmente. E o que é que existe realmente, neste concelho e mais concretamente naquilo que foi a governação do PSD? Foi o endividamento, para além daquilo que era expectável e obrigou a que a Câmara Municipal fizesse empréstimos no valor de 7.500.000,00€. Dos quais, ou 7.600.000,00€, dos quais, Senhores Deputados, estamos a pagar 800.000,00€ por ano, 800.000,00€ por ano. E vocês pondo a mão na consciência, dizem assim: onde é que se gastou tanto dinheiro? Que fez com que a Câmara entrasse em saneamento financeiro. Qual foi a obra que vocês produziram? Aquilo a que obrigaram os Mirandenses e estão a obrigar os Mirandenses a pagar, porque são 800.000,00€ por ano.

Senhor Deputado, não vale a pena tapar o sol com a peneira. E aquilo que diz o relatório, não só da Deloitte mas também do Oficial de Contas e se vocês o leram não se pode escamotear a realidade com artifícios e com formas políticas delatórias daquilo que é a realidade, meus Senhores.

Temos que assumir a responsabilidade, custe a quem custar e, portanto, ficava-vos bem assumirem aquilo que vos é inteiramente imposto pela vossa governação. Portanto, não vale a pena andarmos aqui com histórias.

Agora em relação aqui ao senhor Deputado quem tem janelas de vidro leva com as pedras e elas partem-se.

Pronto era só isso que tinha para dizer, mais nada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Meus Senhores, eu acho que já percebemos todos quais são as divergências entre o Executivo e a Assembleia, ou pelo menos uma bancada. Acho que é suficiente, não vale a pena alongar mais esta conversa.

Para terminar eu vou só dar a palavra à Senhora Presidente e agradeço, então, que seja rápida para seguirmos para o ponto seguinte por favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Duas breves questões. Dizer porque é que então António Branco e o Executivo na altura, não saiu do plano de saneamento financeiro, é bom que se questione essa situação, e sinceramente, não sei o ordenado da pessoa em causa, nem fiz referências à pessoa em causa e não era de forma nenhuma para indignar ninguém.

Relativamente às nossas questões, o que é certo é que houve a diminuição do IMI e do IRS aos Mirandelenses, o que é certo é que temos feito um trabalho consistente, sustentável e é isso que está a atrapalhar a bancada do PSD, principalmente alguns Membros. Eu sei que é difícil fazer oposição, eu sei que é difícil fazer oposição depois de anos e anos de má gestão financeira e sei que é difícil justificar e atacar quem está agora a liderar o Município nestas circunstâncias. Eu sei que é difícil, eu sei que não é fácil para vocês estarem neste papel e fazerem este papel, porque não estão a ver a realidade da situação. A realidade da situação é que temos um Município endividado, estamos a fazer enorme esforço para diminuir a dívida, para que seja possível...

Eu peço desculpa mas eu é que estou a falar...

O que é possível fazer num ano de mandato, está a ser feito e, portanto, vocês até podem desvalorizar o nosso trabalho, podem crer minorar aquilo que são as nossas ações e podem até querer desgastar, com ataques verbais e agressividade verbal. Mas sinceramente o nosso caminho está traçado, nós temos objetivos muito claros e é isso que vamos fazer. E temos uma forte aposta nas Juntas de Freguesia, forte aposta nas Juntas de Freguesia que vocês nunca conseguiram fazer acordos de execução nem descentralização de competências, nunca atribuíram uma verba às Juntas de Freguesia para que as Juntas de Freguesia fossem capazes de executar aquela situação. E agora falam nisso como se tivessem propriedade para o dizer. Anos e anos, nunca fizeram essa descentralização e agora vamos fazê-lo sim Senhora, ainda não fizemos este ano porque houve um orçamento de continuidade... Eu peço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que, por favor, eu não consigo falar com sempre alguém aqui a fazer comentários, de facto...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:** Como você faz... Como você faz...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** De facto é impossível...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De facto, ó Senhor Vereador...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Acho que deve haver calma e...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu tenho estado a deixar passar a ver se o Senhor Vereador tem o bom senso de não intervir e interromper..., eu ainda vou admitindo que de parte dos membros da Assembleia surjam por vezes alguns comentários que também não são devidos, mas enfim, os membros da Assembleia são uma parte do todo, agora por parte de um Vereador que está na mesa central permanentemente a fazer comentários para o lado, não lhe fica nada bem.

Senhor Vereador, vou-lhe dizer mais, o senhor inclusivamente tem estado a dar instruções para a bancada que também não deve.

Eu não oiço, claro que oiço mal, está farto de saber, mas basta olhar para a sua expressão.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Qual é o problema disso?
Não é nenhum.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Senhor acha que não tem problema...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não tem problema nenhum... nada!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Para si não há problema porque não há regras...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Qual regras?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mas deixe-me dizer-lhe...

- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Você não sabe impor regras nenhuma...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Deixe-me dizer-lhe uma coisa e pela segunda vez. Aqui há regras!
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Não há regras nenhuma, você não sabe colocar regras...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Olhe, eu vou dizer-lhe uma coisa, Senhor Deputado Figueiredo.
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Não venha cá com histórias...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu também sou transmontano...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Eu também sou...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: “Ponha-se a pau”...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Dá-me um tiro?
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: “Ponha-se a pau”... Pronto.
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Dá-me um tiro é?
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: É só um aviso que lhe estou a fazer...
Faça favor de continuar Senhora Presidente.
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Dá-me um tiro.
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Não, não dou tiros. Isto não é uma ameaça física...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Ah! Pensei que era!
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Olhe, tenho aqui na minha mão algo, não é físico...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Eu já mandei... eu já mandei...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Está bem, está bem...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Eu já mandei... eu já mandei para lá...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Então cale-se... cale-se...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Não me manda calar...
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Senhora Presidente faça favor de continuar.
Senhor Vereador Rui Magalhães, faça favor de se calar!
Senhora Presidente continue.
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Senhor Deputado, não é assim.
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Faz favor de se calar...
- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Senhor Deputado!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, sim...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ah, está bem! Então dobre a língua!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Esta indisciplina... parece impossível por parte de pessoas bem formadas... e eu não consigo entender. Porque por um lado pretendem passar por Senhores desta terra e a seguir têm este tipo de comportamento..., na prática não conseguem mostrar... Eu vejo aqui na bancada da oposição, na bancada dos outros partidos, que há de facto... calma...

Que há de facto a discussão acesa, que há críticas, mas por parte de dois ou três elementos existe permanentemente..., eu vou chamar pelo nome, um é o Deputado Figueiredo e daquele lado o Senhor Vereador Rui Magalhães, que conseguem destabilizar esta Assembleia e depois riem-se como crianças, como se isto fosse uma palhaçada e eu digo: o que é que estão aqui a fazer?

Não estão aqui a fazer nada! Vocês se tivessem um bocado de hombridade agarravam na “trouxa” e iam para casa! Mas não têm! Falta-lhes isso!

Senhora Presidente faça favor de continuar!

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Posso? Eu peço desculpa, eu sei o adiantado da hora, também permite estas situações, lamento profundamente que se chegue a este vocabulário, mas de facto é impossível eu estar a falar... estar constantemente a ser interrompida. Nas reuniões de Câmara acontece normalmente assim, mas aqui incomoda porque estamos num raciocínio e estamos constantemente a ser interrompidos, portanto, julgo que o ponto está explicado e passaremos à frente.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu acho que vamos passar à frente não vale a pena, o resultado... Deputado António Martins eu peço paciência, não vamos continuar a discussão. O resultado de quem tem razão vai acontecer no fim do ano. No fim do ano aparece a prova dos nove e estaremos aqui com certeza para ver as razões de cada um que eu não sei quem tem. Não interessa, mas estarmos de facto com conjecturas não nos leva a lado nenhum, assim sendo, passamos ao ponto seguinte por favor.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do X Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos ao ponto 4.4 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2018.

4.4 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2018.

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pergunto aos Senhores Deputados quem pretende intervir neste ponto 4.4?

Para além do Senhor Deputado Figueiredo há mais alguém que queira intervir neste ponto?

Não?

Muito bem Senhor Deputado pode usar da palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhora Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Público em geral, meus Senhores e Minhas Senhoras.

Em relação à da Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2018, eu estive a ler isto. Isto é um documento exatamente à PKF, simplesmente com outros itens. Ter aqui a PKF ou ter aqui o Peixinho é a mesma coisa, simplesmente porquê? Porque o Peixinho eu vou já ler, o Peixinho é do PS é um *job for boys and girls*, ele não é *girls*, mas é quase... E o Senhor Luís Ortega, por acaso que é meu colega também é um *job for boys* e está também discutido e o Senhor Doutor José Aguilár também é um *job for boys*, portanto, para mim isto é compreensível, portanto, é por isso que me tratam mal por eu dizer a verdade e a Senhora Presidente da Câmara disse aqui muitas vezes que tinha uma grande equipa técnica na Câmara Municipal de Mirandela que eram uns grandes técnicos, que eram insubstituíveis e que é que ela fez? Pôs os Doutores e os Arquitetos e os Engenheiros num saco de gatos para atirar ao rio Tua, desiludiu-me, o seu DNA não é esse, nem nunca lhe ensinaram isso, tenho a certeza absoluta.

Tenho aqui uma proposta para entregar à Senhora Secretária e também tenho aqui filhos do fã, Mirandela não está cá, está cá é Alfândega da Fé e Freixo de Espada à Cinta.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Não havendo mais inscrições pergunto à Senhora Presidente de Câmara se quer intervir também neste ponto. Faça favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito rapidamente, explicar que este relatório aponta uma série de medidas que temos que implementar, não é o relatório que nós queríamos obter, de facto, o gabinete do ROC dá-nos um acompanhamento muito mais presencial, tem feito um trabalho de presença diária e, portanto, tem-nos ajudado a fazer algum controle interno e a ver também os registos que são feitos. De facto, a gestão de um Município obriga-nos a responsabilidades e essa responsabilidade não pode ser medida pela forma como vocês querem e tentam medir a situação, mas quer o ROC, quer os Juristas quer o Arquitecto têm feito um trabalho de excelência junto dos nossos Técnicos. O que é certo, é que durante muito tempo muitos dos regulamentos de todas as situações não passavam pelo departamento Jurídico e, portanto, tudo aquilo que era processo grande parte estava adjudicado a entidades externas. Neste momento temos uma equipa de Juristas principalmente com o Advogado João Sequeira e também o Doutor Aguilar e as Juristas Esmeralda e Saudade do Rosário que fazem parte de uma equipa e aquilo que vos posso dizer é que se sentem muito mais confortáveis com muitas decisões até porque têm este acompanhamento.

Relativamente à questão do urbanismo já aqui falamos nessa vertente, estamos finalmente a pôr os processos em dia, e em ordem e, portanto, é por isso que eu percebo o vosso incómodo, percebo a forma como vocês falam e a vossa agressividade, mas não têm razões para estarem assim, acho que, se a vida do Município correr bem, a vida dos Mirandelenses melhora e a própria oposição também está a fazer o seu trabalho, porque quanto melhor é a oposição melhor é a forma de lidar com o poder.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Eu quero saber quanto é que ganha o Arquitecto, quero saber quanto é que ganha o Doutor José Aguilar e quero saber quanto é que ganha, nem sabia que existia, lá o “coiso” da imagem e quero saber quanto é que ganha o Doutor Peixinho.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Os contratos estão disponíveis na plataforma.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não quero saber na plataforma, tem que me dizer aqui!

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Os contratos estão disponíveis na plataforma.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora Presidente da Câmara...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Podemos enviar-lhe os contratos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Que diga aqui a toda a gente!

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:** O do Arquitecto e o do Jurista não estão na plataforma.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Isso foi a reunião de Câmara.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Isso é tudo treta.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Têm de se articular melhor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora Presidente, estávamos a falar do ROC, este ROC deixou mais um manual de procedimentos. Tem o manual de procedimentos da Deloitte e mais o manual de procedimentos do ROC. Fez uma acareação entre os dois? Sob pena de os dois dizerem o mesmo. Não acha que há manuais de procedimentos a mais e tão caros?

Estamos a falar de um documento que vocês tiveram também acesso e está lá transcrito mais um manual de procedimentos. Senhora Presidente, eu confesso, vai trabalhar mesmo muito bem, muito a sério. Não é por falta de manuais de procedimentos. É só.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pretende responder?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Só fazer uma referência aqui aos manuais de procedimentos. De facto, quer os manuais de procedimentos, quer os procedimentos de controlo interno são fundamentais. Nas questões contabilísticas nós podemos estar muito bem, podemos monitorizar muito melhor os custos e é isso que vamos fazer.

E a monitorização dos custos e das despesas internas são fundamentais para alcançarmos e implementarmos medidas de controlo que não existem até hoje. Se quiserem saber qual é o custo por viatura, os custos de despesas de gasóleo, não existem essas regras de controlo interno e para nós termos essa gestão e só se consegue gerir tendo um ponto de situação e conseguirmos monitorizar as despesas.

Reparem só o facto de não termos ao longo dos últimos anos, cobrado água, cobrarmos as concessões, receitas que eram do Município obriga-nos a ter que aumentar impostos para termos as mesmas receitas, isto é tão fácil de entender que qualquer pessoa entende, portanto não vale a pena tentarem escamotear uma verdade com as questões de ROC e de manuais de procedimentos. Não vale a pena. Aquilo que vocês têm de fazer, de facto, é ter propostas é ter uma oposição construtiva, de forma a que possam contribuir para o desenvolvimento do Concelho e fazer uma oposição construtiva, é a obrigação de todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**Muito obrigada. Fechamos, então, este ponto.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2018.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos ao ponto seguinte 4.5 - Proposta de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela.

4.5 - Proposta de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela;**
- 2 – Submeter este documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e nas alíneas k), ee) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pergunto relativamente a este ponto se há inscrições? Mais alguém se quer inscrever? Muito bem, pode usar da palavra Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, Membros da Assembleia, Público presente.

Não vou tomar muito tempo na discussão deste ponto simplesmente para dizer que no artigo 2.º Candidaturas e Recandidaturas, discordo por completo que seja aplicada uma taxa de 10,00€, simplesmente para se candidatarem a estarem numa Residência de Estudantes. Se a Residência de Estudantes é habitualmente destinada a alunos deslocados, ou que tenham carências financeiras, solicitar o pagamento de uma taxa de candidatura ou recandidatura, parece-me abusivo. Que seja solicitado o pagamento de uma taxa administrativa no momento da formalização da inscrição parece-me mais razoável. Já agora, gostava de saber também, qual é o valor da mensalidade, se o valor já foi definido e qual a base de cálculo para o mesmo. E se queremos, então falar de propostas construtivas eu lanço-lhe já então aqui uma proposta construtiva.

Quando falamos neste Regulamento, chocou-me, não me chocou, mas é o habitual, que não estejam incluídos os alunos do Ensino Superior de Mirandela. Há uma falta de habitação, há um aumento generalizado dos preços, há estudantes carenciados e bolseiros que não têm casa a preços acessíveis e o crescimento que a EsACT teve este ano, leva à necessidade de mais camas. Assim, segundo o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, estima-se que 58% dos alunos do Ensino Superior no distrito de Bragança sejam alunos deslocados e a disponibilidade de camas seja apenas de 10%. Estes números confirmam a necessidade de uma Residência de Estudantes para o Ensino Superior. Pelo que, e tendo em conta este Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, penso que deve a Câmara Municipal, juntamente com o Politécnico de Bragança inteirar-se deste Plano e conjugar esforços para a criação de uma Residência de Estudantes em Mirandela. Mais, ainda, as Universidades, Politécnicos e Autarquias podem recorrer a um Fundo de Reabilitação para recuperar edifícios e destiná-los a Residências de Estudantes. Temos uma ARU constituída, temos edifícios certamente que têm mais de 30 anos de construção pelo que se enquadram totalmente neste Fundo de Reabilitação destinado a Residências de Estudantes. Mais, ainda, também pode divulgar junto das entidades privadas o Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado que serve exatamente, para a requalificação de imóveis para que se destinam a arrendamento a preços acessíveis e, por isso, fazer aqui face a esta necessidade de camas que existe no concelho de Mirandela e no distrito de Bragança. A construção da Escola foi a primeira pedra para a afirmação de Mirandela como cidade estudantil. Agora temos que alicerçar a casa, sob pena de a falta de visão ou definição culmine com o arruinar a casa do conhecimento, da investigação e do desenvolvimento que queremos para o nosso concelho. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado Nuno Magalhães. Passo a palavra à Senhora Presidente de Câmara para intervir.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Agradeço as questões que colocou.

Relativamente à questão da proposta das questões relacionadas com este Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela, de facto, este documento esteve em discussão pública e não obtivemos qualquer contributo de nenhum Município no âmbito deste Regulamento. Este Regulamento foi feito pelos Serviços de Educação com a colaboração das pessoas responsáveis da Residência de Estudantes de Mirandela e tem somente pequenos ajustes nomeadamente na questão dos atalhados que eram um problema da Residência.

Relativamente ao valor base da mensalidade, depende naturalmente dos rendimentos base, mas inclui refeições como sabe e portanto é variável dependendo dos rendimentos. Ainda bem que fala nessa questão das Residências porque as Residências para o Ensino Superior não é uma questão de agora, é uma questão que se levanta há alguns anos e não se levanta só em Mirandela, levanta-se em muitas outras cidades, mas de facto, aqui tem havido um crescente aumento de alunos, felizmente, e portanto aquilo que nós pensamos, por um lado a questão do alojamento privado também dinamiza um pouco a economia local, por outro lado as Residências poderiam ser uma forma de alojar estudantes com mais dificuldades económicas, isso sim.

Ainda relativamente à questão das Residências de Estudantes, eu posso dizer e adiantar que estamos a tentar negociar com a DGEST uma dívida de água que o Agrupamento de Escolas tem com o Município que rondará os 150, 160.000,00€ e em troca disso estamos a negociar as obras de requalificação da Residência que tem problemas estruturais, para a qualidade da instalação dos nossos alunos. Temos também intenção de implementar um programa que já existe noutras Câmaras Municipais que é o programa “Aconchego” de forma a que alguns estudantes possam, por um lado fazer companhia aos mais idosos e por outro lado ter alojamento de uma forma complementar com as suas necessidades e, portanto, já estamos a estudar essa forma também por um lado dar residência a um estudante e por outro fazer companhia a pessoas idosas que não possam estar sozinhas.

Relativamente às Residências temos, como sabe, alguns espaços que não estão identificados, ainda, como Residências do Ensino Superior, há um trabalho a fazer também, se calhar através do Conselho Municipal de Juventude, para estes apoios, em relação à Residência da Escola Agrícola onde estava a Escola de Hotelaria, neste momento está a servir o alojamento para os alunos da Escola Profissional de Agricultura que estão, de facto, muito melhor instalados.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Findas as intervenções, finda também a explicação da Senhora Presidente, penso que estamos em condições de votar o 4.5 - Proposta de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela. Estão 49 Deputados Municipais na sala e eu pergunto, votos contra? Abstenções? Votos a favor?

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a Proposta de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela.”

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, desde já, ao ponto 4.6 - Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

4.6 - Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 - Aprove declarar nulo o “Protocolo de Regularização de Propriedade” celebrado em 05 de outubro de 2015;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal;**
- 3 - Dar conhecimento do teor desta deliberação à Associação Comercial e Industrial de Mirandela.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pergunto relativamente a este ponto quem é que se inscreve?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Em relação à nulidade de anulação e revogação que a Câmara pretende fazer com a ACIM eu acho que aqui deve haver por parte da Câmara, haver um ponto muito sensível em termos de legislação.

O que é uma declaração de nulidade? Já que tem muitos Juristas, Direito Administrativo, etc, etc, eu acho eu deviam repensar isso devidamente. Uma declaração de nulidade visa declarar a existência em que um dos casos especiais é a invalidade do artigo 161.º do Código do Processo Administrativo. Também reconhecer a inexistência de produção de efeitos jurídicos do artigo 162.º - 1, invocável a todo o tempo em relação ao artigo 162.º. Pode ser declarada conhecida e administrativa, judicial em relação ao artigo 162.º ponto número 2. A anulação é um ato que reconhece a existência de uma invalidade do outro ato. Não se inclua nos casos especiais da nulidade do artigos número 164.º, 163.º ponto um e 165.º ponto dois, ato pode ser anulado por Órgão Administrativo, ou por Tribunal artigos 169.º ponto três a seis e o artigo 95.

A declaração de nulidade é em casos do artigo número 161.º porque senão, a Câmara tem a pagar retroativos em relação a essa declaração de nulidade e isto aconteceu comigo em relação a um loteamento, eu não estou a falar de cor. A Câmara, um grande técnico da Câmara Municipal, o Presidente fez o despacho, um grande Técnico da Câmara Municipal, fez o indeferimento e um Vereador fez a nulidade. Está em Tribunal e a pessoa pede um 1.500.000,00€ à Câmara. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado.

Passo a chamar o Senhor Deputado Jorge Humberto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Muito obrigado Senhora Secretária.

Senhor Presidente, eu só tenho aqui uma dúvida, que é esta proposta ser submetida a votação. Eu lendo aqui e vou citar a proposta, diz o seguinte “sendo portanto nulas quaisquer deliberações de qualquer órgão que determinem ou autorizem a realização de despesa não permitida por lei por falta de fundamentação, onde se inclui o presente Protocolo, que a prosseguirem os seus efeitos, poderá levar a responsabilidades financeiras de quem o aprovou, ou autorizou os respetivos pagamentos passados e futuros, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto na sua atual redação, bem como na redação à data da deliberação (Lei 29/2015, de 9 de março).” E o que eu pergunto é: se este Protocolo, está logo ferido de Lei no início, não sei o que é que vamos votar? Se vamos votar a anulação que de início está logo anulado e, aqui deixa-me outra questão e agora como é que a Câmara vai ser ressarcida dos valores que já pagou à ACIM? Porque aqui também diz que a responsabilidade desses pagamentos passam a ser de quem autorizou esses pagamentos, portanto, se assim é se revogamos a Lei logo no início ou então se não revogamos a atual Presidente da Câmara, os atuais Vereadores, o anterior Presidente da Câmara, os anteriores Vereadores e a Assembleia Municipal vão ter que pagar a dívida à Câmara Municipal por terem autorizado um contrato que era ilegal. Porque é esta a responsabilidade que está na Lei, está aqui explícito, eu não estou a inventar. Portanto, eu quero perceber em que é que ficamos. Se vamos anular um contrato que ele à partida está ferido de Lei da sua legalidade! E se não está ferido de legalidade, eu quero saber, aqui o que mais me importa saber é que como é que a Câmara Municipal vai ser ressarcida dos valores que já entregou à ACIM por este Protocolo que era ilegal. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado Jorge Humberto. De facto, perante esta questão que é pertinente a própria Mesa, com algumas dúvidas pergunta à Senhora Presidente da Câmara o seguinte: este Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, foi aprovado numa Assembleia, ou não?

Foi aprovado aqui em Assembleia! Pronto, daí justifica-se, naturalmente que também seja aqui revogado, não é? Obrigado, era essa pergunta que me faltava.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Colegas de bancada, Público e Comunicação Social, a todos, muito boa noite.

Dado o adiantado da hora eu vou tentar ser sucinto se é que o assunto dará para isso. Para fazer aqui um pequeno enquadramento porque está aqui a falar de uma proposta da Senhora Presidente de Câmara, e há aqui certamente algumas pessoas na sala que não saberão bem daquilo que estamos aqui a falar. O que aqui se está a falar é de uma proposta de regulamento que foi votada na Assembleia Municipal de 21 de setembro de 2015, que fazia face a um pedido da Associação Comercial e Industrial de Mirandela que sucintamente dizia o seguinte: “encontra-se a Associação Comercial e Industrial de Mirandela numa situação financeira difícil, não conseguindo regularizar as suas dívidas a fornecedores, a maioria respeitantes à realização de sucessivas edições da Reginorde, neste sentido, vem pelo presente solicitar a Vossa Excelência a regularização da propriedade referente ao Pavilhão C da Reginorde, solicitando, também, a regularização da propriedade da sede da ACIM na Praça do Mercado.”. Neste sentido, veio então à referida Assembleia Municipal uma proposta de Protocolo que resumidamente se propunha, “regularizar a propriedade do Pavilhão C da Reginorde e regularizar também a propriedade das instalações que a ACIM utiliza no Mercado Municipal.” Nesse pressuposto, foi então celebrado o dito Protocolo entre a Câmara Municipal como primeiro outorgante e a ACIM como segundo outorgante, um Protocolo que resumidamente dizia o seguinte: “os valores envolvidos eram de 250.000,00€ na totalidade, sendo que, 100.000,00€ depois seriam o valor que a ACIM pagaria à Câmara Municipal pela utilização do espaço no Mercado Municipal, cifrando-se esta diferença entre o deve e haver entre 150.000,00€, montante esse que a Câmara Municipal e está aqui neste Protocolo se comprometeu pagar em 60 prestações no valor de 2.500,00€ mensais à ACIM para regularização de dívidas. Neste pressuposto e na celebração deste contrato que foi aqui votado nesta Assembleia Municipal favoravelmente, celebrou-se efetivamente o contrato, que era uma proposta de Protocolo e foi feito depois a assinatura deste Protocolo.

Vem agora o presente Executivo propor a nulidade, em reunião de 24 de setembro de 2018, votou favoravelmente uma declaração de nulidade do Protocolo celebrado. E vem agora aqui com uma Proposta à Assembleia Municipal para que a Assembleia Municipal considere também que este Protocolo foi nulo. Pois bem, a nulidade para poder ser erguida num ato administrativo ele tem que ter no mínimo cinco pressupostos, ou a usurpação de poder, a incompetência para o ato, o vício da forma, o desvio do poder ou a violação da Lei. Qualquer destes pressupostos pode ser arguido para a nulidade contratual, neste caso do Protocolo. Assim sendo, diz a Senhora Presidente na Proposta que traz aqui à Assembleia Municipal, considerando o parecer jurídico do ano 2018 e passa a elencar por aqui abaixo a Proposta que faz e com a Lei que regulamenta e no que poderão incorrer os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal que votaram então o Protocolo. O certo é, nós não temos conhecimento do parecer jurídico. O parecer jurídico tem uma forma que aborda as questões, aborda a área jurídica, aborda a matéria de facto, propõe diz as consequências que daí podem advir e nós não temos esse documento. Esse documento não está aqui. O parecer jurídico não está aqui, portanto, por muita vontade que nós tenhamos em regularizar a situação da ACIM, que é isto que se passa, foi isto que o anterior Executivo e esta Assembleia votou, foi a regularização de dívidas da ACIM contraídas por força daquilo que eu já aqui disse, e vimos nós agora pedir a nulidade de um ato que aqui foi votado. Mas

eu não sei qual é o vício de forma que o ato enforma? Então estamos a votar uma nulidade do quê? Agora é certo e é suposto que pode, eventualmente, haver aqui razão para a denúncia do Protocolo, mas isso é outra questão. Porque o Protocolo diz aqui numa alínea, quais são as sanções do incumprimento, e diz que nomeadamente a ACIM teria que apresentar ao Executivo trimestralmente o relatório com a explicação dos resultados alcançados, respetivos documentos, etc... Facultar todos os elementos contabilísticos e não sei quanto, ao que temos conhecimento, estes documentos não têm sido facultados ao Executivo, ora se não têm sido facultados ao Executivo há aqui matéria para se denunciar o contrato, e para que se celebre um novo Protocolo, contrato, entenda-se Protocolo, e aí sim, que possa verter o que o Executivo pretende de facto, e que a ACIM também pretende que esta situação da ACIM fique de uma vez por todas regularizada. Mas denúncia de contrato é uma coisa diferente de pedido de nulidade do contrato. E a nulidade do contrato é uma coisa que no entender do Grupo Parlamentar do PSD e porque também fomos nós que o aprovamos aqui e não há assim tanto tempo, o Grupo Parlamentar do PSD não estará disponível para votar, ou seja, irá votá-lo contra, mas a nossa proposta vai no sentido de que a Senhora Presidente de Câmara retire este ponto, se possa fazer um passo atrás para dar dois à frente e que seja pedida e que seja aqui trazida uma proposta para denúncia do contrato e aí sim com um nova minuta de Protocolo e esta situação possa vir a ser regularizada. Esta é a proposta que eu aqui deixo e aí sim, nós estaremos disponíveis para conforme o Protocolo aqui for apresentado votá-lo favoravelmente ou não. E era essa a proposta que eu deixava aqui, Senhora Presidente.

Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Perante estas questões levantadas, naturalmente que a Mesa, não pode ficar impassível e coloco a seguinte questão, antes de chegarmos à votação. É uma dúvida que se coloca e que é pertinente na medida em que nós vamos tomar uma decisão importante. Estão salvaguardados em termos de pareceres jurídicos a nulidade deste Protocolo? Portanto não há problemas jurídicos pelo facto de a Assembleia, é que temos que ter essa garantia, porque senão podemos estar a tomar um passo que poderemos vir a ser chamados e responsabilizados juridicamente. Era essa a questão que eu gostava que a Senhora Presidente nos informasse.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Obrigada, Senhor Presidente.

É bom que antes de começarmos a explicar o porquê do pedido de nulidade deste Protocolo, dizer que algumas dívidas da ACIM reportam ao ano de 1996, por causa de um sorteio automóvel na Reginorde e, portanto, 2000, 1999, 2007, 2007 a 2011, 2008 a 2010 e salários de funcionários de 2015 e 2016, isto totalizava um valor total da dívida 289.569,65€, portanto, estamos a falar de anos muitos deles já de 20 anos. Isto são as dívidas a fornecedores da ACIM e também a colaboradores da ACIM. Esta situação é preocupante e, por isso, o Município cumpriu o plano de pagamentos.

Porém, tendo surgido dúvidas acerca da legalidade dos compromissos assumidos e concretamente os pagamentos futuros, entendeu-se solicitar uma análise da situação e da sua legalidade ou ilegalidade.

Vejamos, pois, da legalidade do Protocolo celebrado, segundo o princípio da legalidade, as entidades públicas e seus órgãos, apenas têm competência para praticar atos que a Lei expressamente lhes cometa, ou seja, os órgãos e agentes da Administração Pública, só podem agir com fundamento na Lei e dentro dos limites impostos pela Lei. Como corolário deste princípio, a Lei número 73/2013 que estabelece o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também na versão em vigor à data da deliberação tomada e do Protocolo assinado pela Lei 132/2015 de 4 de setembro, no seu artigo 4.º, número 2, determina que são nulas as deliberações de qualquer Órgão das Autarquias locais, que envolvam o exercício de poderes tributários. Determinem o lançamento de taxas não previstas na Lei ou que terminem ou autorizem, a realização de despesas não permitidas por Lei. Note-se que tratando-se de uma transferência de verbas que tem que ser qualificada, dados os seus termos, como subsídio destinado ao saneamento financeiro da ACIM, os fins deste Protocolo teriam de integrar-se nos poderes de celebração deste tipo de atos ou contratos por parte do Município ou dos seus órgãos. É dentro destes limites que se deverá analisar a legalidade ou ilegalidade do Protocolo celebrado.

Vejamos no termo do disposto no artigo 33.º da Lei 75/2013, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na versão em vigor à data dos atos administrativos em análise, Lei 25/2015 de 30 de março a Câmara tem competência para: deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a execução de obras, ou realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Esta disposição permite/autoriza a deliberação de formas de apoio destinadas a entidades, embora tal apoio se destine normalmente a execução de obras ou realização de eventos de interesse para o Município, pois apesar da Lei referir, tem sido interpretada no sentido do que o apoio concedido ser concretizado nos seus fundamentos e justificado através de um Contrato-Programa, Protocolo ou outro elemento contratual que concretize e justifique o apoio concedido.

Qualquer decisão tomada, pois tem que se integrar nestas atribuições sob pena de nulidade. Ora, em lugar algum a Lei permite que seja deliberada a concessão de subsídios pura e simplesmente a entidades públicas ou privadas, muito menos como parece ter sucedido um mero apoio financeiro destinado a suprir dificuldades económicas à entidade a apoiar. Sucede, pois, que na verdade analisando a decisão tomada designadamente os trabalhos preparatórios da mesma e até o Protocolo celebrado constata-se de forma evidente que o que foi decidido, foi atribuir um subsídio à ACIM para fazer face às respetivas dificuldades financeiras e lhe permitir pagar as dívidas que tinha acumulado perante os fornecedores. Por muito justificável que seja sob o ponto de vista dos interesses locais, tal apoio possa ser justificado, o que é certo é que, o mesmo é ilegal e ilegalidade origina nulidade. Aliás nem sequer a forma encontrada para efetuar o referido apoio financeiro que pretendia justificar as transferências com o pagamento de indemnizações poderá suprir tal ilegalidade, já que seria manifesto neste caso, desvio de poder que inquina igualmente a decisão proferida já que pretendendo decidir um subsídio, tal decisão aparece mascarada de uma atribuição de indemnização ou transferência de património. Aliás, da análise da situação que originou a decisão e a forma como o subsídio tem vindo a ser pago, manifesta-se que tais transferências se destinam a suportar o pagamento das prestações bancárias, resultantes do empréstimo bancário contraído por aquela Entidade junto de uma instituição bancária.

A decisão tomada e o pagamento das prestações futuras são ilegais e podem mesmo originar responsabilidade financeira a quem decidiu autorizar os respetivos pagamentos futuros, decisão que me leva a propor desde já a suspensão da execução do referido Protocolo. Quanto a reposições por pagamentos indevidos e o artigo 65.º quanto a eventuais responsabilidades

financeiras. Apesar de parecer evidente a inexistência de dolo, dada a simplicidade de transferência das decisões tomadas, tal não afasta a responsabilidade que não existe dolo mas mera culpa.

Ainda há outra informação que queria partilhar convosco, que é a do facto de se referir um pavilhão C. O pavilhão C que não se encontra o título de registo de propriedade, nem sequer foi feita a avaliação do pavilhão para ser considerado um valor pago à Entidade. Por isso há aqui situações que enfermam de ilegalidade e por isso, dado que foi aprovado em reunião de Câmara e em reunião de Assembleia Municipal, nós apresentamos a Proposta à reunião de Câmara, vem agora à Assembleia Municipal para que vocês possam decidir a nulidade.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sendo assim temos a garantia de que não fere a legalidade, de qualquer maneira o Deputado Rui Sá quer dizer mais qualquer coisa.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Peço desculpa, mas ainda falta o Senhor Deputado António Martins que estava inscrito e ainda nem sequer fez a sua intervenção. Se o Senhor Deputado não se importar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Ó Senhora Presidente, eu não duvido daquilo que a Senhora acabou de nos ler do parecer do jurídico Doutor Aguilar e parece-me bem redigido para a matéria, parece-me bem redigido, não me parece ajustado à matéria de facto porquanto não se trata de um subsídio, trata-se de uma regularização do património, ainda que, o património possa não estar registado, eu também posso ser herdeiro das coisas do meu pai que não estejam registadas no nome dele. Se estiverem no do meu avô ao princípio do trato sucessivo e passo por cima do meu pai e o património vem à minha posse. Aqui nesta situação, ainda que o património possa não estar registado a favor da Câmara Municipal ele não deixa de ser da Câmara Municipal, o que está aqui em causa é a concessão de um subsídio em função da troca ou da regularização de património. Não é atribuição de um subsídio para regularização de uma dívida e depois também infere de outro mal este parecer, porque se as prestações vincendas elas não são devidas e então as vencidas? Não há direito de regresso? Então o que foi pago para trás? Se o Protocolo é nulo ele é nulo desde o início, desde quando foi celebrado. Então assiste-lhe à Câmara o direito de regresso. Então vai exigir este dinheiro a quem? A nós, à Assembleia Municipal ou ao anterior Executivo?

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** É o que diz a Lei Senhor Deputado... É o que diz a Lei Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Pronto! Então a ti ou provavelmente a quem te substituiu na composição da anterior Assembleia terá também o seu quinhão nesta dívida. Eu não me parece Senhor Presidente, não me parece que isto seja razoável, a minha proposta é bem-intencionada, não estou aqui para tirar disto qualquer proveito político, estou aqui porque me parece que isto está num imbróglie jurídico. E nós sabemos muito bem que os pareceres quando são pagos “as Leis vão para onde querem os reis”, nós sabemos que é assim.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Claro Senhor Deputado Rui Sá, só que nós Deputados Municipais não estamos aqui para fazer propostas, estamos aqui para apreciar e votar as propostas do Executivo, essa é a nossa função. Eu compreendo a sua questão sobre a nulidade, etc, etc, mas também não vejo mal nenhum em nós neste momento fazermos a votação para terminar com o Protocolo dado que juridicamente não há nada que oponha a isso. Agora se ele é aprovado ou não será uma decisão da Assembleia.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dá-me licença?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dá-me licença?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não será melhor é só mais uma inscrição e depois a Senhora Presidente fala?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim, sim!

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Boa noite mais uma vez, não vou cumprimentar ninguém porque já cumprimentei sucessivamente. Caros amigos, na sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 25 de setembro de 2015, foi aprovado o designado Protocolo de regularização de propriedade entre a CMM e a ACIM. Nessa sessão, tomei posição sobre o assunto e votei contra a aprovação do referido Protocolo. Está em ata a minha intervenção sobre esse assunto, portanto não vou ter problemas em ter que devolver o dinheiro, com toda a certeza. Votei contra na altura e voto hoje favoravelmente a declaração de nulidade. Não que esteja contra os Protocolos, mas sim contra o princípio que estava subjacente à elaboração do mesmo. Mas isso não me deixa reservas, em tecer hoje alguns comentários à proposta que aqui nos chega. O Executivo fala em três aspetos na sua fundamentação: Um parecer jurídico; A atribuição de um subsídio; E uma proposta de alteração solicitada pela ACIM. Todos eles sem qualquer teor e sem qualquer acompanhamento processual. Senão vejamos. Refere o Executivo na sua introdução um parecer jurídico do ano 2018, e eu pergunto: Qual parecer jurídico? Onde está? Não devia acompanhar os documentos? Será que quem elaborou este parecer era a mesma pessoa, que em 2015, elaborou outro e onde se dizia que era possível fazer o

Protocolo de cedência? É que eu esse também não o li. E desde quando um parecer jurídico, tem força de “lei”, para dizer que está ferido de ilegalidade?

Estranho isso, pois até o dito Relatório de Procedimentos Acordados na sua página 19, não tece sequer essa consideração. Se na altura existia pouca fundamentação, hoje não estamos melhor nesta matéria. Mas continuemos a analisar algo ainda mais interessante. O dito Relatório de Procedimentos Acordados na sua página 19, refere e cito “Ao abrigo do Protocolo assinado, a ACIM encontra-se atualmente em situação de incumprimento, nomeadamente com a obrigação da entrega dos relatórios trimestrais”. Ora lendo a cláusula quarta do Protocolo que foi assinado entre a CMM e ACIM, que refere “O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e determina a devolução dos pagamentos efetuados”.

Ora Senhora Presidente, se assim é o que estamos a fazer aqui hoje nesta Assembleia Municipal a solicitar uma nulidade? A Senhora tinha autoridade para rescindir imediatamente o Protocolo e não tinha necessidade de vir hoje aqui declarar a sua nulidade. Tinha autoridade para rescindir e solicitar a devolução imediata do dinheiro que já tinha sido pago, mas não o fez. Citando a sua intervenção para a ata do dia 19 de julho de 2018, portanto na Reunião de Câmara, “Julgo que se existisse uma boa situação da ACIM, poderíamos recorrer à extinção da Mircom, uma vez que esta Associação só existe dada a falência da ACIM, que ainda hoje tem dívidas e tudo que lhe é pago, é confiscado devido às penhoras que tem”. Senhora Presidente, o que mais me deixa surpreendido é que mesmo sabendo do incumprimento da ACIM, mesmo sabendo então da dita falência da ACIM, aprovou na reunião de Executivo do dia 19 de julho de 2018 um subsídio no valor de 21.344,58€, o que contradiz aquilo que disse aqui nesta Assembleia. Ou seja, transferiu dinheiro para uma entidade que estava em incumprimento com o Município e nas suas palavras está falida? Se isto tudo, já parece estranho, o que dizer da proposta que a ACIM terá feito para alterar o Protocolo. Onde está essa proposta? Qual o seu teor? Qual a base para se afirmar “... ser necessário clarificar e quantificar corretamente os fundamentos dos valores plasmados no Protocolo”. Não refere o tal Protocolo na clausula cinco e cito “O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário.” Então, tem duas cláusulas ao seu dispor para por fim ao Protocolo ou para o alterar, para que pretende declarar nesta Assembleia a nulidade do Protocolo?

Para terminar Senhor Presidente da Assembleia e Senhora Presidente do Município, coloco uma questão:

Vai solicitar à ACIM a devolução do dinheiro que já pagou, e que ascende a 72.000,00€ (números do Relatório) tendo em conta o incumprimento do Protocolo evidenciado no Relatório de Procedimentos Acordados? Mais uma vez refiro, que voto favoravelmente a declaração de nulidade do referido Protocolo tendo em conta a minha posição em 2015.

Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Agora dou a palavra à Deputada Rita Messias.

Cristina Passas eu peço desculpa Cristina. Isto é o cansaço, sabe? É o cansaço.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** A esta hora já é um bocadinho normal.

Muito boa noite Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Vereadores, Deputados e Público em geral.

Obviamente que, se de facto for a votação, eu não irei estar presente, sou uma das pessoas envolvidas em toda esta situação, nomeadamente enquanto colaboradora que fui até 2016 da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, aliás, de 2008 melhor dizendo, a 2016 fui colaboradora da Associação Comercial e Industrial de Mirandela e neste momento sou colaboradora da MIRCOM. De facto, eu quando olho para toda esta situação, eu tinha dito para mim mesma que não iria intervir. Não iria intervir porque já intervim em 2015, já expliquei e quem quiser ler a ata, já expliquei exatamente aquilo que era o meu parecer na altura de Técnica, mas agora não posso deixar de reiterar novamente uma situação. As dívidas da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, tal como eu as conheço, foram contraídas para bem de toda uma comunidade Mirandelense em prol de eventos que foram realizados para a cidade e para os Mirandelenses. Eu desafio aqui alguém que venha dizer que de facto houve má gestão, isto é, eu pergunto desde quando acabou a Reginorde? Alguém aqui que me sabe dizer? Pois eu digo, 2011. E sabem porquê? Exatamente porque reiteradamente a Feira vinha tendo prejuízo, reiteradamente eram prometidos subsídios à Associação Comercial e Industrial de Mirandela e que nunca foram depois cumpridos financeiramente, há officios. Se a auditoria ou procedimentos, o documento que nos foi entregue agora, se tivesse ido até, já não digo mais, mas se tivesse ido até 2005, vocês iriam ver as dívidas que a Câmara Municipal de Mirandela tem com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela. E aí se calhar não estavam a discutir a entrega novamente do dinheiro que era por si da Associação Comercial e Industrial de Mirandela. Haja bom senso! Eu pergunto aqui meus Senhores e minhas Senhoras quantos de vocês aqui fazem parte de Associações de forma altruísta? Quando vocês daqui já deram o vosso tempo por causas que são comuns? Se calhar poucos ou nenhuns. Quanto mais ver o nome de diretores e empresários pela lama fora. Tenham bom senso! As dívidas que estão a ser solicitadas, foram dívidas que de facto foram contraídas de forma a alavancar eventos, a promover o comércio, a indústria, as empresas. E quanto à MIRCOM, eu volto à MIRCOM, e digo outra vez ao meu colega aqui ao António, António a MIRCOM não existe porque a Associação está falida, a MIRCOM existe porque foi uma necessidade da URBCOM, sem ela, sem Associação e sem Câmara não havia URBCOM. Por muito que vos custe é assim mesmo! Estás a entender? Não é porque ela está falida. Agora é assim, é verdade que de facto emotivamente nem me queria pronunciar sobre a situação, mas quando reiteradamente eu oiço a construção do Pavilhão C? Meus Senhores, pode neste momento não haver documentos, porque de facto, se calhar já não os há! Mas é do meu tempo e eu posso dizer que quem construiu o Pavilhão C foi a Mirarebocos e foi pago com dinheiro da Associação, obviamente, os factos têm que ser comprovados, se calhar há falta de provas, poderá não ser a favor da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, mas quem tem memória sabe disso. Por isso, é assim se houver boa vontade de colaborar na recuperação de uma Entidade que faz muita falta a Mirandela, eu penso que todas as bancadas parlamentares poderão estar no mesmo sentido, se de facto, andamos constantemente a perguntar onde é que está o “rabo e o gato”, obviamente, se calhar não vamos lá chegar. Mas tenho dito e com certeza eu vou ouvir ainda a intervenção dos meus colegas, mas depois vou-me ausentar obviamente da sala.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada, Senhora Deputada.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) disse:** Ó Cristina, quem disse que a MIRCOC existia por causa da falência da ACIM, não fui eu, eu transcrevi aquilo que estava na ata. Foi a Senhora Presidente que o disse. Agora há uma coisa que eu não me esqueço em 2015 que aqui discutimos, 100.000,00€ de dívida era da UTAD e da Soprofor, o que é que isso tem a ver com a Reginorde? Não sei! Mas isso é que deviam ter explicado aqui em 2015! Porque haver 100.000,00€ de dívida à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro juntamente com a Soprofor que é uma sociedade de formação e que na altura a Engenheira Rita Messias explicou aqui muito bem o que é que estava aí nesse critério, 100.000,00€ é muito dinheiro, e de certeza que isso não foi gasto na Reginorde, de certeza que não foi gasto nas atividades da Associação Comercial.

Ó Cristina, nós estamos aqui e se calhar vamos buscar 2015, na altura fiz estas perguntas. Porque é que estavam lá 100.000,00 € em dívidas à UTAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e à Soprofor que é uma sociedade de formação?

A Engenheira Rita Messias, ou Rita Messias que é assim que lhe vou chamar, explicou aqui muito bem na altura os compromissos que havia nos pagamentos das verbas que vinham do POPH, se não me falha a memória e como é que se fazia isso. São 100.000,00€, o que é que isso tem a ver com a Reginorde? Eu na altura disse-o aqui, porque é que eu vou ter que pagar isso? Eu em 2015 disse-o aqui, não tive problema em fazê-lo. E tu na altura em 2015 votaste, portanto lanço-te o desafio que votes hoje aqui outra vez.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas* (PSD) disse:** É a última intervenção que eu faço.

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Vereadores.

É assim, se calhar não devia ter feito e chegar ao fim e considerar que não o devia ter feito, não vou repetir o erro. Podemos errar uma vez, mas não duas!

Em relação à situação dessa dívida se a Engenheira Rita falou exatamente nisso e eu se formos a ver a ata o que lhe respondi. Em relação à Soprofor, não tinha a ver com a formação profissional tinha a ver com outros serviços que nos prestaram. Em relação à situação da UTAD, se calhar exatamente para poder cobrir... Vocês têm noção de quanto era um orçamento da Reginorde? Nós também não podíamos ficar a dever tudo, não é? Para cobrir algumas despesas da Reginorde outros fornecedores tiveram que ficar de fora. Só isso, está bom?

Não sei se há mais alguém que queira fazer alguma pergunta, a que eu possa responder? Obviamente estarei cá para responder. Sou Técnica, não faço parte da Direção mas obviamente o que puder esclarecer da minha parte, não ficará por esclarecer.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Senhora Deputada. Eu percebo que isto é um constrangimento muito grave e temos todos provavelmente a noção da gravidade deste problema. Agora aquilo que eu lhe pergunto é o seguinte: a situação financeira da ACIM, deve-se às não prestações que a Câmara prometeu e não pagou? É isso que me está a querer dizer?

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas* (PSD) disse:** Essencialmente sim!

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Pronto era isso que eu queria saber.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas* (PSD) disse:** Essencialmente sim! No relatório que nós entregamos e que aliás eu fiz que foi entregue em dezembro à Senhora Presidente da Câmara estão lá todas as evidências que reiteradamente, ano após ano, de facto, desde a iluminação de Natal, várias situações que depois o incumprimento fez com que a situação se gravasse. Eu não estou a dizer que é totalmente, estou a dizer que em parte sim.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Muito obrigado. Este assunto está-nos a deixar de certo modo intranquilos aqui na Mesa. Eu não sei... Vou fazer um pedido à Senhora Presidente, só atende se quiser...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Senhor Presidente, deixe-me só fazer aqui um ponto de situação...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Com certeza.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Porque este relatório foi entregue aos Senhores Vereadores na reunião de Câmara, quer o relatório da Associação, quer a Proposta de alteração de Protocolo, foi entregue na altura em que foi discutido este ponto...

----- **O Senhor Vereador *Rui Magalhães* (PSD) disse:** Não, foi depois.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Foi na atribuição do subsídio de 21.000,000€, foi entregue esta proposta da Associação Comercial e Industrial e, de facto, eu não sei se na altura houve algum parecer jurídico para votarem a regularização da propriedade, julgo que não existiu nenhum parecer jurídico para votarem a regularização da propriedade.

Relativamente à regularização do património, sabem perfeitamente que o Município só pode adquirir património que esteja registado e que seja avaliado por um perito externo. O facto de não podermos fazer uma denúncia de Protocolo sem haver a nulidade do Protocolo e fazer outro acordo, diz respeito à legalidade do mesmo e não como diz o Deputado Rui Sá, o imbróglio jurídico existiu na altura que foi aprovado este Protocolo, porque se é certo que pode haver propostas de atribuição de subsídio

é certo que isto não é uma atribuição de subsídio. É uma proposta de regularização de propriedade de um pavilhão que não estava registado em nome da Entidade a quem a Câmara Municipal comprou e que não foi avaliado por um perito externo. Tudo isto fere de ilegalidade este Protocolo, por isso é que tem que vir à Assembleia Municipal para ser votado, de forma a conseguirmos reunir com a Associação Comercial e Industrial e encontrarmos outras formas, tal como foi proposto nesta Proposta de alteração do Protocolo pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

É um processo grave, é um processo complicado, estamos a falar de cinco postos de trabalho, estamos a falar de associados, estamos a falar de um serviço prestado e portanto, eu quando falei da MIRCOM, estamos a falar que à ACIM deve salários a colaboradores que têm tido a paciência devida e a fornecedores como disse desde 1996. Isto é grave Senhores Deputados, claro que sim que é grave. Só em salários 2015 e 2016, não é 2018, é 2015 e 2016 falamos em salários na ordem de 21.615,00€ e depois fornecedores locais, que realmente é grave o não pagamento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Aquilo que eu ia sugerir, claro que o entendimento é do Executivo é que perante tantas dúvidas, nós sabemos que por vezes legalmente as coisas estão claras, mas que há acordos de cavalheiros menos transparentes, não sabemos se há, e por sua vez nós, a Mesa, também temos dúvidas.

Os nossos juristas que gratuitamente nos vão dando dicas e sobre este assunto, entendem que a nulidade deve ser decretada em Tribunal. Ora bem, perante tantas questões eu pediria à Senhora Presidente se quisesse ter a boa vontade de retirar este ponto? Não...? Pronto! A decisão é do Executivo, sendo assim, não podemos fazer nada. A Senhora Presidente é que decide.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** O Protocolo foi votado aqui sem parecer jurídico, eu julgo que é mais que óbvio que deve ser votado aqui a nulidade do mesmo, para conseguirmos prosseguir a nossa atividade e conseguirmos junto da ACIM, regularizar a situação de uma forma transparente, rigorosa e juridicamente correta.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu não sei se valerá a pena continuarmos esta batalha, eu acho que é de pôr à votação, o ponto não é retirado, não vamos adiantar nada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Serei breve Senhor Presidente.

Eu acho que fui claro, que a vontade que a Senhora Presidente tem de ajudar a resolver a situação, penso que é a vontade de quase toda a gente. O que me parece é que para ser pedida uma nulidade, teria que ser em tribunal, mas eu nem cheguei tão longe. Nós temos aqui um instrumento que é a denúncia do contrato por incumprimento. A Câmara pode denunciar este contrato por incumprimento e os efeitos são os mesmos, e então depois acede ao Protocolo que lhe está a pedir a ACIM, o procedimento é muito mais fácil, não sei porque é que devemos estar a enveredar por caminhos mais difíceis, Senhora Presidente é só por causa disso?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Porque é o caminho legal!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Bem, perante... Eu acho que estamos a perder tempo porque... Pronto, faça favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Ó Senhora Presidente, se me permite. Vai-me permitir porque vai ter que me dar esta resposta sob pena de eu nunca mais voltar a esta Assembleia porque já é tarde e também queremos ouvir respostas. Se há um Protocolo que já se pagaram mensalidades no anterior mandato, e julgo que já se pagaram mensalidades no seu. Se há pagamento de mensalidades é porque reconhece a obrigação do Protocolo. Se sabe que a tal dita auditoria detetou incumprimento, tem uma ferramenta na sua mão de fazer a rescisão ou cessação do Protocolo, como lhe queiram chamar, vai dizer que isto é ilegal? Não é! Desculpe lá é uma questão de autoridade que neste momento não quis exercer. E a pergunta que eu lhe fiz e quero que me responda aqui nesta Assembleia, é se vai pedir a devolução do dinheiro, dos 72.000,00€, que já pagou? É o que está no relatório. Quero que me diga aqui nesta Assembleia, a mim, a todos os elementos que aqui estão, se vai pedir a devolução do dinheiro, porquê? Porque se quer declarar uma nulidade, porque é ilegal, os valores que foram pagos, foram ilegais. Então vai ter que pedir a devolução do dinheiro. Eu quero que me diga aqui na Assembleia se o faz ou não faz. É uma questão de honra dizer isso aqui, perante todos. Porque eu já percebi que deve ter algum jurista que vem agora ensinar-nos alguma coisa a dizer que o Protocolo é ilegal e que não tem nulidade. Tem lá uma cláusula que a partir do momento em que você pagou algumas mensalidades, como o anterior Executivo pagou, o Protocolo estava em vigor. Tem que o assumir. Agora eu só não percebo por que é que não cessou o Protocolo, porque era uma autoridade que a Senhora tinha. Portanto vou engolir isso, vou aceitar isso. Quero que me diga aqui se vai pedir a devolução do dinheiro ou não, é isso que eu quero saber?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem. Vamos passar para a votação.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Não, desculpe, estou à espera de uma resposta!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhora Presidente, quer responder?

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora Presidente se não recuperar os tais 70.000,00€ que já subsidiou à ACIM, entra também numa ilegalidade. Tanto quanto sei, neste pedido de nulidade, só o Tribunal é que tem essa capacidade.

Senhora Presidente distancie-se da campanha eleitoral. Esse foi um argumento que a Senhora Presidente utilizou em campanha eleitoral, mas que agora já não está em campanha eleitoral e não nos está a ajudar, a nós, à ACIM e esta Assembleia, sabe porquê? Porque estão implícitas votações, porque se não fosse o problema de uma votação, às vezes votamos aqui de braço no ar, muitas vezes sem perceber muito bem as coisas, mas não, uma votação, cada vez mais percebo que é de um ato de uma responsabilidade porque a democracia nos obriga mesmo a isso e tem implicações futuras como está a ter agora, portanto Senhora Presidente já lhe deram o caminho certo, distancie-se da campanha eleitoral, a próxima só começa daqui a dois anos. A argumentação que andou em campanha eleitoral e que colheu frutos, agora está-nos a complicar a vida a todos, distancie-se da campanha eleitoral e encontre, porque já lhe deram as soluções, esta bancada já lhe deu as soluções. Retirava o ponto da ordem de trabalhos e estaríamos daqui a três meses a retomar a ACIM, o trabalho das Assembleias e nós ficávamos com menos responsabilidades nas votações que vamos ter agora, se é que as vamos ter!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhores Deputados, uma coisa é certa, e a Lei é clara, nós não podemos exigir ao Executivo, podemos pedir, solicitar apenas, mas não podemos querer que o Executivo altere as suas propostas, nós só estamos aqui para as rejeitar ou aprovar, a partir deste momento vou pôr à votação e os Senhores Deputados é que vão ditar as coisas...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, tendo em conta as dúvidas e as posições aqui assumidas, a bancada do PSD, se não for retirado este ponto da ordem de trabalhos e fazendo votos que daqui a três meses estamos todos aqui a resolver este problema, nós vamos ausentar da sala.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pois, isto é uma posição que os Senhores têm direito de tomar, mas que eu neste momento como Mesa tenho que fazer cumprir uma proposta que a Senhora Presidente quer manter e vamos de seguida proceder à sua votação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Eu queria fazer um ponto de ordem se faz favor. Eu acho que andamos aqui a brincar! Hoje saio daqui completamente... sei lá... nem tenho termos para dizer como é que saio daqui. Envergonhado! Por pertencer a esta Assembleia Municipal, esta concretamente! Vamos ao ponto que é o que interessa. Este ponto já foi dito aqui, por uma Técnica inclusivamente, põe em causa postos de trabalho, que já estão mal, põe em causa um pouco da economia de Mirandela, já foi feito o tal Protocolo em 2015, foi retificado por esta Assembleia, eu não percebo, nem entendo, porque é que não se há de pôr à votação, porque é que se tem constantemente Deputados aqui, a fazerem ameaças! Nós ausentamo-nos! Quem quer ausentar-se ausenta-se, não precisa de dizer, se vota assim, se vota acolá! Nós temos que assumir aquilo que fazemos, mas sem essas ameaças. Perdoem-me, mas se calhar o cansaço também já ajuda, mas acho que também as pessoas podem ajudar. Nós, podemos ajudar, portanto acho que deve passar à votação e cada um assume as suas responsabilidades.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Claro! Antes disso dou a palavra à Senhora Presidente, então por favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Obrigada, Senhor Presidente. De facto, estamos aqui para resolver problemas, estamos aqui para assumir responsabilidades, estamos aqui para ajudar os Mirandenses, ajudar a ACIM, mas não estamos aqui para ajudar a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal e portanto, aquilo que se está a propor e a proposta do Município é que se vote a declaração de nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, que não tem rigorosamente nada a ver com a campanha eleitoral. Aquilo que está em causa é um Protocolo que já foi votado em reunião de Câmara, foi votado em reunião de Assembleia Municipal em 2015 e que vem agora a ser votado. Foi votado em reunião de Câmara e vai ser votado em Assembleia Municipal. Vota quem quer, vota como quer! Agora esta é a proposta do Executivo e, portanto, não vai ser retirada da ordem de trabalhos até porque já foi feita a discussão, já foram ditados argumentos de um lado e de outro, portanto, vai ser votada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Depois de todas as intervenções e dos esclarecimentos diversos da Senhora Presidente, proponho então a votação do ponto.
Votos contra? Votos contra?
Estamos 29...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deixamos de ter quórum, pelo que não podemos proceder à votação... e criamos mais um impasse, neste dia negro!

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Lamento o que está a acontecer e que as pessoas fujam às suas responsabilidades!
Isto é uma fuga às suas responsabilidades!

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Desculpe lá, eu acho que estamos cá 31, faça lá as contas consigo na Mesa. Faça as contas, eu acho que estamos 31.
Faça as contas, estamos 31. Não? Então vamos lá ver... faça lá as contas... 29, ok!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Eu tenho uma dúvida. Eu sou eleita pela Junta de Freguesia de São Salvador e a minha pergunta é se de facto infiro em alguma ilegalidade votando?

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Já votaste em 2015!

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Eu sei. É exatamente isso que eu não queria que voltasse a acontecer. Porque se de facto, não ferir de ilegalidade, obviamente que eu voto. Porque eu estou eleita pela Junta de Freguesia de São Salvador, não estou eleita como Deputada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado, mesmo assim não conseguimos quórum, ficaremos com 30 Deputados na sala. Nesta situação, nem vamos votar este ponto, nem vamos votar os outros porque não temos quórum. Resta-me só e apenas dar por concluída esta Assembleia e resolver numa outra altura todas as situações.

Meus Senhores, eu encerro esta Assembleia, por falta de quórum.

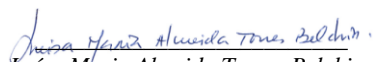
(Falta de quórum provocada pela retirada da sala por parte de alguns Deputados Municipais, na sua maioria Membros da bancada do PSD).

----- A Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro foi encerrada, eram 23 horas e 30 minutos, por falta de quórum.

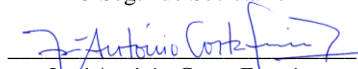
O Presidente da Assembleia Municipal


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário


José António Costa Ferreira